



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBERTO RIBEIRO DA SILVA

**DOM COSTA E A EXPERIÊNCIA SOCIOEDUCATIVA NA CRIAÇÃO DO
ITEC (1995 – 2002): O PIONEIRISMO NO ENSINO DE FILOSOFIA.**

NATAL – RN

2021

ROBERTO RIBEIRO DA SILVA

**DOM COSTA E A EXPERIÊNCIA SOCIOEDUCATIVA NA CRIAÇÃO DO
ITEC (1995 – 2002): O PIONEIRISMO NO ENSINO DE FILOSOFIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes

NATAL – RN

2021

[FICHA CATALOGRÁFICA]

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE

Silva, Roberto Ribeiro da.

Dom Costa e a experiência socioeducativa na criação do ITEC (1995-2002): o pioneirismo no ensino de Filosofia / Roberto Ribeiro da Silva. - Natal, 2021.

200 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes.

1. História das Instituições - Tese. 2. Ensino da Filosofia - Tese. 3. Movimento de Natal - Tese. I. Menezes, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. II. Título.

RN/UF/BS/CE

CDU 377.36+37.016:1

Elaborado por Rita de Cássia Pereira de Araújo - CRB-804/15

ROBERTO RIBEIRO DA SILVA

**DOM COSTA E A EXPERIÊNCIA SOCIOEDUCATIVA NA CRIAÇÃO DO
ITEC (1995 – 2002): O PIONEIRISMO NO ENSINO DE FILOSOFIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte como requisito final para a
obtenção do título de Doutor em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes
Thomaz de Menezes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes (UFRN)

Orientador/Presidente da Banca

Profa. Dra. Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)

Examinadora titular interna

Prof. Dr. Walter Pinheiro Barbosa Junior (UFRN)

Examinador titular interno

Prof. Dr. José Mateus do Nascimento (IFRN)

Examinador titular externo

Prof. Dr. Antonio Júlio Garcia Freire (UERN)

Examinador titular externo

Prof. Dra. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (UFRN)

Examinadora suplente interna

Profa. Dra. Maria José da Conceição Souza Vidal (UERN)

Examinadora suplente externa

Natal, 03 de março 2021.

Aos meus pais João Conrado e Dona Neguinha (entre memórias, amores e lágrimas de saudades), pois não há no mundo lugar melhor onde minhas convicções se dirigissem do que na integridade do encontro desse casal cristão que edificou várias vidas. Obrigado Deus dos meus pais, neles reconheço Vossa Grandeza e Vosso amor.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo pela vida que tenho, não lamento pela que não tenho. E celebro diante de Deus a vida Hoje, como ela é, e não um Amanhã que ainda não é e talvez jamais venha a ser. Tenho sido ajudado a redescobrir o que é a gratidão.

Hoje é dia de dizer muito obrigado e dar Graças a Deus pelo dom inefável em Quem Tudo se faz Ações de Graças. Desde minha mais tenra idade me sinto visitado por Deus todos os dias. Ele tem mostrado seu rosto amor e compassivo. Ele me tirou de uma simples condição de vida e me confirmou a cada amanhecer com um projeto novo. Olhando minha história de vida e o amor de Deus, por mim entendo aquela expressão bíblica: “vós valeis mais que muitos pardais” (Mt 10, 26s).

Gratidão a Dom Antonio Soares Costa, nosso ‘Santo doméstico’, que me acolheu no seminário e me fez acreditar numa Igreja que carrega a utopia do Reino no seu ventre.

Gratidão aos homens e mulheres de fé que encontrei na minha caminhada onde atuei na Igreja Católica, meus irmãos no sangue de Cristo, a quem tanto devo por todo bem que me fizeram, desculpem minhas palavras duras e minhas críticas, garanto que sempre foram para melhorá-la como instituição feita de gente, pois ninguém se ocupa do que não ama.

Gratidão aos meus numerosos irmãos de sangue. Minha família primeira, vocês sempre serão muito queridos em cada sutileza humana e jeito de ser de cada um. Obrigado Maria (quase outra mãe lá em casa), Severino (sempre distante, mas muito perto do coração), Edilson (um artilheiro na luta pela sobrevivência), João (no dizer de mãe nosso menino de ouro), Reginaldo (o silencioso que entendeu que a vida é para ser contemplada), Batista (aquele inquieto que insiste em levar a vida do jeito que der), Lucineide (a madeira que o cupim não rói, pois a vida lhe exigiu ser forte) e Lindinalva (nossa ilha de afeto, em seu ombro todos encontraram acalanto).

Gratidão a Renata Barbosa pelo amor construído na fé, pela coragem de ter segurado minha mão, continuaremos juntos até o fim. Gratidão a todos que no percurso da minha existência me motivaram a estudar. Meus professores das primeiras letras, do grupo escolar, do Bacelar, da faculdade, do ITEC, da Universidade e principalmente os que me ensinaram a escrever minha história com as letras de Deus.

Gratidão aos amigos orientandos de Basílio, de modo afetuoso: Marcos Casado e Tiago Medeiros, pela bondade, carinho, acolhida e respeito afetuoso sempre dispensado.

Gratidão aos amigos Otto Santana (grande amigo de Dom Costa) e Airton Costa (irmão de Dom Costa), o primeiro por ser uma espécie de timoneiro dos dados da história que ele testemunhou no Rio Grande Norte e o segundo pela acolhida sempre fervorosa e colaboração em disponibilizar muitos dos acervos utilizados sobre a vida e ação socioeducativa do nosso Santo doméstico.

Gratidão ao professor Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes, meu orientador do mestrado e doutorado, pelas trocas de experiências de vida que sempre extrapolaram a mera formalidade orientador-orientando, ganhei um amigo. O propósito do nosso encontro possibilitou uma síntese humana de vida e de fé para mim, sua sabedoria e profundidade intelectual é um manancial para todos os que dele se aproximam ao seu zelo e reponsabilidade devo mais esse trabalho, obrigado mesmo.

Gratidão à professora Marlúcia Menezes Paiva, suas orientações e preocupação comigo são um reflexo do ser humano bonito que você é. Repito aqui o que falei outrora: você é a prova de que podemos confiar no ser humano, que colaborar é melhor que competir ou, como diria São Francisco, 'é dando que se recebe' .

Gratidão a todos trabalhadores que formam o Programa de Pós-Graduação em Educação, Coordenação, Servidores Técnico-Administrativos e Bolsistas de Apoio Técnico e Administrativo, pelo apoio no enfrentamento das adversidades acadêmico-administrativas. Gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, em especial aqueles que encontramos ao longo do Curso. A CAPES por colaborar no financiamento da nossa pesquisa. Gratidão a todos que me ajudam a formar minha humanidade, lhes serei eternamente grato.

As lutas, os sofrimentos, os cabelos brancos, as vigílias, as dificuldades, a solidão, as incompreensões, o estímulo e o apoio de muitos, fizeram crescer em mim, durante estes 15 anos, a consciência de que mais do que construtor desta Catedral, quero ser, procuro ser, humilde pastor, o menor dos irmãos, o construtor da Igreja viva, nesta querida Arquidiocese, a que procuro servir, em meio aos sofrimentos e na alegria, mas, acima de tudo, com muito amor.¹

¹ Dom Antônio Soares Costa. Discurso original, datilografado. Arquivo de Dom Costa. Arquidiocese de Natal.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a história de uma instituição educativa: o Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru – ITEC; Criado em 1995 pelo Bispo Diocesano Dom Antônio Soares Costa, que fora transferido da Arquidiocese de Natal-RN para a Diocese de Caruaru-PE em 19 de dezembro de 1993. Para apresentar e compreender a história e cultura escolar dessa instituição, utilizaremos como referencial metodológico as teorizações de SAVIANI (2008); MAGALHÃES (2004); NOSELLA e BUFFA (2013). No desenvolvimento da pesquisa, encontramos como uma característica marcante desse instituto um caráter progressista na forma do Ensino da Filosofia e uma pedagogia sócio-politizadora, transportada da educação de base pelo bispo na concepção desse instituto e na composição do currículo do Curso de Filosofia. Estudos sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, como FERRARI (1968), CAMARGO (1971) WANDERLEY (1984) e PAIVA (2009);(2014), destacam o papel pioneirista da Arquidiocese de Natal no desenvolvimento de um conjunto das realizações sócio-pastorais e educacionais, que passou a ser denominado como o Movimento de Natal. Tal aspecto acabou conferindo à Filosofia ensinada nesse instituto, de modo geral, uma abordagem hermêutica a partir dos principais pensadores latino-americanos, marcadamente influenciados pelo encontro com a Teologia da Libertação, a educação popular e o compromisso social, o que possibilitou uma análise de conjuntura da realidade a partir da práxis e um livre encontro com os conteúdos filosóficos, sem o rígido acento doutrinal católico. A fusão desses aspectos educacionais materializou um ensino filosófico pioneiro no agreste pernambucano, comprometido com o entorno social dos alunos, que acabou provocando uma constante necessidade de análise crítica-reflexiva da realidade. Essa ação educativa estabelece nexos com conceitos presentes no pensamento de ARENDT (2011); (2013), principalmente sobre a responsabilidade com o *mundo comum*. Encontramos no ITEC o *compromisso social* como resultado desse fazer pedagógico libertador, presente nas lutas pela transformação das estruturas da sociedade e humanização das relações comunitárias.

Palavras-chave: Educação. História das Instituições. Ensino da Filosofia. Movimento de Natal. Compromisso Social.

ABSTRACT

This work aims to investigate the history of an educational institution: the Institute of Philosophy and Theology of Caruaru - ITEC; Created in 1995 by the Diocesan Bishop Antônio Soares Costa, who had been transferred from the Archdiocese of Natal-RN to the Diocese of Caruaru-PE on December 19, 1993. To present and understand the history and school culture of this institution we will use as methodological reference the theorizations made by SAVIANI (2008); MAGALHÃES (2004); NOSELLA and BUFFA (2013) as a methodological reference. During the development of the research we found a remarkable characteristic in the progressive character in the form of Philosophy Teaching and a socio-politicizing pedagogy, carried from basic education by the bishop in the conception of this institute and in the composition of the curriculum of the Philosophy Course. Studies on the role the Catholic Church in Brazil, such as FERRARI (1968), CAMARGO (1971) WANDERLEY (1984) and PAIVA (2009); (2014), highlight the pioneering role of the Archdiocese of Natal in the development of a set of socio-pastoral and educational achievements that were called the Natal Movement. This aspect ended up giving the Philosophy taught in this institute, in general, a hermeneutic approach from the main Latin American thinkers, markedly influenced by the with Liberation Theology, popular education and social commitment, which made possible an analysis of the conjuncture of reality based on praxis and a free encounter with philosophical contents, without the rigid Catholic doctrinal emphasis. The fusion of these educational aspects materialized a pioneering philosophical teaching in the rough of Pernambucano, committed to the social environment of the students that ended up provoking a constant need for critical-reflexive analysis of reality. This educational action establishes links with concepts present in the thinking of ARENDT' (2011); (2013), mainly about responsibility to the common world. We find in ITEC the social commitment as a result of this liberating pedagogical practice, present in the struggles for the transformation of the structures of Society's structures and humanization of community relations.

Keywords: Education. History of Institutions. Teaching Philosophy. Natal Movement. Social Commitment.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar la historia de una institución educativa: el Instituto de Filosofía y Teología de Caruaru - ITEC; creado en 1995 por el Obispo Diocesano Mons. Antônio Soares Costa, que había sido transferido de la Arquidiócesis de Natal-RN a la Diócesis de Caruaru-PE el 19 de diciembre de 1993. Para presentar y comprender la historia y la cultura escolar de esta institución utilizaremos como referencia metodológica las teorizaciones de SAVIANI (2008); MAGALHÃES (2004); NOSELLA y BUFFA (2013). En el desarrollo de la investigación encontramos como característica notable de este instituto un carácter progresivo en la forma de la Enseñanza de la Filosofía y una pedagogía socio-política, llevada desde la educación básica por el obispo en la concepción de este instituto y en la composición del plan de estudios del Curso de Filosofía. Los estudios sobre la labor de la Iglesia Católica en Brasil, como FERRARI (1968), CAMARGO (1971) WANDERLEY (1984) y PAIVA (2009); (2014), destacan el papel pionero de la Arquidiócesis de Natal en el desarrollo de un conjunto de logros socio-pastorales y educativos que ha llegado a llamarse el Movimiento de Natal. Este aspecto terminó por conferir a la Filosofía que se enseña en este instituto, en general, un enfoque hermenéutico de los principales pensadores latinoamericanos, marcadamente influenciado por el encuentro con la Teología de la Liberación, la educación popular y el compromiso social, que hizo posible un análisis de la coyuntura de la realidad desde la praxis y un encuentro libre con los contenidos filosóficos, sin el rígido acento doctrinal católico. La fusión de estos aspectos educativos materializó una enseñanza filosófica pionera en el agreste pernambucano, comprometida con el entorno social de los alumnos que acabó provocando una constante necesidad de análisis crítico-reflexivo de la realidad. Esta acción educativa establece vínculos con conceptos presentes en el pensamiento de ARENDT (2011); (2013), principalmente sobre la responsabilidad con el mundo común. Encontramos en el ITEC el compromiso social como resultado de esta acción pedagógica liberadora, presente en las luchas por la transformación de las estructuras de la sociedad y la humanización de las relaciones comunitarias.

Palabras-clave: Educación. Historia de las instituciones. Enseñanza de la filosofía. Movimiento de Natal. Compromiso social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Portaria de Nomeação de Dom Costa como Secretário Arquidiocesano -----	31
Figura 2: A geografia da Crise -----	69
Figura 3: Dom Costa e Dom Hélder na comemoração dos 35 anos da FAFICA -----	71
Figura 4: Fachada do prédio onde funcionou o ITEC, 2017 -----	78
Figura 5: Figura 5. As ações de Dom Costa no primeiro ano a frente da Diocese de Caruaru -----	118
Figura 6: Artigo sobre a exclusão social -----	145

LISTA DE SIGLAS

- ACB - Ação Católica Brasileira
- BNCC - Base Nacional Curricular Comum
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEB - Comunidade Eclesiais de Base
- CELAM - Conselho Episcopal Latino-americano
- CEPED - Centro de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- DSI - Doutrina Social da Igreja
- ETFRN - Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
- FAFICA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru
- ITEC - Instituto de Teologia de Caruaru
- ITER - Instituto de Teologia de Recife
- JAC - Juventude Agrária Católica
- JEC - Juventude Estudantil Feminina
- MEB - Movimento de Educação de Base
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
- PPGED - Programa de Pós Graduação em Educação
- REB - Revista Eclesiástica Brasileira
- RENEC - Representação Nacional das Emissoras Católicas
- SAR - Serviço de Assistência Rural
- SSR - Serviço Social Rural
- SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TELERN - Telecomunicações do Rio Grande do Norte
- UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A MEMÓRIA HISTÓRICA DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS NA IGREJA NO RIO GRANDE DO NORTE (1940-1965) COMO ANTECEDENTE À CRIAÇÃO DO ITEC	22
1.1. O Movimento de Natal e a educação de base	39
1.2. O Serviço de Assistência Rural – SAR	42
1.3. As escolas radiofônicas e o MEB	46
2. O INSTITUTO DE TEOLOGIA E FILOSOFIA DE CARUARU – ITEC	53
2.1. As experiências sócio-educativas de Dom Antonio Soares Costa e o pioneirismo no Ensino da Filosofia do ITEC	74
2.2. Referenciais Teórico-Metodológicos e instrumentos de análises	81
3. A CRENÇA NA EDUCAÇÃO: UMA PEDAGOGIA LIBERTADORA	93
3.1 A metodologia educativa eclesial do Rio Grande do Norte aplicada ao Ensino da Filosofia no agreste pernambucano	96
3.2. As condições do Ensino da Filosofia propostos no currículo do ITEC	103
4. O PIONEIRISMO DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA-LIBERTADORA NO INTERIOR DO ITEC	117
4.1 A materialização das metodologias da educação de base aplicadas ao ensino da Filosofia.....	123
4.2 Relatos presenciados por alguns envolvidos com o ideário educativo do ITEC, para uma reconstrução sócio-histórica	129
4.3 O compromisso sócio transformador como resultado da formação filosófica do ITEC	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	159
ANEXOS	165

INTRODUÇÃO

A presente tese é o resultado das vivências humanas que trouxeram traços marcantes ao nosso percurso intelectual aliados a elementos da nossa história de vida. Materializaram-se gradativamente no entrelaçamento de três mundos: como educador popular, acadêmico e pesquisador. Na medida em que fui organizando minhas ideias e encadeando os meus passos, percebi que, ao longo das experiências de vida fui adentrando desde muito cedo no mundo do pensar, que assumo como princípio e relevância para o meu desenvolvimento intelectual.

Nasci no agreste do Estado de Pernambuco, e fui criado em uma das pequenas propriedades rurais do Município de Bezerros - PE², no distrito do Sítio dos Remédios. Nesta localidade ficava o Grupo Escolar Carlos Gomes, que frequentei no início da minha alfabetização. Minha infância foi predominantemente assinalada pela necessidade de entender o mundo, as pessoas adultas, as crianças, os fenômenos naturais e sociais.

Essas características pessoais aliadas às diversas formas de interações que se davam na tranquilidade da casa de campo onde morávamos, na escola onde estudava, nos demais ambientes e espaços dessa comunidade que frequentava, favoreceram minhas atividades de observação, busca de sentido e diálogos introspectivos com as pessoas. Fui uma criança bastante observadora e inquieta, gostava de perguntar e de pensar.

Lembro-me que passava bastante tempo brincando e conversando sobre as coisas que faziam parte das minhas vivências. Fui o último dos nove filhos do casal João e Josefa, sendo o nascimento regular de novas crianças em nossa família um evento presente em toda a minha história familiar. Minha mãe costumava se referir aos recém-chegados como “novidade” de cada ano.

Passei toda a minha infância no sítio onde nasci. A constante observação dos fenômenos da natureza, na Terra e no Céu, enriquecia meu repertório de questionamentos,

² A origem de Bezerros data de 20 de maio 1870. Nessa época foi implantado um grande comércio de gado, iniciando o povoamento do local. Algumas versões da história de Bezerros tentam explicar o nome da cidade. A primeira diz respeito ao sobrenome da família Bezerra, que foi a primeira proprietária das terras. A segunda diz que o local foi, primitivamente, uma queimada de bezerros. A terceira conta que um dos filhos da família Bezerra se perdeu na reserva florestal no dia 18 de Maio, tendo sido feita uma promessa a São José, sendo a criança encontrada com vida dois dias após seu sumiço, ou seja, dia 20 de Maio, ao pé de frondosa árvore onde foi erguida uma Capela sob a invocação de São José dos Bezerros.

de forma que as respostas dadas pelos adultos para as minhas indagações sempre suscitavam novas questões. Dentre as quais, temas como Deus, criação do mundo, universo e demais especulações consideradas irrelevantes, no ponto de vista de minha mãe e de alguns dos adultos com quem eu convivía. Dessa forma, minha singularidade e as experiências que constituíram minhas vivências na infância delimitaram para mim temas centrais de interesse, os quais persistiram nos anos posteriores em muitos aspectos da minha vida pessoal e profissional.

Cursei o segundo grau na Escola Estadual Manoel Bacelar, por ocasião da mudança de nossa família para uma cidade vizinha chamada Riacho das Almas - PE³, onde optei pela formação no curso de Magistério. Até o término do Ensino Médio, a aproximação da Igreja Católica foi determinante na nossa história de vida. Os constantes aprofundamentos na fé e no envolvimento comunitário nos forneceram valores humanos e doutrinários, que em certa medida respondiam às inquietações humanas do jovem rapaz que conservava traços marcantes da religiosidade familiar.

A religião, nesse momento, “dispensava” a reflexão. A matriz religiosa nos introduziu numa situação de buscar cada vez mais o aprofundamento religioso, não mais como membro apenas de uma Igreja ou animador de comunidade, mas agora como possível líder religioso. Nesse período, decidi entrar no seminário diocesano em Caruaru-PE, sendo acolhido em 4 de fevereiro de 2001, no seminário propedêutico, onde recebi um novo acervo de conhecimento e obtive a oportunidade de um aprofundamento acadêmico, e como é comum na formação sacerdotal, ingressei no estudo da Filosofia (2002-2003) e da Teologia (2004-2007), iniciamos uma conexão acerca da relação qualitativa entre os processos de formação humana que recebemos.

Destaco nesse período o acesso aos conteúdos filosóficos, em que logo percebemos que esse contato com o conhecimento filosófico poderia representar uma experiência fecunda de descobertas para a própria existência, conforme teoriza Thomas Ransom Giles,

³ Conhecida como Riacho das Éguas, em 1905 a localidade passou a se denominar Riacho das Almas, em função do primeiro cemitério ter sido construído às margens daquele riacho. Posteriormente, durante uma cheia, as águas invadiram o local e o cemitério teve que ser realocado. Foi elevada à condição de distrito do município de Caruaru em 21 de dezembro de 1919, tornando-se município em 29 de dezembro de 1953. Finda a praga da peste que lhe afligiu no início do século XX, a comunidade cumpriu uma promessa feita a São Sebastião, erguendo em 1912 uma capela em sua homenagem.

O homem sente-se perplexo diante do próprio eu, do outro eu e do mundo. O ato de filosofar procura levar essas três realidades interligadas à compreensão e a expressão mais clara. Na certeza de que podemos ver essas realidades, a filosofia interroga-as, incentivando e alimentando uma visualização crítica a seu respeito (GILES, 1983, p.3).

A ação educativa religiosa sem a formação da consciência é uma contradição suicida, mas, infelizmente, é uma contradição concreta, a mais encontrável de todas as situações, principalmente quando examinamos os dilemas da consciência cristã em níveis diversos da nossa humanidade. Nosso acesso ao estudo da Filosofia priorizava à época uma ação consciente; por outro lado, deveria significar uma práxis pastoral com vivência ética – cristã, como base da ação educativa - evangelizadora planejada, maturada, rezada e transformadora. A consciência cristã nessa perspectiva era compreendida como a prática da solidariedade frente o outro, ou seja, ação – reflexiva sobre a vida cotidiana em seu “antes”, “durante” e “depois”. E ainda entendida como reconhecimento do sentido vital e razão de ser da pessoa humana, direta ou indiretamente, um cristão autêntico.

A mudança paradigmática na qual mergulhamos foi profunda, pois, pela racionalidade, adentramos nos paradigmas do conhecimento, sua complexidade e pluralidade. As experiências vivenciadas durante os dois anos do curso seminarístico nos possibilitaram sair do espanto inicial para investigar sentidos e significados para a nossa existência. Nesse período, com a morte repentina do Bispo Diocesano, fomos enviados ao Seminário de Olinda que, longe de ser o que fora no passado, não admitia uma discussão filosófica. A sistemática era a preocupação de como se apropriar dos conteúdos filosóficos, selecionando-os e reproduzindo nas perguntas avaliativas, para adentrarmos nos estudos teológicos.

Comprendemos que, ao relatar acontecimentos intelectuais e profissionais como indivíduo, trazemos fatos delimitados pelo que foi mais importante. A pesquisa (auto)biográfica em educação nos auxilia a fundamentar as proposições das presentes memórias introdutórias desse trabalho, associando-o a nossa constituição humana em nosso percurso de pesquisador, por ser singular e pluridimensional.

Como PASSEGGI e ROCHA teorizam,

[...] crianças, adolescentes, jovens, adultos – percebem sua condição humana em diferentes momentos da vida, como eles se inscrevem em diferentes categorias sociais e geracionais e constituem sua historicidade, em diferentes situações, enquanto sujeito singular e universal. (2012, p. 40).

Nessa perspectiva, outro momento que inscreve singularidade ao nosso percurso de vida se relaciona com o início da minha carreira no ministério ordenado na Igreja Católica. Pelas atividades em desenvolvimento no sacerdócio, permaneci afastado da vida acadêmica, mas não do campo educacional, através de trabalhos de animação popular e sindicais. O envio para um campo pastoral como mais uma etapa de formação representou mais uma vez uma ruptura no estudo sistematizado da Filosofia, que perdurou por quase uma década de intermitência em nosso processo formativo. Só no ano de 2011, após um deslocamento geográfico devido à transferência pastoral, surgiu a possibilidade do reingresso no estudo sistemático da Filosofia, desta vez na Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, no estado da Paraíba, onde alcançamos a Graduação de Licenciatura Plena em Filosofia, possibilitando a concretização de um desejo antigo de ensinar Filosofia.

De modo geral, a nossa experiência como estudante de Filosofia e Teologia obedeceu a uma formatação escolástica, ou seja, metodicamente organizada e transmitida. No entanto, é sabido que, por sua própria natureza, a Filosofia, enquanto conhecimento, é abertura por excelência e se relaciona mais com perguntas do que com as respostas. É Graças a esse aspecto inquieto do saber filosófico que desde o Ensino Médio buscamos, no encontro com a Filosofia, questionar as estruturas que circundaram nosso processo de ensino/aprendizagem e nos formaram humanamente.

Desde a conclusão da Graduação em Filosofia, o cultivo do desejo da proximidade com a vida acadêmica nos possibilitou participar de vários seminários e congressos educacionais. A especialização em ética e filosofia política abriu o horizonte para o desejo de ingressar no Mestrado. Logrando êxito no processo seletivo, iniciei minha pesquisa de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nossa pesquisa se vinculou, enquanto problema, às repercussões que nos obrigam retomar nossa experiência de jovem estudante no encontro com o saber filosófico, recapitulando de maneira investigativa as referências, implicações e interações estabelecidas em nossa história de vida e analisando os determinantes que possibilitem o acesso irrestrito aos conteúdos filosóficos.

A temática que percorri na vida e nos trabalhos desenvolvidos pode ser caracterizada como uma reflexão sobre a condição humana. Não é por acaso que encontrei na obra de Hannah Arendt uma possibilidade de repostas para minhas inquietações pessoais, profissionais e existenciais. Meu primeiro contato com o referencial arendtiano ocorreu no ano de 2015, quando foram debatidas algumas questões da obra ‘A condição humana’ em nossa monografia de conclusão da graduação em Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC e na pós-graduação pela Unyleya – DF. Mais tarde o artigo ‘A crise na educação’, lido numa perspectiva sociológica, possibilitou o entendimento de muitos aspectos socioeconômicos e culturais que regem a atual sociedade, tendo uma nova perspectiva em relação às influências dos mesmos aspectos levantados por Arendt nos contextos da educação escolar. A leitura inicial deste artigo de Hannah Arendt foi uma reflexão bastante elucidativa, que me instigou a busca em ampliar minha compreensão em relação as muitas situações presentes no cotidiano educativo nacional.

Experimentei a alegre e desafiante missão de ser professor de Filosofia na FAFICA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – PE, uma rápida experiência que exigiu muito de mim, a forma intensa de troca de conhecimento, o encantamento dos alunos pelo saber filosófico, remeteram-me aos anos iniciais da nossa formação no Ensino Médio. Despertou-me o interesse para buscar compreender o todo do processo educacional, combinados com as dúvidas frequentes a respeito do acesso dos estudantes aos conteúdos filosóficos.

Contudo, minha opção e decisão em pesquisar a possível contribuição do pensamento de Hannah Arendt aplicados à educação numa perspectiva filosófica ocorreu somente após minha inserção no Grupo da Linha de Pesquisa dos Estudos Sociohistóricos e Filosóficos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGEd-UFRN.

O Grupo é permeado pela diversidade de interesses e saberes de seus membros, os quais têm em comum a preocupação central com a pluralidade humana em suas diferentes manifestações e expressões. Essa característica de diversidade do Grupo, em relação às questões educativas, proporcionou-me o respaldo necessário para ampliar minha compreensão em relação à minha pesquisa, tanto na fase inicial quanto nas demais etapas de realização.

Embora o tema proposto para nossa pesquisa seja decorrente de indagações que de uma forma ou de outra, sempre estiveram presentes em minha vida pessoal e profissional, os debates e as reflexões que aconteceram no Grupo e nas leituras que acumulamos foram de fundamental importância para a realização do presente trabalho.

Mediante essas interações, tive a oportunidade de ampliar muitos pontos de vista referentes às questões que perpassam os interesses dessa investigação. Assim, considero minha inserção e participação no Grupo definitiva para ter a clareza de que o pensar, o querer e o julgar, caracterizados por Hannah Arendt como as três principais faculdades espirituais, sempre foram temas de interesses centrais para eu pudesse adentrar no campo da história da educação, buscando agora desvelar o posicionamento do ensino da filosofia na história da educação brasileira.

Ao buscar no doutorado pesquisar uma instituição de ensino que desenvolveu uma prática pedagógica materializada na criação de um curso de Filosofia, entendemos que a pesquisa entregue se amplia como parte da exigência de uma continuidade investigativa iniciada no mestrado. O objeto pesquisado pertencente ao campo da História da Educação Brasileira reposiciona um olhar a partir das ações socioeducativas desenvolvidas por educadores e instituições no Nordeste do Brasil; mais especificamente, consubstancia-se numa instituição do agreste pernambucano à luz de inovações educacionais trazidas ao Ensino da Filosofia e seus contributos históricos se revestem de atualidade frente às discussões quanto ao espaço filosófico presente na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Nesse sentido, a presente tese de doutorado tem como objetivo compreender o contributo revolucionário e seu desenvolvimento crítico, ensinado numa instituição onde o saber filosófico exerceu forte influência como instrumental colaborativo aos seus alunos, que atuavam como agentes sociais em espaços públicos por eles ocupados.

O referencial aplicado como instrumental de análise à pesquisa nos permitiu aplicar conceitos como: *instituição educativa, educação popular e compromisso social*. Para fornecer fundamentação a esses conceitos na presente tese, elegemos como referencial teórico-metodológico, pensadores e educadores que fornecem grande contributo no campo educacional, como: MAGALHÃES (2004); SAVIANI (2008); NOSELLA & BUFFA (2013); PAIVA (2009), (2014); WANDERLEY (1984) e ARENDT (2004), (2011); entre outros autores que refletem sobre a importância do

Ensino da Filosofia e da história do desenvolvimento da educação de base no nordeste brasileiro.

Essa tese investiga ainda a educação que foi desenvolvida numa perspectiva libertadora, que acabou imprimindo no Curso de Filosofia uma prática emancipadora. Ao introduzir essa concepção educativa, o instituto forneceu potencialmente aos seus alunos a formação da consciência cidadã, a permanente reflexão sobre a importância da responsabilidade social e o dever pela salvaguarda de um mundo comum mais humano e igualitário.

Retomamos conceitos como: *natalidade*, *mundo comum* e *pluralidade*, aplicados à educação, que são recolhidos do conjunto da obra pensadora Hannah Arendt e pretendem nos introduzir na construção de uma trama conceitual, objetivando-se no encontro com o objeto dessa tese oferecer as bases para significar o contributo à Filosofia, desenvolvido no instituto investigado.

A presente tese se estrutura em cinco partes: introdução, desenvolvimento, com quatro capítulos, e as considerações finais. Introdutoriamente se fez uma retrospectiva do nosso percurso como pesquisador e apresentação mais genérica do presente trabalho.

O capítulo primeiro investiga os antecedentes históricos que formaram na personalidade do bispo Dom Costa características educativas que encontram suas origens nas ações educacionais desenvolvidas pela Igreja do Rio Grande do Norte. Múltiplas ações voltadas para a formação política, organização sindical e alfabetização nas comunidades de base, esse movimento instituiu um período de grande entusiasmo sócio-educativo, que influenciou a luta pelas mudanças estruturais na sociedade naquele momento.

O capítulo segundo busca reconstruir a história do Instituto de Teologia e Filosofia de Caruaru - ITEC, pioneiro no Ensino da Filosofia no agreste pernambucano. Esse instituto, além de formar sacerdotes e religiosos, assumiu uma característica de renovação eclesial, ao acolher como alunos leigos e pessoas ligadas a outras religiões. Criado por Dom Antonio Soares Costa, um bispo católico que assumiu a diocese de Caruaru – PE, transferido da arquidiocese de Natal – RN, transportou as experiências sócio-educativas desenvolvidas através da animação comunitária e educação política das camadas populares. Nesse mesmo capítulo, apresentamos os fundamentos para a presente tese,

através do referencial teórico metodológico, eleito para estabelecer nexos conceituais com a ação educativa materializada num curso de filosofia, desvelando seu caráter progressista como contributo à Educação.

O capítulo terceiro apresenta a materialização da prática educativa da Igreja do Rio Grande do Norte transportada como renovação de uma nova experiência educacional através da formação filosófica, oferecida de maneira formal, mas salvaguardando as características libertadoras aplicadas na criação de um currículo, construído pelo entrelaçamento de princípios pedagógicos norteadores em vista de uma ação social fundamentada pelos conteúdos da Filosofia.

O capítulo quarto estabelece os princípios que caracterizam uma ação educativa herdeira das polissêmicas experiências intelectuais geradas no continente latino-americano, que denominamos de educação filosófica-libertadora. Assinalamos a transposição do construto social das experiências educativas da Igreja Católica, materializadas em iniciativas pioneiras, como a que é objeto da presente tese. Apresentamos os testemunhos relatados por alguns envolvidos no processo educativo do ITEC, e o compromisso social como resultado da formação filosófica desse instituto

Por fim, as Considerações Finais, Referências Bibliográficas e Anexos.

1. A MEMÓRIA HISTÓRICA DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS NA IGREJA NO RIO GRANDE DO NORTE (1940-1965) COMO ANTECEDENTE À CRIAÇÃO DO ITEC.

A presença de uma base aérea americana em Natal, a partir de 1941, com até 5 mil soldados, atraiu para a capital potiguar uma legião de brasileiros em busca de oportunidades de trabalho e de futuro. Há registros de 6 mil novos empregados. A cidade, na época com 40 mil habitantes, quase duplicou em poucos anos. O término da guerra em 1945, com a conseqüente volta dos americanos para sua pátria, resultou em fechamento de milhares de empregos e completa estagnação da cidade, sem nenhuma perspectiva de sobrevivência a partir de suas precárias condições. Uma grave crise social com milhares de vítimas, impactando, sobretudo, os mais pobres.

Para atender essa realidade, no correr dos anos de 1940, os padres Eugênio Sales e Nivaldo Monte criaram uma rede de mais de 20 unidades de atendimento ao povo, na forma de Escolas, Creches, Ambulatórios, Centros Sociais, Orfanatos, Casas de Amparo a mães solteiras e a menores. Um verdadeiro cinturão de caridade e de promoção da periferia de Natal. Em razão da importância estratégica, destacamos a criação da Escola de Serviço Social, em 02 de junho de 1945, e do Serviço de Assistência Rural – SAR, em 1949. O primeiro assumiu o embasamento teórico e a formação técnica dos recursos humanos. O outro exerceu a coordenação das atividades organizadas e em desenvolvimento.

A gênese do Movimento de Natal se enquadra dentro da ação educativa da Igreja Católica em seu caráter universal (documentos papais) e local (ações diocesanas), estruturada por sua vez naquilo que se convencionou denominar Doutrina Social da Igreja – DSI. Seu documento inaugural é a encíclica *Rerum Novarum*⁴, do Papa Leão XIII, publicada em 15 de Maio de 1891, sendo a primeira vez em que um documento do magistério católico dedicou-se integralmente à chamada “questão social” e à “condição dos operários”.

O contexto da *Rerum Novarum* é de uma sociedade profundamente transformada pela revolução industrial, a intensificação das migrações e o êxodo rural. Esse cenário é marcado pelo início do conflito entre capital e trabalho. No meio católico surgem os chamados “santos sociais” (segunda metade do século XIX), dentre eles: São João Bosco,

⁴ As encíclicas (cartas coletivas) dos papas costumam ser citadas pelas palavras iniciais, em latim.

Adolf Kolping. No Brasil, pertence a esse ciclo o Padre José Antônio Maria Ibiapina (1808 – 1883), com as casas de caridade criadas no nordeste e os ciclos operários criados no Rio Grande do Sul por iniciativa do Padre Leopoldo Brentano (1884 – 1964).

Temendo perder fiéis para o comunismo, a encíclica busca durante todo o percurso estabelecer uma conciliação entre patrões e operários, e é combativa ante a “onda vermelha”⁵, como teoriza Marlúcia Paiva,

Esse quadro conjuntural, aliado ao crescimento do comunismo, tanto em nível internacional como nacional, preocupou a burguesia e também a Igreja, que dizia ter perdido, no século XIX a classe operária e, como falou Pio XI, agora, no século XX, não quer perder também os trabalhadores rurais, tradicionais sujeitos de sua ação educativa. A Igreja empenhou-se nessa luta. Em 1931, comemorando 40 anos da *Rerum Novarum* (Leão XIII) – a primeira encíclica social da Igreja – Papa Pio XI publicou a *Quadragesimo Anno*, sobre a “Restauração e o aperfeiçoamento da Ordem Social”, na qual faz uma avaliação do trabalho social realizado pela Igreja nos últimos 40 anos. Denunciou a ditadura econômica do capital e condenou veementemente o socialismo. (PAIVA, 2014,p.61)

No início do século XX, os temas relacionados à questão social tocam o episcopado brasileiro; no âmbito eclesial nordestino, entre as iniciativas educacionais e sociais, a Igreja do Rio Grande do Norte, diante dos efeitos da guerra e ocupação americana em seu território, promove a I Semana de Estudos Sociais do Rio Grande do Norte (1945). Em 1947, Padre Eugênio Sales começa a estruturar os primeiros núcleos da Juventude Masculina e a Juventude Feminina como um braço da Ação Católica em Natal. Em Caicó, Dom José Delgado inovou com a organização dos primeiros grupos da Ação Católica especializada, no caso da Juventude Agrária, a JAC. Esse movimento ofereceu à Igreja uma metodologia capaz de dar respostas às suas intuições e expectativas, ou seja: conhecer em profundidade as realidades vividas, o VER; confrontá-las e buscar inspiração nos valores do Evangelho e nas ciências sociais, o JULGAR; estruturar intervenções capazes de transformar a sociedade como missão e desafio próprios do laicato, o AGIR. O contato direto com os jovens militantes transmitiu às incipientes propostas de atuação da Igreja o entusiasmo e a paixão da juventude. Ao mesmo tempo, as novas iniciativas abriram campo de trabalho em suas incipientes profissões. Boa parte dos líderes do Movimento de Natal veio dos quadros da Ação Católica.

⁵ O Manifesto Comunista tinha surgido quatro décadas antes (1848).

Historicamente presente no desenvolvimento cultural do Brasil, a Igreja sempre aparece como agente educativo, formal e informal. Entre os anos 1940 e 1960, implantou um dos mais expressivos esforços, servindo ao mesmo tempo de fonte inspiradora para uma renovação do mundo eclesial, como teoriza Camargo,

[...] foi suscitando em seus agentes, à medida em que se empenhavam em melhorar o mundo social de que eram parte, uma visão cada vez mais ampla e integrada dos problemas sociais e do processo de desenvolvimento sócio-econômico, levando-os a uma multiplicidade de programas de ação tanto na esfera religiosa como na temporal – educação de base, sindicalismo, extencionismo, cooperativismo, clubes de jovens, de mães, formação de líderes, conscientização religiosa e política etc. (CAMARGO, 1971, p.67)

Capacitaram-se, ainda, para identificar as necessidades do povo, suscitar alternativas de superação e arrejimentar formas de viabilizá-las. Não havia limites à ousadia, a não ser as arcaicas leis eclesiásticas e os tradicionais costumes religiosos. É significativo constatar que os pioneiros desse movimento renovador eclesial não entendiam as limitações como vontade de Deus ou expressão do desejo do Papa ou de Roma.

Estudos sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, como FERRARI (1968), CAMARGO (1971), CORREIA e PERNAMBUCO (2011) e PAIVA (2014), destacam o papel pioneirista da Arquidiocese de Natal no desenvolvimento de um conjunto de realizações sócio-pastorais e educacionais, que passou a ser denominado como o "Movimento de Natal". Esse movimento precedeu o Concílio Vaticano II⁶ e acabou oferecendo elementos de convencimento para muitas de suas conquistas, pois algumas iniciativas realizadas na Igreja de Natal repercutiram na sala conciliar romana, como encarnação prática de suas teses e das suas recomendações.

A Diocese de Natal recebeu, em 1929, seu novo bispo, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, com jurisdição sobre todo o território do Rio Grande do Norte, pois não existiam as dioceses de Mossoró e Caicó. Como bom baiano, encantou logo a todos, com sua retórica vibrante e rebuscada. Dentre suas prioridades iniciais,

⁶ O Concílio Vaticano II foi anunciado já como uma intenção pelo papa João XXIII (Angelo Giuseppe Roncalli) em 25 de janeiro de 1959, o que surpreendeu a todos devido sua idade avançada e reconhecidamente escolhido como um 'papa de transição'. Só foi definitivamente convocado em 25 de dezembro de 1961, através da bula papal *Humanae salutis*. Seu encerramento se deu apenas em 08 de dezembro de 1965 já no pontificado do papa Paulo VI (Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini).

dedicou-se ao incentivo da educação, seja dos futuros padres, com a construção do Seminário de São Pedro, seja da juventude potiguar, mediante à instalação de mais de 10 colégios católicos, femininos e masculinos. O apostolado leigo mereceu particular incentivo do novo bispo expresso na valorização da Congregação Mariana, da Ação Católica, das Irmandades, das Associações religiosas, da Imprensa católica e das Cooperativas. O clero não passava de 40 padres espalhados nas principais cidades do território potiguar.

As inspirações do Movimento de Natal se afirmaram na década de 1954 a 1964 em decorrência de dois fatores primordiais: a unidade de comando e o aumento do poder de decisão. A nomeação de Dom Eugênio como Bispo Auxiliar ampliou sua liderança junto ao clero e reforçou seu poder de mobilizar apoios técnicos e financeiros, nacionais e internacionais. Sua relação com Dom Marcolino fluiu com mais facilidade em razão do fortalecimento dos laços de mútua confiança, embora certas iniciativas exigissem tempo para serem aprovadas, como a Emissora de Educação Rural.

A sociedade potiguar e o clero manifestavam confiança e orgulho pelas vitórias alcançadas e pela orientação adotada. A diminuta oposição se localizava em alguns padres e em grupos isolados, com especial destaque, os proprietários de terra. Esse ambiente favorável se ampliou e ganhou proporção bem mais sólida a partir de 1962, quando de sua nomeação como Administrador Apostólico Sede Plena, o que significou assumir a direção da Arquidiocese, com todos os poderes, embora sem o título de Arcebispo que continuava com o velho Metropolita⁷.

Mais que promoção, Dom Eugênio entendeu como uma aprovação por parte do Papa da orientação adotada. Uma manifestação para ele e para o clero de especial importância, pois entendida como uma resposta ao questionamento frequentemente posto: “é isto que a Igreja pede de nós?”. Confirmados e reforçados, deram continuidade à inspiração seguida. A principal mudança ocorreu no primeiro escalão da Arquidiocese. Todos os cargos foram ocupados por padres inteiramente sintonizados com as mudanças em curso, com o ritmo de trabalho e com as inovações descortinadas. Em entrevista a Michael Murphy, entre janeiro e março de 1963, Dom Eugênio Sales, ao se referir sobre o objetivo do Movimento de Natal, assim se expressa:

⁷ Até aquele momento Padre Costa dedicava seu sacerdócio inteiramente a Dom Marcolino. As atividades pastorais até então por ele assumidas se subordinavam às conveniências e ao tempo devido às responsabilidades de secretário particular do Arcebispo, já em acentuado processo de perda da visão. As aulas, as capelarias e a assistência aos grupos de Ação Católica tinham seus horários limitados pelo ritmo do palácio arquiépiscopal.

[...] não damos arroz para converter as pessoas. Mas, no sentido amplo que envolve vários níveis de intervenção. Há alguns aspectos que parecem não ter qualquer relação com a evangelização, porque voltados apenas para a transformação social. No entanto, essas atividades são a única linguagem capaz de ser entendida. Ora é a negociação com o sindicato. Ora a participação na cooperativa ou outras situações. São as mensagens que podem ser ouvidas. (AMMANN, 2015, p.133).

Desde seu início, o Movimento de Natal buscou a salvaguarda da ação social da Igreja, procurando respostas para as questões-desafios da ação pastoral da Igreja local. Conforme teoriza Ferrari, trazendo o testemunho de Dom Eugênio,

Alguns sacerdotes preocupados com a necessidade de se unirem para melhor exercerem sua ação apostólica começaram a reunir-se privadamente. Eram 6. Estas reuniões mensais, que continuam até hoje com todo o clero, constituem um dos vínculos do Movimento de Natal. E acrescenta imediatamente: “o segundo momento foi a necessidade de enfrentar os problemas da região. Uma pequena equipe de sacerdotes e leigos preocupava-se com a situação geral. Esse grupo era constituído de elementos militantes da Ação Católica, assistentes eclesiais e leigos de nível intelectual elevado. A gravidade da problemática no meio rural levou essa equipe a tentar soluções em nome da Igreja com uma visão realista do cristão nesse meio. Realizou uma pesquisa e várias áreas do Rio Grande do Norte, um movimento de massa com presença das autoridades civis e religiosas como tentativa de chamar a atenção para o problema. Organizou-se uma entidade, o Serviço de Assistência Rural – SAR”. (FERRARI, 1968, p.43).

Esse movimento tem seu certame nas atividades já desenvolvidas pela Igreja, como a Juventude Feminina Católica – JFC (1936) e a Juventude Masculina Católica – JMC (1944). Outras ações desenvolvidas na denominada Ação Católica da diocese fazem nascer o Movimento de Natal, impulsionado pelos desejos daqueles contemporâneos de ideias e concepções do Papa João XXIII, que acreditavam ser possível uma renovação das estruturas da Igreja para o diálogo com o mundo após a II Guerra Mundial.

Durante nossas pesquisas, descobrimos que o fundador do ITEC – Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru, no agreste do estado de Pernambuco, Dom Antonio Soares Costa, participava do grupo da segunda geração do ‘Movimento de Natal’ entre os mais jovens que desempenhavam funções de segundo escalão, juntamente com Heitor de Araújo Sales, Armando Paiva, Agnelo Dantas Barreto, José Luis Silva, Luiz Lucena

Dias, João Penha, e Manuel Barbosa de Vasconcelos. Neste contexto sócio-religioso, emergiu da genialidade de um grupo de padres jovens o desejo de encontrar novas expressões de sua dedicação a Deus e aos irmãos na vivência da vocação sacerdotal.

O perfil de cada um deles revela que quatro experimentaram as agruras do semiárido, como vigários de paróquias da interior do Estado. Dois enfrentaram os desafios da pobreza exportada para a cidade do Natal. Tornaram-se os fundadores do Movimento de Natal. A seguir, o resumo de suas biografias:

1º - Alair Vilar, ordenado padre em 1939, se notabilizou por um paróquiato exemplar em Santa Cruz do Inharé. Em 1952, foi transferido para Natal, a fim de assumir a reitoria do Seminário de São Pedro, onde permaneceu até 1957, quando passou a exercer a função de Vigário Geral da Arquidiocese de Natal. Foi nomeado Bispo da diocese de Amargosa, na Bahia, em 1970. Daí só saiu quando de sua transferência para Natal, em 1988, como Arcebispo em substituição a Dom Nivaldo Monte.

2º - Eugênio Sales, o mais moço, ordenado padre em 1943, assumiu a liderança com uma série de atividades de promoção humana, na cidade e no meio rural. A mais estratégica iniciativa consistiu em reunir este grupo de amigos toda terceira quinta-feira de cada mês para refletir sobre os desafios da realidade e a possível resposta da Igreja. Organizou a Juventude Masculina Católica e com ela criou um cordão de obras sociais na periferia de Natal. Ao voltar-se para mundo rural, fundou o Serviço de Assistência Rural – SAR, responsável por múltiplas iniciativas de apoio às populações do campo. Sua liderança se consolidou em 1954, com a nomeação para Bispo Auxiliar de Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, Arcebispo de Natal.

3º - Expedito Sobral, ordenado sacerdote em 1939, tornou-se referência de renovação pastoral segundo o espírito do Concílio Vaticano II. Sua intuição consistiu em descentralizar a paróquia de São Paulo do Potengi em pequenos núcleos de atuação, tendo como base a militância da Ação Católica Rural, jovens e adultos, comprometendo-os com ações de promoção social, de educação e de militância política. Nunca admitiu sair da paróquia onde foi vigário durante 56 anos, apesar dos inúmeros convites para se transferir para a capital e de indicações para ser bispo. Bem antes de ser formalizada com o nome de Comunidade Eclesial de Base, São Paulo do Potengi se tornou exemplo desta renovação pastoral.

4º - Manuel Tavares, ordenado sacerdote em 1936, marcou sua passagem pela Paróquia de Angicos com relevantes trabalhos de educação, inclusive se responsabilizando pelo funcionamento de um Centro de Formação para candidatos ao

sacerdócio. Muitos padres de Natal começaram os estudos sob sua orientação, vivenciando os valores do novo modelo de vida sacerdotal. Foi eleito bispo da Diocese de Caicó em 1959. Aproveitou os meses de permanência em Roma por ocasião do Concílio Vaticano II para dedicar-se ao estudo dos temas em debate. Assim, capacitou-se e se tornou exímio pregador dos ideais conciliares, sendo convidado para pregar o novenário de inúmeras festas de padroeiras.

5° - Nivaldo Monte, ordenado sacerdote em 1941, dedicou-se desde jovem à Juventude Feminina Católica e com ela fundou a Escola de Serviço Social, celeiro de boa parte dos profissionais responsáveis pelas funções de liderança nas organizações surgidas por influência do Movimento de Natal, tanto nas iniciativas de promoção urbana quanto rurais. Dedicou-se de modo especial à educação e à cultura. Sua vida episcopal começou em 1962, com a nomeação para bispo Auxiliar de Dom José Vicente Távora, em Aracaju, Sergipe. Seu nome surgiu como o mais indicado para substituir Dom Eugênio Sales quando de sua transferência para Salvador. Em 1965, assumiu a Arquidiocese de Natal como Administrador Apostólico e em 1968, com a morte de Dom Marcolino, tornou-se o segundo Arcebispo de Natal.

6° - Pedro Rebouças de Moura, ordenado sacerdote em 1930, tornou-se referência como vigário na Paróquia de Nova Cruz, no período de 1939 a 1968. Notabilizou-se pelas obras de atendimento às necessidades da população: escolas, hospital, creches, asilo, cooperativas, sindicato, capelas e cinema. Fundou uma congregação religiosa com o carisma de assumir a dinamização dos serviços religiosos e sociais. Deixou o exercício do ministério sacerdotal.

Um grupo de líderes com perfis diversificados. Tiveram a sabedoria de unir suas qualidades em função da construção de um novo modelo de ser Igreja. Sonharam, capacitaram-se e se fortaleceram ao festejar as pequenas conquistas na direção de uma proposta revolucionária de Igreja.

A genialidade dos fundadores do Movimento de Natal irrompeu no chão árido do Nordeste brasileiro, uma das regiões mais pobres do país. Conhecê-la em profundidade, criar respostas imediatas, mesmo singelas, e mobilizar um batalhão de seguidores capazes de viabilizar ideias ousadas, revelou-se o caminho. Duas ocorrências impactaram a vida socioeconômica do Estado e exigiram posicionamento da Igreja: as secas, em especial as de 1951, 1953 e 1958, e o término da segunda grande guerra mundial, com a saída dos americanos de Natal. A Pastoral social, urbana e rural surgiu como resposta, condicionada por quatro fatores principais: a formação do clero, a mobilização do laicato: a Ação

Católica, o fortalecimento do *Esprit de Corps* e a estruturação da reunião mensal do clero. Abordo estes temas em duas perspectivas: ad intra: as transformações da instituição eclesial. Ad extra: as interpelações e interfaces com a realidade.

A geração de padres posterior à dos seis pioneiros só se ordenou algum tempo depois. Um hiato de seis anos. Tempo suficiente para os mais antigos, com habilidade e determinação, conquistarem a adesão dos futuros colegas, a ponto de conseguir que concluíssem sua formação em sintonia com a mentalidade emergente e comprometidos com as mudanças em curso. Assim, o considerável impacto no seio da Diocese dos 23 novos padres, num lapso de tempo de apenas nove anos, pode ser direcionado para fortalecer a inovadora postura da Igreja. Citamos nominalmente cada sacerdote, dada a relevância da presença de cada um nos espaços estratégicos por eles ocupados, entre eles, Dom Costa:

1949: 2 padres:	Alcides Pereira da Silva Raimundo Gomes Barbosa
1950: 2 padres	Heitor de Araújo Sales Luiz Galdino
1951: 2 padres	Geraldo Ribeiro de Almeida Manuel Pereira da Costa
1952: 5 padres	Antônio Moreira de Madeiros José Edson Monteiro Lucilo Alvas Machado Raimundo Menezes Brasil Vicente de Paula Vasconcelos
1953: 3 padres	João Penha Filho José Luiz Silva Rui Miranda
1954: 3 padres	Antônio Vilela Dantas Manoel Barbosa de Vasconcelos Filho Teobaldo Dias Ferreira
1955: 5 padres	Agnelo Dantas Barreto Antônio Soares Costa Armando Paiva Francisco das Chagas Pereira Pinto

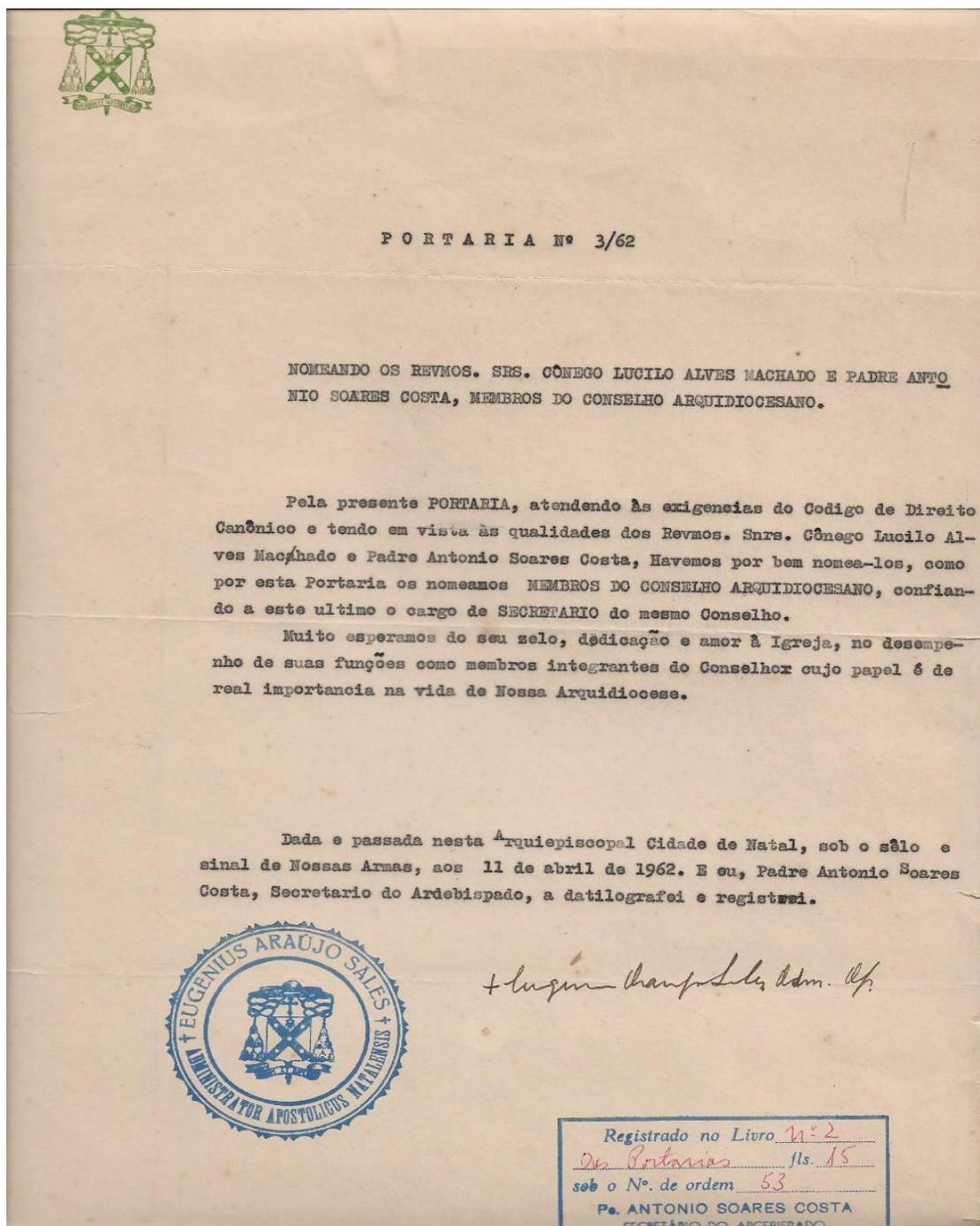
Luiz Lucena Dias

1956:1 padre

José Amorim de Souza

Em 11 de abril de 1962, compondo o conjunto de mudanças realizadas, Dom Eugênio nomeou o Padre Costa como Coordenador do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral,

Figura 1: Portaria de Nomeação do Conselho Arquidiocesano.



Fonte 1: Arquivo pessoal

Esse encargo tinha uma função estratégica, pois lhe competia articular toda a ação da Igreja em obediência ao estabelecido no plano anual, função responsável por efetivar um dos conceitos centrais da mudança inovadora do Movimento de Natal, ou seja, integrar todas as iniciativas da Igreja, seja de caráter religioso, seja de promoção humana, tanto das instâncias ligadas à diocese, como paróquias e pastorais, quanto das entidades católicas autônomas, como colégios, creches, hospitais e outros. Objetivava articular as múltiplas ações dessas entidades de modo a visibilizar em linguagem clara e articulada a presença da Igreja na sociedade. O desafio consistia em respeitar e reforçar os dons, carismas e especificidades de cada entidade e colocá-los em sintonia com os objetivos e metas definidos pela comunidade eclesial, como sua missão evangelizadora.

As técnicas de planejamento consistiam na grande novidade. Um processo orgânico desenvolvido ao longo do todo o ano, com as etapas definidas, acompanhadas e avaliadas. Essa iniciativa pioneira, mais tarde, com a sistematização necessária, veio a se chamar Pastoral de Conjunto. Inspirada na experiência de Natal, a CNBB, em 1962, elaborou seu Plano de Emergência e em 1966 o Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto, com vigência até 1970, articulado em seis linhas de trabalho. Por fim, em 1979, o episcopado latino-americano, reunido em Puebla, assim definiu a Pastoral de Conjunto: Ação global, orgânica e articulada, que a comunidade eclesial realiza sob a direção do bispo destinada a levar a pessoa e todos os membros à plena comunhão de vida com Deus.

Dom Costa percebeu as possibilidades estratégicas da função de Coordenador da Pastoral e a ela dedicou o melhor de sua juventude e do seu entusiasmo. Logo conseguiu se legitimar pela sua formação teológica e pastoral, calcada nos valores da Ação Católica, pela sua permanente disposição para ajudar e pela sua capacidade de trabalho e de organização. Rapidamente, tomou como de sua responsabilidade o encaminhamento dos momentos fortes da dinâmica da Arquidiocese, como a pauta das reuniões mensais do clero e a preparação do plano anual de trabalho, o que implica a avaliação do desempenho do ano anterior, o levantamento dos desafios e necessidades emergentes e as propostas para o ano posterior. Ele próprio se dava ao trabalho de animar a etapa de avaliação de cada uma das instâncias da Arquidiocese, elaborando o relatório dos setores, ressaltando as indicações de continuidade, de aperfeiçoamento e de novas conquistas. Exerceu com maestria sua capacidade de ouvir, produzir sínteses, identificar tendências e propor encaminhamentos.

No momento de instabilidade vivido pela Arquidiocese, por ocasião da transferência de Dom Eugênio para Salvador e das arbitrariedades e perseguições cometidas pelo golpe cívico-militar de 1964, Padre Costa tornou-se, ainda mais, uma peça chave, pelo fato de conhecer em profundidade o conjunto das ações da Igreja, tornando-se apto a exercer importante fator para assegurar sua continuidade. Dentre os demais religiosos com funções de gestão sobre o conjunto arquidiocesano, ele detinha o conhecimento, capacidade e aceitação para dar continuidade ao trabalho que a todos parecia como adequado e no caminho certo.

Dom Costa recebeu desse Movimento um fazer pedagógico que se desenvolveu numa cultura de profundo investimento formativo aos agentes e nas pastorais que ele coordenava com uma sólida fundamentação teórica, tendo desdobramentos positivos como o poder de mobilização e conscientização das pessoas e de execução dos ideários planejados nas diferentes esferas sociais ou religiosas, resultante das ações como: educação de base, sindicalismo, extensionismo, cooperativismo, clubes de jovens, de mães, formações de líderes, conscientização religiosa e política.

Como teoriza Wanderley,

[...] os membros do Movimento tinham consciência de que não se podia confundir os termos, separando nitidamente os objetivos educativos e a confessionalidade. Contudo, dadas a origem de um grande número dos membros, a formação da Ação Católica, a vivência cotidiana da instituição eclesial, a visão de cristianismo a maioria deles, tudo estava impregnado deste prisma. Por outro lado o contato crescente com estudos científicos, o contato bastante superficial de alguns com o marxismo, a convivência com os debates alimentados naquele período, fizeram com que se defrontassem dois discursos – o cristão e o das ciências humanas e sociais –; além da consideração de que o cristianismo se presta a diferentes interpretações e a diversos modos de vida, o mesmo ocorrendo com essas ciências. Criou-se então uma atenção, dinâmica e positiva, conducente a uma fé mais esclarecida, a um compromisso social derivado da concepção da construção do Reino pelas práticas de justiça, liberdade e solidariedade. O que trouxe novos problemas em como dosar a valorização dada às atividades da religião popular e como integrá-la com este cristianismo mais comprometido (1984, p. 155).

Dom Costa acabou assumindo caracteristicamente como suas as mesmas metodologias adotadas pelos movimentos de matriz da educação popular de bases, apropriados de outras experiências educativas herdadas do que de melhor a educação brasileira produziu, tanto do ponto de vista teórico quanto as políticas educacionais, desde a publicação do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, na década de 1930.

Comprovando, assim, a unidade do Movimento de Natal com o cenário conjuntural brasileiro e o desejo de mudança social já presentes nos contornos das ações educativas empreendidas, o que tornou responsável em originar permanentemente um vigoroso processo de renovação de conceitos, dentre eles, a entusiástica ‘crença na educação’, conforme constatamos nas teorizações de Marlúcia Menezes de Paiva,

[...] também, naquele Movimento católico, uma crença no poder da educação (a chamada educação de base) e das técnicas pedagógicas em solucionar os problemas que assolavam o meio rural brasileiro, podendo torná-lo produtivo e assim integrá-lo ao mercado capitalista. (PAIVA, 2014, p. 208)

Imputamos a esse aspecto educativo do Movimento de Natal a origem das ideias e desenvolvimento de uma apropriação metodológica educativa, enquanto se relaciona em expressas manifestações de um ideário e desvelamento da sua identidade, que se materializam em aprendizagem no seio da instituição, que é objeto da presente pesquisa.

Tal perspectiva se alinha metodologicamente com as teorizações contidas no pensamento de Certeau, ao afirmar que “[...] a escrita da história se constrói em função de uma instituição” (1982, p. 66).

Acreditamos que as características de sua personalidade como sujeito guardam íntima relação com esse ambiente eclesial e com seu desenvolvimento, além da relação com a educação de base apropriada desse contexto.

A sensibilidade para com as realidades da vida marcaram sua formação filosófica e teológica, permeada pela prática da constante revisão de vida, individual e em grupo, sempre orientada pelo método do Ver, Julgar e Agir, iniciado pela Ação Católica.

O método Ver-Julga-Agir⁸, utilizado nas ações formativas da Igreja Católica latino-americana, propõe os seguintes passos:

Ver: estudo da realidade. Especial atenção é dada, neste olhar, para as pessoas e famílias mais necessitadas e excluídas da	Julgar: análise e julgamento a partir de alguns referenciais, especialmente da Palavra de Deus e da Doutrina	Agir: são as considerações sobre as perspectivas pedagógicas e comportamentais que se abrem com vistas a uma
--	---	---

⁸ Disponível em: <https://observatoriadaevangelizacao.wordpress.com/2018/06/11/as-origens-do-metodo-ver-julgar-e-agir-que-foi-consagrado-na-caminhada-da-igreja-latino-americana/>. Pesquisa realizada em 16 de outubro de 2020.

<p>sociedade. Para escolher as Políticas Públicas a serem implementadas, as administrações precisam fazer escolhas, preferencialmente com a participação popular, definindo os problemas mais urgentes e que afetam a qualidade de vida da população.</p>	<p>Social da Igreja, servindo como luz que ilumina nossas ações. Outros instrumentos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta da Terra, a Constituição Cidadã, também são importantes para que os cristãos possam enxergar a sociedade como um todo e não apenas os que participam da vida eclesial.</p>	<p>ação social transformadora. No caso das Políticas Públicas significa propor às administrações públicas, políticas que busquem transformar as situações mais gritantes de injustiça e que causam sofrimento às pessoas, famílias e comunidades do município, estado ou país.</p>
---	--	--

Segundo as teorizações de Clodovis Boff (1990), o método é a aplicabilidade dos resultados da Teologia da Libertação em aspectos científicos: ver – mediação sócio-analítica; julgar – mediação hermenêutica e agir – mediação prática.

O uso desse método auxiliava os envolvidos a refletir sobre sua situação como sujeitos inseridos numa realidade concreta. Em comunidade, construíam uma análise desta mesma realidade, estabeleciam uma crítica e criavam-se estratégias coletivas na resolução dos problemas.

É importante situar alguns dados biográficos de Dom Antônio Soares Costa, para maior amplitude compreensiva sobre os nexos entre sua trajetória de vida com o método ver-julgar-agir, que resultará como uma característica marcante em suas ações pastorais e na aplicação de uma metodologia educativa ao Ensino da Filosofia no agreste pernambucano, que analisaremos no terceiro capítulo.

Dom Costa nasceu em 18 junho de 1930, em Nova Cruz - RN. Foi alfabetizado na Escola Padre Miguelinho, no Alecrim, Natal – RN, como faziam os da classe pobre do seu tempo. Fez o curso primário na Escola Estadual Augusto Severo, Petrópolis, Natal - RN e em 10 de fevereiro de 1944 entrou para o Seminário São Pedro da Arquidiocese de Natal, aos 13 anos de idade. Em 1949, iniciou seus cursos superiores de Filosofia e

Teologia no Seminário da Prainha, em Fortaleza - CE, onde estudaram os seminaristas do clero potiguar durante os 33 anos do episcopado de Dom Marcolino Dantas.

Essa unidade de formação se constituiu numa das razões da renovação realizada na Igreja de Natal, com a atuação do denominado Movimento de Natal.

A Congregação religiosa dos padres Lazaristas⁹ assumiu a direção de vários seminários do Nordeste, inclusive o de Fortaleza (Seminário da Prainha), Mossoró e de Caicó, no Rio Grande do Norte. Esses religiosos influenciaram nas áreas urbanas e rurais do Norte e Nordeste do Brasil, se especializaram-se na promoção humana em diversos setores da vida do povo e na formação das futuras gerações de presbíteros.

A presença de alguns professores criara um ambiente especial de procura e abertura aos tímidos prenúncios da renovação eclesial. Formavam-se grupos de leitura de revistas francesas, que traziam as experiências dos padres operários na França, como a revista *Maison Dieu*¹⁰, possibilitando o acesso a artigos de teólogos da qualidade de Henri de Lubac, Jean Danielou, Yves Congar, Joseph Lebreton e Marie-Dominique Chenu.

Esses teólogos tornaram-se, anos depois, os luminares da teologia conciliar, responsáveis pelo arcabouço conceitual do *aggiornamento* da Igreja católica. Ao lado das ideias dos movimentos bíblico e litúrgico, vivia-se o limiar da organização da Ação Católica. Esta ebulição subterrânea ocorrida nas periferias do tecido eclesial ganhou sua plena relevância no pontificado do Papa João XXIII e influiu de modo decisivo na denominada ‘primavera’ do Concílio Vaticano II.

Dom Costa descobriu, desde muito cedo, a importância da valorização do laicato, na visão profética do Padre Pierre Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica – JOC. Embora os superiores nem sempre entendessem o cerne das questões que tanto mobilizavam os alunos, não raro os seminaristas nelas se aprofundavam e se dedicavam à revisão de vida e às reuniões, para exercitar a metodologia do Ver, Julgar e Agir.

⁹ Os Lazaristas são reconhecidos por esse nome devido em 1932 terem mudado sua sede para o edifício do priorado de São Lázaro no entorno de Paris. A Congregação da Missão é mais uma ordem da Igreja Católica de grande importância na evangelização através da educação; foi fundada por São Vicente de Paulo com o objetivo da vivência à caridade com os pobres desvalidos. Foram enviados por todo o mundo para uma atuação formativa nos seminários e no ensino religioso. Os padres Lazaristas chegaram ao Ceará no ano de 1864, onde assumiram as atividades educacionais no Seminário da Prainha. (ver.: FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão: os padres da Congregação da Missão (Lazaristas) no Nordeste e no Norte do Brasil*. 1º Ed, Fortaleza, Edições UFC, 2010, p. 19 – 30).

¹⁰ Merece destaque nesse cenário a figura do arcebispo de Paris de 1940 a 1949, o cardeal Suhard com o livro publicado em Lião (1943) com o título — *La France, pays de mission?* — escrito por dois capelães da *Jeunesse ouvrière catholique*, Henri Godin e Yvan Daniel, aos quais no ano precedente o cardeal tinha pedido que preparassem um relatório sobre a situação religiosa dos ambientes operários parisienses.

Ordenado sacerdote em 08 de dezembro de 1955¹¹, logo engajou-se num ambiente religioso, onde as alegrias e tristezas, as esperanças e as angústias das pessoas se tornaram o compromisso de ação da própria Igreja, renovada pelo Concílio Vaticano II. Nesse sentido, o Movimento de Natal desafiou a comunidade religiosa a realizá-la na prática, é por isso mesmo que dedicamos um capítulo dessa tese ao esquadramento desse movimento.

Dom Costa assumiu a função de vigário-coadjutor na paróquia de Ceará Mirim. Em fevereiro de 1956, tornou-se secretário particular de Dom Marcolino, que perdia a visão até cegar por completo. Paralelamente, como para vivenciar a dimensão missionária do seu ministério, iniciou sua atividade pastoral como capelão do Sanatório Getúlio Vargas, ao tempo em que ensinava Latim no Seminário de São Pedro, Religião, na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFERN e na Escola Técnica de Comércio do Professor Ulisses Celestino de Góis. Nomeado em 1956 para assistente eclesiástico da Juventude Estudantil Católica – JEC, iniciou uma ligação com a educação escolar e com os jovens, que se consolidou ainda mais em 1958, com a designação de Capelão do Colégio Santo Antônio dos Irmãos Maristas de Natal, onde por doze anos exerceu enorme influência sobre a sociedade potiguar.

Nomeado Bispo Auxiliar de Natal, permaneceu ao longo de vinte e dois anos, durante os pastoreios dos Arcebispos Dom Nivaldo Monte, por dezesseis anos, e Dom Alair Vilar, por seis anos. Um dos mais longevos Auxiliares da história da Igreja no Brasil. No processo de substituição desses dois prelados, seu nome foi apontado como a indicação mais natural, desejada e solicitada para Arcebispo de Natal, porém, foi duramente golpeado pela política interna da Igreja, conforme consta em noticiários jornalísticos locais. Foi transferido para Caruaru - PE, onde exerceu seu *múnus* episcopal¹² por nove anos.

A experiência adquirida permitiu-lhe com facilidade ganhar a confiança dos integrantes da nova diocese, rapidamente integrando-se à vida da sociedade, exercendo sua liderança num diálogo aberto e construtivo com as mais representativas forças da comunidade, imprimindo sua marca pastoral e educacional.

¹¹ O bispo sagrante foi Dom Eugênio Sales, porém a homilia da missa foi proferida pelo arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara.

¹² A palavra *múnus* se originou diretamente do latim *munus*, que quer dizer "dever", "função" e "encargo". O bispo ou episcopo pela fé da Igreja participa do tríplice *múnus* de Jesus Cristo, de ensinar, de santificar e de reger.

O Concílio Vaticano II sempre o inspirou na busca pela reestruturação eclesial, com especial atenção às classes populares, fazendo ressurgir uma reflexão social no interior da Igreja com fundamentação teológico-libertária, tendo como seus expoentes teólogos e bispos considerados progressistas, também esses conectados a um movimento que participa de um conjunto superior em variáveis determinantes, como contextualiza Paiva,

[...] é possível considerar a ação desenvolvida pelo Movimento de Natal como fazendo parte de um contexto maior de mudanças ocorridas no pós-guerra. Essas mudanças aconteceram, tanto no âmbito nacional, como internacional: de um lado provocadas pelo desenvolvimento das relações de produção capitalistas – diante do reordenamento das forças mundiais – e pelo crescimento do comunismo, com o fortalecimento da união das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por outro, como resultado das alterações ocorridas na conduta da própria Igreja que, diante da nova conjuntura mundial pós-guerra, sente a necessidade de modificar sua ação pastoral, modernizando-se e adequando-se àquele momento histórico. Daí o fortalecimento da Ação Católica e as mudanças introduzidas com seu *apostolado de ação*, em lugar de um exclusivo *apostolado de oração*. (PAIVA, 2014, p.68).

Na medida em que a ação eclesial ganhou novo direcionamento, o Movimento de Natal foi restaurando a opção dos seus objetivos na mesma medida em que ampliou o nível de consciência do processo daqueles agentes envolvidos nas ações pastorais, ao mesmo tempo em que os convocou a percepção da vida social, apropriando-se do entorno a partir dos problemas diagnosticados e chamando para a corresponsabilidade nos seus enfrentamentos. Até então, o objetivo do Movimento era garantir respostas imediatas com fins assistenciais. Após seu desenvolvimento no meio urbano, alarga-se a preocupação, surge a necessidade da formação de pessoal habilitado para a execução técnica e com capacidade de análise para descobrir as “causas” dos problemas e seus possíveis enfrentamentos.

A fase urbana traz como aspectos mais importantes ao Ensino, segundo as teorizações de Alceu Ferrari,

O aspecto mais interessante desta fase consiste [...] na nova orientação que o Movimento imprimiu à ação da Igreja no Setor do Ensino. Contrariamente ao que acontecia com os colégios católicos tradicionais, que pela sua localização e por não serem gratuitos, atendiam quase que exclusivamente as classes média e alta, o movimento, semeando escolas

primárias gratuitas na periferia, foi ao encontro das classes mais pobres e das áreas suburbanas carentes de escola. (FERRARI, 1968, p.67).

O aspecto educativo do Movimento de Natal ocupa nessa tese um lugar basilar, como responsável por fundamentar metodologicamente a pedagogia assumida por Dom Antonio Soares Costa, que participou do grupo da segunda geração do Movimento de Natal entre os mais jovens que desempenhavam funções de segundo escalão, como já nos referimos, e que aparece na continuidade dos desenvolvimentos e condução das ações educativas que investigamos. Mesmo sabendo que o contexto histórico faz do Movimento de Natal um fenômeno pertencente às mudanças conjunturais da nação brasileira, não podemos negar em sua prática uma característica fundamental: o entusiasmo pela educação. Em suas pesquisas sobre as ações educativas do Movimento de Natal, Marlúcia Paiva teoriza:

[...] uma crença exacerbada no poder da educação, foram os grandes responsáveis pelo êxito dos trabalhos das missões, pois o entusiasmo e a abnegação dos técnicos levavam-nos a suportar condições adversas de trabalho, em lugares recônditos, onde as condições de vida era extremante precárias. (PAIVA, 2014, p. 77).

A evolução da atuação do Movimento na área da educação e organização das classes populares nos permitem esquadrihar as origens, mesmo que comparativamente, da ação de Dom Antonio Soares Costa a práxis educativa desenvolvida no interior do instituto, criado décadas após e transportada para outra realidade, mas que se expressa como materialização do amadurecimento da sua reflexão e experiência educativa com as bases.

1.1. O Movimento de Natal e a educação de base.

Buscamos nessa tese capturar a metodologia educativa abrigada sob os cuidados da Arquidiocese da Natal, nas décadas de 1950 e 1960. O seu aspecto formativo popular representou uma ação pioneira, gerando um fazer pedagógico próprio, encontrável na reconstituição da história de uma instituição educativa que salvaguardou caracteristicamente semelhanças e proximidades, transportada pelo seu fundador para uma outra experiência décadas depois, mas que conservava o mesmo compromisso social.

Falamos não mais de uma alfabetização pelas letras, mas de uma reflexão crítica pela Filosofia, em prol dos que estão nas bases sociais e nas comunidades. Falamos ainda da institucionalização de uma experiência educativa revivida ou aplicada em outro tempo e espaço, de maneira estruturalmente reeditada com criatividade, no atendimento de objetivos semelhantes aos presentes no seu início e por isso mesmo conserva sua identidade educativa transformadora, como teoriza Wanderley, ao recordar a atuação dos leigos e as finalidades pretendidas pelos iniciadores do Movimento de Natal,

Dos objetivos amplos e vagos de romper o subdesenvolvimento foi assumindo um projeto de desenvolvimento nacionalista, com ênfase nas reformas estruturais, no desenvolvimento social, no desenvolvimento de comunidades auto-sustentadas. Da finalidade basicamente alfabetizadora passa para uma educação de base que compreendia conscientização e politização, valorização da cultura popular, instrumentação de comunidades, organização do povo, animação popular (WANDERLEY, 1984, p.45).

Ao recapitular o pioneirismo da Igreja Católica do Rio Grande do Norte na ação educativa que objetivou suas ações na busca de uma transformação ampliada da realidade e através do exercício do conhecimento configurado numa pedagogia libertadora, percebemos a inspiração para tal movimento participante de um amplo movimento cultural que eclodia naquele momento. Nesse sentido buscamos estabelecer conexões no presente estudo com a pedagogia herdada desse cenário e na sua reedição estruturante na criação e desenvolvimento do ITEC. Adotaremos as definições desenvolvidas por Marlúcia Menezes de Paiva, ao estabelecer a valorização de aspectos culturais em conceituar a ação educativa da Igreja como organização cultural, quando teoriza

[..] *ação educativa* será entendida não como uma relação pedagógica, meramente escolar, envolvendo uma geração de adultos que, através dos tempos, acumulou experiências, valores e uma geração de jovens que deve assimilar esses conteúdos para poder integrar-se no meio social (PAIVA, 2014, p.17).

Encontramos, nesse sentido, tal ação educativa como desdobramento pertencente às forças que buscavam ressignificar a educação popular no Brasil, e não como um projeto isolado do cenário nacional.

Desse contexto de transformação, lutas e desenvolvimento de mobilização popular em busca de reformas sociais, como a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, de 1961, o MEB assumirá, a partir do Rio Grande do Norte, uma atuação no campo

da educação popular que fortaleceria várias iniciativas, fazendo com que a Igreja definitivamente se envolvesse com as problemáticas sociais. Nesse momento, as iniciativas pastorais se aproximaram dos menos favorecidos e os elegeram como prioridade.

A Igreja se aliou às lutas dos crescentes movimentos populares. Segundo as teorizações de Scoot Mainwaring,

Esses movimentos afetaram muitos líderes da Igreja, tanto por chamarem a atenção para a importância de se dar apoio às reformas, quanto por criarem, no caso dos conservadores, uma conscientização de rápido crescimento da esquerda. Inovações na educação popular inclusive o Movimento de Educação de Base (MEB), o trabalho de Paulo Freire e os Centros de Cultura Popular, estimularam reflexões sobre o papel das massas na sociedade. Esses movimentos ajudaram a criar um ambiente de questionamento que indiretamente encorajava a inovação no trabalho pastoral entre as classes populares. (MAINWRING, 1989, p.64).

Os anos 1950 a 1960 marcaram a sociedade brasileira de maneira significativa no que se refere às transformações sociais e políticas. Desenha-se a tomada de posição da Igreja no campo político, numa frente que acolhia vários movimentos sociais na luta pela reforma social e econômica. O catolicismo assume a agenda pastoral da realidade em seus contornos e problemáticas, principalmente em temáticas fundamentais como a educação, família e reforma agrária.

A educação de base nesse sentido se compreende para a Igreja como uma ação evangelizadora, portanto, denota um compromisso cristão. A ação social conferia agora ao processo educativo um caráter de dever cristão; a pessoa humana e a formação de sua consciência eram o lugar de endereçamento dos objetivos da educação de base.

Desse aspecto desenvolvido desde o início do conjunto de suas ações, o Movimento de Natal abriga uma característica fundamental e reveladora de uma identidade socioeducativa própria. Através da educação, na transmissão de conhecimentos básicos ao acesso de condições à dignidade plena, revela-se uma postura centrante, depreendida do contexto geral do seu agir educativo.

O Movimento de Natal, por meio de ações educativas e formação política, eleva a condição da vida humana na descoberta de direitos enquanto sujeitos da história. Quando estabelecemos nexos entre esse aspecto particular desse movimento,

empreendido nos desdobramentos de suas ações e organismos originados nesse contexto, encontramos ressonância na concepção do Ensino da Filosofia no ITEC, por abrigar o compromisso social e a consciência cidadã como resultado de todo processo educativo no interior da instituição.

A prática libertadora da pedagogia popular inicial se transforma na criação do ITEC, num elemento concepcional, uma condição para a sua implementação. Atribuímos esse fator característico da politização e do compromisso social da instituição como uma herança transmitida de maneira particular por Dom Antonio Soares Costa, quando desenvolveu o serviço de articulação política no Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal - RN.

1.2. O Serviço de Assistência Rural – SAR.

São numerosas as iniciativas no campo da politização dos agentes de pastoral em prol da organização popular e na sua defesa. De maneira simples, pedagógica, progressiva e perseverante, suas novas lideranças ocuparam os espaços possíveis, dedicando estratégica atenção à organização das comunidades por meio de uma ação educadora de base, “[...] resultante desse processo, o SAR foi criado em 22 de dezembro de 1949, pelo então padre Eugênio Sales, com a colaboração da Juventude Masculina Católica e de alguns alunos da Escola de Serviço Social” (CORREIA, 2011, p.45).

O SAR, desde seu início conservou a característica fundamental de inserção comunitária. As orientações seguiam princípios promotores de melhoria da comunidade rural e a educação dos seus habitantes. Como teoriza Michel de Certeau, ao discorrer sobre o *não-dito* de um ‘estatuto científico’,

É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas. (CERTEAU, 1982, p.71).

Na denominada fase inicial, a vivência e proximidade com o homem do campo conferia ao SAR a condição de um trabalho em vista da organização das comunidades

sustentada pela estratégica de base: Líder, grupo e comunidade. Desse desenvolvimento, surgem as Comunidades Eclesiais de Bases – CEB, com o objetivo de reunir as comunidades e organizar o meio popular. A celebração litúrgica comportava a reflexão a partir da realidade da vida, na tentativa de unificar fé e vida.

As camadas populares urbanas foram organizadas nas comunidades paroquiais e as rurais em suas respectivas capelas, também nesse aspecto o Rio Grande do Norte foi pioneiro, mas a iniciativa não se restringiu aos sacerdotes ou bispos, comportou nesse momento um protagonismo leigo que o Movimento de Natal já herdava.

No imaginário das CEB's, sua nomenclatura é composta por conceitos que exprimem seu espírito: *Comunidade*, deriva da unificação comum e da unidade das pessoas que se reuniam, pertencentes ao mesmo credo, mesma Igreja e habitavam a mesma região. *Eclesiais*, por congregarem na Igreja como núcleo básico de comunidade de fé. E *Bases*, por serem compostas de pessoas de camadas populares, em sua maioria trabalhadores que tiravam seu sustento do labor manual.

Reiteramos, a partir dessa contextualização, os pilares presentes no Movimento de Natal, na concepção do SAR e posteriormente do MEB, para assinalar as influências sobre Dom Antonio Soares Costa como referenciais pedagógicos na criação do ITEC, em Caruaru – PE. Essas experiências foram, ao mesmo tempo, espaço de aprendizado, uma escola formada em sua prática educadora sob uma tríplice perspectiva conceitual: Ação; Educação e Conscientização. Esse último conceito é portador de relevante valor a caracterizar toda a ação educativa das ações empreendidas pela Igreja no Rio Grande do Norte. Não é fácil datar sua origem e emprego no ambiente político nacional, porém reconhecidamente presente já na década de 1950 pelo Movimento de Natal. Conscientizar tornou-se um caminho metodológico e estratégia de ação,

Por conscientizar entende-se o esforço intencional de provocar em categorias, classes e grupos sociais a consciência das desvantagens de sua situação na sociedade e a disposição de participar em sua alteração. A conscientização consiste na tomada de consciência por categorias, grupos e classes sociais de sua condição socialmente desvantajosa e na disposição em participar de um processo de mudança. (CAMARGO, 1971, p.107).

A conscientização no campo da educação encontra uma conceituação que se alinha estruturalmente à praticada no Movimento de Natal, enquanto postura do homem

em se posicionar na luta pela transformação e no alcance da perene visão crítica da realidade no pensamento de Paulo Freire,

A conscientização é, neste sentido, um teste, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-ve-la” a realidade, mais se penetra a essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente a realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica; é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (FREIRE, 1979, p.26).

Toda ação socioeducativa vivenciada no SAR era também ação político-conscientizadora. O princípio básico dessa compreensão era disseminado através da reflexão: fé e política. A ação política tinha o dever de conduzir à participação da comunidade de fé na construção do bem comum, e serem beneficiados por este bem comum. Na prática, a política do SAR exigia discernimento e responsabilidade. As cartilhas produzidas para os encontros comunitários pelo Programa de Educação Política traduzem o compromisso com a articulação das bases e sindicatos de trabalhadores rurais em anos eleitorais, mantém os ideários vivenciados no Movimento de Natal continuados por Dom Costa nos anos seguintes, quando foi responsável pela a articulação política, como podemos analisar nas Cartilhas do Programa de Educação Política do SAR no quadro abaixo:

Ano	Tema
1972	É tempo de política (caderno I) É tempo de política (caderno II)
1973	Os direitos do homem
1974	A família
1975	O bem comum
1976	Votar consciente é participar
1977/1979	Sua comunidade é você
1980/1981	Terra – Escravidão ou libertação

1982/1988	Educação Política – um caminho para a libertação
1989	Educação Política – Eleições 89

Fonte: (CORREIA, 2011, p. 107).

A política desenvolvida pelo SAR tinha como sujeito o povo organizado, à medida em que os educava para fazer valer os seus direitos de cidadãos. Os vários grupos são entendidos, nessa concepção política, como instrumentos para assegurar uma organização justa da sociedade. As cartilhas de estudo forneceram esse entendimento de maneira pedagógica em três momentos programáticos: a) O mundo que a gente quer; b) O mundo como ele está; c) O povo, o Evangelho e a política.

Vale recordar que a III Conferência Geral do Episcopado Latino – Americano, sediada em Puebla de los Angeles, México, de 20 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, exorta à participação e ao estímulo dos cristãos a darem a sua contribuição consciente e responsável ao processo político, social, cultural e econômico; nos capítulos sobre a evangelização, política e ideologias (PUEBLA, n.507 à 530; 535 à 562) são desenvolvidos dois conceitos: política e compromisso político.

A política em seu sentido mais amplo visa o bem comum, portanto, interessa à Igreja (PUEBLA, n.521). O compromisso social é tarefa fundamental dos grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político (PUEBLA, n.523). A Igreja do Rio Grande do Norte não só aceitou essas orientações, mas procurou aplicá-las nas diversas circunstâncias.

Segundo as teorizações de Cícero Gomes Correia, o Programa de Educação Política do SAR, para atender aos objetivos da Conferência em PUEBLA, empregou o método *ver, julgar, agir e avaliar* como instrumental metodológico de análise,

[...] inicialmente, a técnica de pequenos grupos, em função da comunidade e, posteriormente, grandes mobilizações, na luta pela terra e nas campanhas salariais da área canavieira (litoral sul do Rio Grande do Norte). Esse programa, conforme documentos do SAR, desenvolve o seu apoio e assessoramento aos grupos, dentro da visão mais ampla da sociedade, para que, à luz da fé, empenhe-se, na sua transformação, tanto da sociedade civil como da sociedade política [...] o caminho é fortalecer as classes populares, apoiar e incentivar a criação de movimentos que nasçam do povo e engajar-se em partidos políticos que sejam capazes de promover transformação de estruturas da sociedade. (CORREIA, 2011, p. 108-109).

Na década de 1980, o tema da educação política ocupou o centro das ações do SAR. Nesse período, destaca-se a figura de Dom Antonio Soares Costa, então bispo auxiliar da arquidiocese de Natal. Como coordenador do SAR, busca aliar os objetivos pastorais da Igreja nos trabalhos sociais e nas lutas políticas, conforme testemunha o autor,

Em todas as atividades do SAR, estava presente a dimensão pastoral, fundamentada nos documentos da Igreja. Conforme Dom Antonio Soares Costa, então bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal e coordenador do Serviço de Assistência Rural durante toda a década de 1980: *“A Igreja sempre teve consciência de sua missão crítico-profética e a exerceu através de pronunciamentos e de atitudes, como nos diz o documento da CNBB, pastoral social, p.45. É que a missão da Igreja não se limita ao campo religioso, mas atinge toda a realidade da vida humana”*. (CORREIA, 2011, p.108).

Ao resgatar a fala de Dom Costa acima, detectamos a materialidade daquilo que até aqui viemos anunciando, sua participação efetiva nas atividades do Movimento de Natal e seu comprometimento com as causas educativas. Não só na articulação política do SAR e posteriormente na coordenação do MEB, o bispo vai aprofundado sua pedagogia libertadora que analisaremos quando nos debruçarmos sobre o currículo desenvolvido no ITEC. Antes, porém, aprofundaremos um importante desdobramento das ações educativas da arquidiocese de Natal, que se espalhou pelas regiões pobres como uma metodologia de alfabetização e formação política das classes populares.

1.3. As escolas radiofônicas e o MEB.

O Movimento de Natal guarda uma herança de múltiplas ações educativas. A frondosa experiência vivida na arquidiocese de Natal nos faz despertar para a riqueza e amplitude desse conjunto de iniciativas pioneiras no campo da educação e promoção humana.

Brotaram obras sociais, promoção da alfabetização de adultos, ações orientadoras para o bem comum e desenvolvimento da cultura sindicalista. Uma dessas iniciativas é exemplificada diante do fenômeno e o socorro aos atingidos pela falta de chuva, que se desvirtuou, desde os primórdios, tornando-se uma oportunidade de enriquecimento ilícito e um desserviço à sociedade. A alternativa encontrada pelo Governo Federal consistiu em organizar Frentes de Trabalho, de modo a garantir precária ocupação e módica renda para

milhares de famílias. Competia às autoridades estaduais a responsabilidade de indicar os membros das comissões organizadoras e gerenciar sua execução. E o faziam em articulação com as prefeituras, os comerciantes, os proprietários rurais e as lideranças municipais. Na prática, tornou-se um desastre. Desvirtuou-se por completo, a ponto de ser conhecida com a expressiva denominação de “indústria da seca”¹³.

As secas dos anos de 1951 e de 1953 desafiaram, sobretudo, o meio rural, pelos aspectos trágicos do fenômeno, como a multidão de famintos perambulando pelas cidades, impactando por completo a atividade produtiva dos municípios. Solidários com os flagelados, a Arquidiocese de Natal aprofundou a análise da grave injustiça institucionalizada e do enorme sofrimento imposto ao povo.

Na seca de 1958, a Igreja estava preparada para intervir. A nomeação do Padre Eugênio como bispo auxiliar de Natal reforçou as condições para enfrentar a indústria da seca e assumir a defesa dos flagelados. Suas principais ações consistiram em denunciar as falcatruas junto ao Presidente Juscelino Kubitschek, organizar uma estrutura de compra, transporte e distribuição de alimentos e assumir a organização das frentes de trabalho em muitos municípios. Milhares de potiguares se beneficiaram. A Igreja chegou a dever vultosas somas de recursos no comércio de Natal. A reação dos poderosos se manifestou de múltiplas formas, inclusive com protestos formais na Assembleia Legislativa do Estado. O sucesso do enfrentamento desta grave crise fortaleceu a consciência do clero em sua força e abriu portas para a formalização de parcerias com instituições públicas visando o desenvolvimento do Estado (CAMARGO, 1971).

Nos anos 50, a atuação da Igreja se voltou, também, para o meio rural. A primeira iniciativa foi a Semana Rural, realizada na Escola Agrícola de Jundiá, de 22 a 27 de janeiro de 1951. Reuniu autoridades públicas, fazendeiros, trabalhadores rurais, técnicos, religiosos, mulheres e jovens do meio rural. Constou de palestras, círculos de debates, exposições de implementos agrícolas, dias de campo e apresentações culturais. O evento contou com financiamento do Ministério da Agricultura e execução do SAR. Daí a presença das autoridades federais e estaduais, dos Bispos e de padres das três dioceses, com destaque para a presença do padre Helder Câmara, em nome da Nunciatura Apostólica. O sucesso alcançado se desdobrou numa série de convênios entre o SAR e o Serviço de Informação Agrícola – SIA, do Ministério da Agricultura e com a Campanha Nacional

¹³ Um criminoso esquema de roubo dos necessitados, sobretudo nos barracões montados para fornecimento de alimentos, a preços por eles estabelecidos e com produtos de péssima qualidade. Disto se aproveitaram os políticos e implantaram o “voto de cabresto”, ou seja, votar nos indicados por essa associação do mal.

de Educação Rural – CNER, do Ministério da Educação. Em decorrência, surgiram o Centro de Treinamento de Líderes Rurais, a Missão Rural de Educação do Agreste e 18 Centros Sociais de comunidades.

Estavam assentadas as bases para a implantação de um Movimento, objetivando transformar a realidade potiguar, com ênfase na conscientização e formação das pessoas, na organização das comunidades e na mudança das estruturas, uma nova metodologia calcada na articulação entre os valores religiosos e a análise de situações sob a ótica técnica de variados campos do saber, como o direito, a sociologia, o serviço social e a comunicação. Daí surgiram os posicionamentos e as ações estruturadas, sob o prisma das técnicas do planejamento, com objetivos, metas, prazos, responsabilidades, datas de execução e de avaliação.

Para tanto, a Igreja contou com lideranças e um corpo de operadores composto por sacerdotes e leigos, sobretudo jovens; um método de trabalho definido e aceito por todos – Ver, Julgar e Agir; uma mística de trabalho fundamentada nos valores evangélicos e parceiros motivados e dispostos a financiar as novas propostas.

A consciência de promover a Doutrina Social da Igreja como um ensino levado à prática, perpassou todo o desenvolvimento das ações sócio-politizadoras da Igreja do Rio Grande do Norte, associada à CNBB e demais dioceses do Nordeste brasileiro.

Há uma semelhança entre as atividades desenvolvidas pelo Movimento da Natal à desenvolvida no secretariado da CNBB para a Igreja do Nordeste, no surgimento das Escolas Radiofônicas, segundo teoriza Marlúcia de Menezes de Paiva, ao descrever:

Tendo iniciado suas atividades principalmente na periferia urbana da capital do estado, o Movimento de Natal estendeu sua ação ao meio rural com a criação do SAR em 1949. No final da década de 1950, esse Movimento também ingressou nos trabalhos de alfabetização com a criação das Escolas Radiofônicas. Embora já na década de 1940 a Diocese de Natal faça referência, mesmo esporádica, à criação de uma rádio-escola, foi somente a partir do conhecimento da experiência de Mons. José Joaquim Salcedo, em Sutatenza (Colômbia), que essa modalidade de ensino foi implantada (PAIVA, 2014, p. 141-142).

As Escolas Radiofônicas, por intermédio do SAR, configuraram-se em mais uma iniciativa do Movimento de Natal direcionada à educação rural, após o diagnóstico dos índices alarmantes de analfabetismo das classes trabalhadoras, principal entrave para o desenvolvimento da conscientização para as lutas iniciadas nas missões rurais. As

dificuldades encontradas na implementação desse serviço eram diversas, a marginalização da parcela dessa população rural se dava pela falta de acesso aos benefícios e recursos proporcionados pela sociedade, com: Emprego estável, educação, cultura, serviços de saúde, habitação e ainda, pela exclusão nas tomadas de decisões e nas resoluções de problemas sociais.

O itinerário educativo em desenvolvimento enfrentou inicialmente o desafio da ausência de um núcleo de força social; a desintegração e dispersão das comunidades constituiu-se naquele momento, a urgência para alcançar objetivos de ordem qualitativa e quantitativa.

A relativa normalidade democrática da década de 1950 e início de 1960, contribuiu para o enfrentamento desse cenário de convulsão social e de negação da dignidade humana, e então, tornar-se possível efetivar a experiência de alfabetização de adultos pelo rádio, como teoriza Carvalho e Paiva,

[...] dentre as diversas atividades já existentes, surgiu mais uma: alfabetizar a população rural e a forma encontrada foi a alfabetização pelo rádio. A implantação de um sistema educativo com base em emissões radiofônicas encurtava distâncias, facilitando o acesso dos camponeses à educação, dando-lhes possibilidades de se desenvolverem enquanto membros de uma comunidade maior. O rádio significava, de forma concreta, a tecnologia a serviço da educação do homem campesino (CARVALHO e PAIVA, 2009, p.51).

Esse fenômeno encerrava a dicotomia entre o campo e a cidade. O primeiro marcado pelo sofrimento do analfabetismo, desorganização social, que com frequência eram manipulados politicamente. O processo formativo do Serviço de Assistência Rural por meio de Escolas Radiofônicas ganha amplitude Nacional a partir de convênio assinado em 1961 entre a CNBB e o Governo Brasileiro, marcando o surgimento do Movimento de Educação de Base (MEB), com o objetivo de manter o homem do campo em seu meio topográfico, com acesso a todos os direitos do homem da cidade.

Segundo as teorizações de Ferrari, a educação de base desenvolvida nesse período tinha os seguintes objetivos,

[...] visava não somente a alfabetização mas também a conscientização e politização das populações rurais, o próprio método de alfabetização era um processo de conscientização e politização partindo das tradicionais cartilhas de alfabetização, mas em termos como povo, voto,

liberdade, libertação, trabalho, salário, direito, dignidade, justiça, doença, fome, união, força, sindicato, alfabetização, analfabeto, cristão, amor, responsabilidade, etc. (FERRARI, 1968, p. 85).

A tese acima é fortemente rebatida por Paiva (2014), ao afirmar que nos primeiros anos das Escolas Radiofônicas (1958 a 1961) os conteúdos desenvolvidos obedeciam a um método mais globalizante, [...] as palavras trabalhadas facilitavam o processo de alfabetização [...] não contendo sinal de conscientização e/ou politização referidas por Ferrari (1968) (PAIVA, 2014, p. 152).

Os resultados coletados das experiências desenvolvidas pelas Escolas Radiofônicas em Natal nesse período serviram de sustentação para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB). Inicialmente, a proposta foi enviada pela CNBB e recebeu apoio de Jânio Quadros, presidente eleito. Mas só formalmente constituída pelo Decreto n.50.370, celebrando a parceria entre CNBB (execução) e a União (recursos). Segundo as teorizações de Carvalho e Paiva,

O MEB foi criado com o objetivo maior de cooperar na formação integral de adultos e adolescentes, nas áreas subdesenvolvidas do país, e propiciar elementos para essas camadas da população tomassem consciência de sua dignidade de criatura humana, transformando-se em agente do processo de mudança da realidade em que vivia. Esse movimento tinha seus objetivos embasados em planos fundamentais, denominados de *Conscientização, Motivação de Atitudes e Instrumentização* (CARVALHO E PAIVA, 2009, p. 61).

A recepção da educação de base voltada às populações pobres do Norte, Nordeste, e Centro-Oeste brasileiro, tornou-se possível pela transmissão de sinais radiofônicos de emissoras filiadas à Representação Nacional da Emissoras Católicas (RENEC), e foi se estruturando a partir da dinâmica eclesial que identificou, selecionou e delegou voluntários para monitorar a ação educativa nas comunidades mais longínquas. A organização das comunidades para além da alfabetização, comportava aqueles objetivos inerentes ao desejo de implementar a cultura por reformas estruturantes. Segundo teorizações de Favero,

A proposta inicial do MEB retomava em grandes linhas o conceito tradicional de educação de base da UNESCO, justificado pela Igreja Católica como exigência de sua ação evangelizadora junto às massas e da tomada de consciência da miséria do povo e da necessidade de sua

superação. Em decorrência, o MEB foi criado, em colaboração com o Estado, para concretizar sua presença no social, junto aos pobres e injustiçados, através de um projeto educativo. Nestes termos, sua criação expressa o deslocamento da Igreja católica em direção às classes populares (FAVERO, 1994, p.80).

O MEB buscou implementar os resultados exitosos das primeiras experiências para uma efetiva articulação nas bases em prol da conscientização sócio-politizadora das várias comunidades atingidas pelas emissoras de rádios.

Já foram realizadas diversas pesquisas sobre a experiência educativa desenvolvida pela Igreja do Rio Grande do Norte, todas elas apontam para a sua originalidade e capacidade de articulação das bases, desenvolvendo iniciativas que se concatenam em seu escopo, como presenciamos no surgimento das escolas radiofônicas e o Movimento de Educação de Base.

Já sabemos que a fonte inspiradora veio de uma visita realizada nos anos de 1950 pelo então administrador apostólico da diocese de Natal, Dom Eugênio Sales, ao Padre José Salcedo, em Sutatenza – Colômbia. A paroquialidade testemunhada nessa visita encontra no SAR igual suporte estratégico e se transforma numa iniciativa singular naquele momento, constituindo-se assim em [...] uma das únicas alternativas de reorganização da existência que se propôs a superar o subdesenvolvimento e abrir novas perspectivas para a vida humana. (CAMARGO, 1971, p.186). Percebemos a criatividade e a capacidade de organização das comunidades mais longínquas, na recepção dos conteúdos transmitidos pela radiodifusão, devido ao vasto lastro de conhecimentos acumulados destas comunidades; por terem sido endereços das iniciativas pastorais e litúrgicas, garantiram naquele momento a manutenção da semântica local na utilização do discurso educativo que alfabetizava e conscientizava.

Podemos afirmar que o processo de estruturação das iniciativas do Movimento de Natal é desdobramento de uma mudança paradigmática das prioridades pastorais da Arquidiocese do Rio Grande do Norte. Todas as iniciativas que descrevemos demonstram que as atividades pastorais desenvolvidas “[...] a tornou pioneira em realizações consideradas, para a época, como inovadoras e impulsionadoras de mudanças sociais” (PAIVA, 2014, p.205).

Toda a herança das iniciativas do Movimento de Natal, na educação de base presente no SAR, nas escolas radiofônicas e no MEB, impulsionaram um dos seus colaboradores diretos a implantar um curso de Filosofia, que de início não partiu de um projeto educacional antecipadamente elaborado, mas construído com a direção,

professores e alunos do instituto, num processo dialógico em que a prática fornece os subsídios.

Entendemos que a experiência educativa assinaladas nesse capítulo foi responsável por desenvolver uma ação educacional alicerçada num processo consciente de formação comunitária da pessoa humana, materializada por uma educação libertadora que analisaremos a seguir, quando investigaremos o saber pedagógico materializado dessa experiência, concretizado metodologicamente na criação do instituto formativo e numa estrutura curricular no Curso de Filosofia.

Nesse sentido, a dinâmica educativa desenvolvida nesse instituto filosófico reproduz a semântica do compromisso formativo desenvolvido para as comunidades de bases, aplicado através dos seus alunos (leigos, religiosos e seminaristas) que atuavam pastoralmente inseridos nestas mesmas comunidades.

2. O INSTITUTO DE TEOLOGIA E FILOSOFIA DE CARUARU - ITEC

O Instituto de Teologia e Filosofia de Caruaru – ITEC foi um espaço de educação filosófica e teológica que formou inúmeros agentes de pastoral e religiosos por quase uma década, abrangendo, além da região agreste, alunos oriundos do sertão pernambucano. Com as mudanças políticas-eclesiais ocorridas nas décadas de 1980 a 2000, a Igreja Católica no nordeste brasileiro reinaugura um novo processo educativo para a formação filosófica e teológica de seus leigos e seminaristas.

A criação do ITEC, longe de se configurar como uma ação verticalizada da hierarquia para a base, como acontece na cultura eclesial, apresenta já em seu surgimento uma ruptura com essa lógica, que podemos presumir a partir de três fatores determinantes:

O *primeiro* se refere à herança da educação de base, transportada das experiências vivenciadas no Movimento de Natal pelo Bispo Dom Antonio Soares Costa, que aprofundaremos ao longo dessa tese em contínua relação com a pesquisa documental das suas atividades pastorais e sócio-educativas.

O *segundo* se refere à herança oriunda da Teologia da Libertação¹⁴, que inspirou uma nova abordagem de pensamento formativo a partir do contributo hermêutico da América-Latina, sendo presentificada nas ações educativas e no imaginário eclesial do nordeste brasileiro em décadas anteriores, como a criação do Instituto Teológico do Recife – ITER, que analisaremos quando formos tratar da proximidade com o ITEC em fatores históricos que igualaram seus destinos dentro da política eclesial.

O *terceiro* se refere à retomada estratégica de uma ala eclesial chamada “progressista¹⁵”, que tentou retomar e conservar a formação de seus agentes a partir da

¹⁴ É um movimento sócio-eclesial que confronta os dados da fé com a realidade dos pobres. Surge como uma renovação e atualização da mensagem evangélica no seio da Igreja Católica Latino-americana na década de 1960. É uma teologia que tem como chave hermenêutica o pobre que luta por libertação. “Para a Teologia da Libertação assim como para o marxismo os pobres são os responsáveis por sua própria emancipação, tendo eles capacidade de produzi-la com o seu próprio trabalho” (NORONHA, 2012, p. 190).

¹⁵ Também chamada de igreja popular. Foi uma ala do episcopado da Igreja Católica que além de declarar a opção preferencial pelos pobres em documentos oficiais, desenvolveram ações práticas de formação e mobilização das classes populares “[...] é o grupo que assume a realização do Reino de Deus como uma tarefa terrena, que implica na implantação de uma sociedade justa e igualitária. Enfim, é a ala que faz uma clara opção socialista. Igreja progressista é, portanto, uma facção da igreja católica” (SOUZA, 1993, p1).

perspectiva do compromisso social, restaurando o contributo das experiências exitosas, como a Educação de Base¹⁶, numa nova tentativa de reeditar uma identidade latino-americana nas ações formativas da Igreja no nordeste brasileiro.

Essa sistematização de fatores aportou numa região do estado de Pernambuco com outros vários fatores culturais, sociais e econômicos, que representou um solo fértil para a consolidação de uma formação filosófica voltada para as bases populares enquanto endereçados do saber a ser desenvolvido. A cidade de Caruaru, situada no polo têxtil do agreste do estado, abrigou ainda o crescimento de vários cursos universitários, tornando-a também polo educacional, que permitiu o intercruzamento e troca com os diversos saberes. Muitos professores de Filosofia que atuam nas cidades do entorno de Caruaru passaram pelo ITEC ou pelo curso de Filosofia da FAFICA, o qual absorveu o curso do ITEC com sua extinção.

Outro contributo para a região se deu pelo acento marcadamente sócio-libertador do ITEC: seu compromisso com as classes populares ofertou vários alunos para participação e articulação social, como lideranças nas pequenas comunidades de base, participação em conselhos paritários e nas pastorais/movimentos da Igreja na região. Em tantos outros organismos da sociedade civil organizada que abriga um ex-aluno do ITEC, certamente há uma agenda de luta em prol das camadas populares, fazendo desse instituto um espaço que foi responsável por formar consciências críticas imbuídas do papel de guardião da dignidade humana.

O ITEC colaborou substancialmente para salvaguardar as conquistas sócio-políticas da região agreste de Pernambuco, através da implementação de uma cultura de formação política nos seus alunos, semelhante àquela inovação desenvolvida a partir da Igreja do Rio Grande do Norte, que, conforme teoriza CAMARGO, [...] foi a ação prática e a visão globalizante que exerceu o que veio mostrar, na conjuntura política do país, perplexo pelas alternativas de organização política e social, a viabilidade de uma solução coerente com o pensamento social da Igreja (1974, p.91) e posteriormente capilarizada para todo nordeste brasileiro.

¹⁶ Esse termo é compreendido como um processo educativo desenvolvido a partir de uma autoconscientização das necessidades experimentadas nas classes populares. “Por educação popular entendo aquela que é produzida pelas classes populares, ou produzida para/com elas, em função de seus interesses de classe” (WANDERLEY, 1984, p. 104).

Uma retomada desse ideário começa a mostrar novo reordenamento na 33ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, tendo em vista a celebração do Jubileu do ano 2000. A Igreja Católica no Brasil iniciou o fortalecimento dos objetivos gerais que foram estabelecidos para o horizonte dos caminhos evangelizadores para toda década de 1990.

Para o quadriênio de 1995 – 1998, assumiu os três objetivos de enfrentamento para a agenda da ação pastoral da Igreja Católica: o secularismo, a pobreza e o pluralismo religioso. Nesse documento aprovado por unanimidade em assembleia realizada de 10 a 19 de maio de 1995, em Itací – SP, percebemos a abertura para que as vozes do episcopado da ala considerada mais progressista da Igreja não fossem excluídas do documento final, como ficou explícito em seu n.º. 194,

Junto com a reflexão sobre a responsabilidade da Igreja na promoção do desenvolvimento “do homem todo e de todo homem”, avançou também a consciência da evangélica opção preferencial pelos pobres. Ela encontra uma primeira expressão no n.º. 8 de “Lumen Gentium”, é explicitada nas Conferências do Episcopado Latino – Americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), confirmada em Santo Domingo (1992) e assumida pela Igreja no Brasil [...] ela é condição necessária para discernir criticamente entre as políticas sociais, que se pretendem ao serviço de todos, mas frequentemente beneficiam apenas os mais fortes e descuidam dos últimos e dos excluídos, os “preferidos de Deus”. (CNBB, 1995, p.111).

Notadamente, esse entendimento emerge do discurso das correntes mais progressistas do episcopado brasileiro. Nesse período, buscou-se fazer frente aos que não admitiam o diálogo com o pensamento marxista e correntes de pensamentos que abordassem a questão filosófica do homem como ser humano situado.

O episcopado de 1980 a 1990 experimentou no seio eclesial uma Igreja de grandes transformações e de grandes tensões, gerando os remanescentes daqueles que representaram um último suspiro de um episcopado gerado pelos anos de efervecência político – eclesial, marcados em seus primeiros anos ainda como sacerdotes pelo enfrentamento das ditaduras na América Latina e pelas tentativas revolucionárias de aplicação dos resultados oriundos das sistematizações desenvolvidas pela Teologia da Libertação, mesmo que notadamente contra a vontade do Papa João Paulo II, e que

começa a ganhar espaço na Igreja novamente na atualidade, no modo pastoral de agir do Papa Francisco.

Sobre esse cenário dinâmico da vida eclesial, concordamos com Antonio Carlos Villaça em sua definição de Igreja relacionada com a história,

A Igreja é uma realidade sujeita à história. E não uma realidade imóvel. A Igreja não é excêntrica ao mundo. Mas uma realidade viva, dialógica. Não é uma estrutura jurídica. Mas uma vida. O leigo participa da Igreja. Isto é, o leigo é o povo de Deus. (VILLAÇA, 2006, p. 247).

Essa dinamicidade entre o binômio vida e história eclesial garantiu um espaço estratégico de ação para os bispos mais progressistas desenvolverem seus objetivos formativos e educativos. Nesse sentido, o endereçamento de toda ação da Igreja deve ser voltado naturalmente para o leigo, entendido como povo de Deus. No documento da 33ª Assembleia Geral da CNBB, em seu emblemático nº. 294, abriga-se um aspecto que acreditamos ter sido incorporado nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora não sem objetivos programáticos, representando, ao nosso entendimento, um objetivo portador de estratégias educativas para o livre trabalho formativo em cada diocese brasileira, sem uma tutela direta da cúria romana. Ao tratar da formação do Povo de Deus nesse mesmo número, as diretrizes orientam para as seguintes iniciativas:

Com relação aos conteúdos e métodos da formação específica, será preciso distinguir grupos diferentes segundo as situações pessoais, a participação na Igreja, a função na sociedade. Para isso, a Igreja Particular procurará: contar com orientação de especialistas experientes; valer-se dos meios humanos adequados, inclusive daqueles oferecidos pelas ciências sociais; criar adequados organismos de estudo de pesquisa; realizar maiores investimentos, inclusive financeiros, na formação de lideranças; retomar, com novo vigor, a formação nos movimentos de juventude. (CNBB, 1995, p.157).

Quando analisamos a citação acima, percebemos que tal contribuição à redação final do documento poderá ter sido fruto das sugestões feitas por emendas apresentadas na Assembleia Geral como colaboração de bispos que guardavam projetos formativos a serem executados em suas dioceses, mas necessitavam da autorização canônica para o seu pleno funcionamento.

Como desdobramento desse espaço estrategicamente construído, Dom Antonio Soares Costa, bispo diocesano de Caruaru – PE, ao resolver criar um instituto educativo para a formação permanente dos agentes de pastoral, antecipa na prática as definições promulgadas posteriormente pelo documento da CNBB, o que lhe confere um pioneirismo singular na sua prática educadora. Percebemos em sua constituição que a problemática sobre a aceção de um processo educativo progressista se materializou já na criação do Instituto de Teologia e Filosofia de Caruaru – ITEC. O decreto diocesano de criação do instituto, nº 01/1995 de 06 de fevereiro de 1995, define:

CONSIDERANDO a formação dos agentes de pastorais: sacerdotes, religiosos (as) e leigos (as)¹⁷, constitui uma das prioridades no Plano Pastoral da Diocese de Caruaru; [...] CONSIDERANDO a necessidade e urgência da formação dos leigos e a importância de se criarem escolas ou centros com esta finalidade, dentro das orientações da Exortação Apostólica “CHRISTIFIDELIS LAICI” (Cap. V – do nº 57 ao nº 63); CONSIDERANDO o que determinam as “Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil”, aprovados, por unanimidade, na 32ª Assembléia Geral da CNBB, de 13 a 22 de abril de 1994; [...] havemos por bem criar o INSTITUTO DE TEOLOGIA de CARUARU, como por este decreto criamos, com a finalidade de promover a formação dos agentes Pastorais. (COSTA, 1995, p.1).

A temática educacional é o elemento definidor que Dom Antônio Soares Costa deixa transparecer como uma proximidade pedagógica para imprimir um caráter de preocupação formativa na origem do denominado ITEC. Em palavras sentenciadas que desvelam seu agir como educador popular, expressas como: “formação dos agentes pastorais”, “urgência da formação dos leigos”, “importância de se criarem escolas ou centros educativos”, percebemos o início de uma materialização conceitual que definimos como uma metodologia sócio-educativa, desenvolvida como um aspecto formativo marcadamente voltado à educação popular como objetivo e finalidade.

A educação popular, nesse sentido, transcende à pura alfabetização, mesmo sem excluí-la. Desenvolve-se na perspectiva de sistematizar, valorizar e divulgar

¹⁷ No documento original na chancelaria da Cúria Diocesana de Caruaru, encontramos uma correção ao texto efetuada por Dom Costa (próprio punho), acrescentado após a nomeação de sacerdotes e religiosos como destinatários da formação do Instituto, a nomenclatura “leigos e leigas”, que estava ficando excluída na primeira redação do decreto. Neste movimento percebemos a preocupação do bispo com uma formação não só voltada para o clero, mas também para incluir os leigos, além de um cuidado expresso com a inclusão do gênero feminino ao se referir às religiosas e leigas.

conhecimentos construídos nas relações sociais. Para a CNBB (1992), a educação popular concebe as relações sociais como lugar privilegiado dos processos educativos,

A família, a Igreja, as associações, os sindicatos, os ambientes de trabalho e estudo, e demais espaços de participação política constituem meios para a formação do cidadão consciente. A educação popular tem provocado reações e compreensões diversificadas. Dentre essas, destaca-se para os educandos, uma possibilidade de sistematizar seus anseios, necessidades, e apreender um instrumental técnico-científico para a solução de seus problemas. Para os educadores, um constante interrogar-se sobre sua cosmovisão e sua relação enquanto mestre; para os pensadores, um alerta para o perigo de reduzir o conceito “educação” à instrução acadêmica. (CNBB, 1992, p.15-16)

Ao analisar o conceito de Educação Popular aplicado à realidade educativa a partir do continente Latino-americano, encontramos muitos significados. Um aspecto aplicado a esse termo no século XIX é compreendido como oferta de instrução republicana à população. No século XX, as campanhas educacionais surgem na busca de responder aos questionamentos originados com a falência do projeto educacional de Modernidade na América Latina e no mundo, conforme teoriza André Gustavo Ferreira da Silva,

Em suma, temos que, se no séc. XIX, a Educação Popular era pensada como o instrumento de modernização republicana da sociedade, anunciada por um ator dominante e reprodutor em terras latinas das relações de predomínio emanadas do Velho Mundo, e 243 se ao longo do Séc. XX emprestou-se ao termo a representação de um ideário sintonizado com a manifestação de atores populares, agora, já se percebe a circulação e o acionamento do significante “Educação Popular” denotando o espaço de disputa dos projetos político-pedagógicos de uma variedade de Novos Movimentos Sociais, por exemplo, movimentos camponeses e quilombolas, que assumem para si a tarefa da construção e sistematização de suas próprias “pedagogias”, sendo a chamada “Pedagogia do Movimento Sem Terra” sua expressão mais simbólica. Esta nova significação para a Educação Popular representa uma prática que se efetiva através da ação de sujeitos políticos contemporâneos, que trazem consigo novas lógicas, novas ideologias e novas propostas educacionais (SILVA, 2015, p. 242-243)

O fazer educativo do Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru – ITEC, nessa perspectiva, é compreendido enquanto proximidade com o termo Educação Popular na medida em que desenvolve uma atividade intelectual escolar voltada extensivamente aos setores populares da sociedade (BRANDÃO, 2006). Em nossa pesquisa sobre o processo

de formação desenvolvido no ITEC, criado em 1995 pelo Bispo Diocesano Dom Antônio Soares Costa, que fora transferido da Arquidiocese Natal-RN para a Diocese de Caruaru-PE em 19 de dezembro de 1993, encontramos como uma característica marcante nesse instituto um caráter progressista na forma do Ensino da Filosofia, objetivando a ação para a conscientização ofertada na prática educativa de matriz popular.

A percepção da aplicação do denominado método pedagógico, transportado do Movimento de Natal para o ITEC, materializam-se na inovação no processo de formação dos estudantes, quando se estabelece uma proximidade entre a teoria e prática, entre os nexos dos conteúdos e os campos de estágio onde os alunos eram inseridos. A inserção dos alunos (leigos e seminaristas) em comunidades rurais e urbanas, escolhidas pela desafiante situação social em que viviam as camadas populares, abandona os modelos vigentes das casas de formação adotados por séculos na Igreja.

O distanciamento da realidade e da vida cotidiana “clericalizou” a ação educativa da Igreja no Brasil. O ITEC propunha sintonizar a reflexão intelectual com a realidade do agreste pernambucano. Esse reordenamento segue um amplo campo de reivindicação de um saber próprio, a partir da descolonização do pensamento filosófico da América Latina e consequentemente da desromanização¹⁸ da ação eclesial por uma hermenêutica libertadora. O próprio conjunto de ações argumentativas e críticas que constituem a Filosofia tem seu nascedouro na razão humana, surgiu na medida em que estes foram respostas à cotidianidade e as necessidades originadas delas. A Filosofia nasce e cresce em limites circunstanciais e determinantes históricos, exemplo disso é a sistematização desta em eixos até nossos dias.

A América Latina difere dos demais continentes quando tratamos de saber filosófico. A colonização não considerou isso e buscou “tutelar” o novo mundo como lugar a ser implantado um projeto civilizacional novo. Nos outros hemisférios, que não o Greco-romano, a Filosofia se deu pontualmente. Embora a Filosofia seja universal, foi a Europa que a difundiu.

Segundo Novalli, a Filosofia na América Latina é organicamente comprometida com o processo de ruptura do povo,

¹⁸ O termo desromanização é utilizado como contraponto ao antigo conceito de evangelização colonialista que pregava a obediência na autoridade da cúria romana. Esse termo desenvolvido pela ala progressista da Igreja católica na formação intelectual de leigos e sacerdotes propõe um rosto próprio para a evangelização no continente latino-americano orientado pelas sínteses decorrentes dos princípios de inspiração na teologia da libertação na luta contra o imperialismo do Vaticano.

A filosofia da libertação na América Latina seria um movimento amplo, uma aliança estratégica do pensamento crítico, que se define em função prática, em vista da libertação das nações e classes oprimidas. Esta filosofia não se define por uma opção teórica, mas prático-política. Permite uma diversidade teórico-filosófica a partir de uma unidade prática. A filosofia da libertação deve saber pensar as conjunturas essenciais definidas desde o processo estratégico de onde assume sua fisionomia. A prática se traduz pela libertação da opressão que se caracteriza fundamentalmente pela gritante diferença de vida entre os indivíduos, isto é, acúmulo de riqueza, por um lado, e concentração de pobreza, por outro. Não há riqueza que se mantenha por si só se não retira de algo seu sustento. A filosofia da libertação também se orienta por uma abordagem de totalidade, pois a opressão abarca todo o real. Contudo, a estratégia da prática, segundo a Filosofia da Libertação, privilegia o critério da maioria, posto que a opressão ocorre sobre a maior parte. Muito embora nenhuma perspectiva filosófica seja adotada como referência, existem aspectos de determinadas abordagens que possuem maior pertinência na consideração da opressão. Como exemplo, pode-se mencionar a centralização da figura do sujeito que tem o mundo como resultado de sua ação. Aqui a opressão não se constitui num estado nem natural nem acidental, mas sempre como atividade humana. (NOVALLI, 2006, p.31)

Na América Latina, a filosofia foi transmitida pela ótica de uma abordagem europeia e não se respeitou as contribuições de tal continente, reconhecendo seus percursos históricos e do pensar desse contexto. A arrumação metodológica deste novo horizonte topográfico do pensar, por sua vez, possui um determinado caráter e nele tem sua raiz hermenêutica, que semanticamente pode ser prefigurado na palavra libertação.

O filósofo Enrique D. Dussel questiona, certamente na solidão, a tentativa de requerer a possibilidade de uma Filosofia a partir do Novo Mundo,

Escrito da periferia para os homens da periferia, dirige-se, contudo, também ao homem do centro, como filho alienado que protesta contra o pai que vai ficando velho; isto é, o filho vai se tornando adulto. A filosofia, patrimônio exclusivo do Mediterrâneo, desde os gregos, e na idade moderna só europeia, começa pela primeira vez seu processo de mundialização real. Por isso, este marco teórico filosófico ou conjunto de simples teses para permitir pensar de um certo modo, que iniciar um diálogo mundial da filosofia. Parte, evidentemente, da periferia, mas ainda usa a linguagem do centro. Nem pode ser de outra forma, como o escravo que fala a língua do senhor quando se revolta, ou a mulher que sem saber se exprime dentro da ideologia machista quando se liberta (DUSSEL, 1977, p. 7).

A história da formação dos povos americanos foi abalizada por processos políticos opressores, que exigiu igual superação como condição identitária. A Filosofia latino-americana é uma Filosofia para a América Latina, que por sua vez é vocacionada à libertação.

No Congresso Internacional de Filosofia, organizado pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, realizado em São Paulo entre os dias 9 e 16 de agosto de 1954, o filósofo argentino Carlos Astrada já teorizava,

É evidente que na reflexão filosófica e na cultura dos povos latino-americanos predomina o fator autóctone sobre o genérico, diferenciando-se por isso das culturas europeias, nas quais predomina o último. Além disso, a América Latina, por uma tendência imanente ao seu espírito, resultante de sua situação histórica, aspira a prolongar na prática, no terreno das realizações sociais e econômicas, as postulações teóricas das filosofias europeias que até agora influíram em seu desenvolvimento cultural. Daqui o caráter essencialmente instrumentalista de seu pensamento. O que não impede que este, proprietário, na atualidade, de um critério técnico-filosófico mais maduro, se afinque nos problemas que inquietam a especulação europeia, e também nos pontos de vista suscitados nela como resposta aos próprios problemas. (ASTRADA, 2010, p. 04).

Os pilares para um desenvolvimento educacional, caracterizado nessa tese como ensino progressista, encontram, na exposição acima, um fundamento macro. Outro fundamento é encontrável, originariamente, na mudança interna da concepção de sociedade, assumida com o Concílio Vaticano II. Em dois documentos conciliares: *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, vemos a mudança de princípios estabelecidos, a passagem do doutrinal escatológico ao pastoral. Ao analisar a concepção dual de sociedade que nos referimos, Danilo Lima teoriza,

As duas representações da sociedade são nitidamente distintas: de um lado, um mundo unificado ao qual a Igreja impõe normas e princípios; do outro, um mundo pluralista, isto é, formado da justaposição ou do conflito de posições diversas econômicas, políticas, sociais, ideológicas, culturais, religiosas, mundo este que é o próprio povo de Deus, ao qual a mensagem do Cristo vem, não unificar, mas apresentar as bases para um sólido diálogo de divergências (LIMA, 1978, p.55).

Esse movimento dialético é originante de uma prática educacional da Igreja, orientada numa perspectiva que reiteramos caracterizar como progressista, por

compreender o novo entedimento eclesial de sociedade e portadora de métodos didáticos direcionados à transformação social, através de uma ação educativa embuída de um senso comunitário, tencionada à autodeterminação dos sujeitos envolvidos, que na presente tese tendemos focalizar.

Um estudo que buscou investigar as principais teses da literatura acerca da Igreja Católica Romana, como agente de mudança social na América Latina, apresenta um embate das forças progressistas e as facções conservadoras.

Segundo Cava, abrem duas áreas de controvérsias:

[...] o *rationale* da divisões e seu ponto de origem. Para as divisões, os autores evocam um *continuum* político-ideológico, cujos termos polares são progressismo e o conservadorismo. A posição de uma facção no *continuum* deriva de sua atitude para com a mudança, a natureza da Igreja, o grau e o tipo de colaboração com o Estado, etc...[...] sua origem em 1960, quando um pequeno núcleo de bispos conservadores discordou do apoio da CNBB ao programa governamental de reformas de base, especialmente a reforma agrária e quando, no mesmo ano, um grupo de leigos extremamente conservador fundou um movimento conhecido como sociedade para a defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (CAVA, 1975, p.36).

A força progressista da Igreja permaneceu atuante em iniciativas como o Ensino da Filosofia nesse instituto, componente presente no objeto dessa pesquisa. Não só foi desenvolvida uma formação filosófica, mas uma metodologia de educação popular voltada ao compromisso social e ao exercício da cidadania.

A força progressista é o chão onde se apóia o presente objeto de pesquisa, busca analisar a metodologia do Movimento de Natal, apropriada pela ação aclesial do Bispo Diocesano Dom Costa como uma prática educativa libertadora.

Tal desejo educacional acabou inaugurando no agreste pernambucano uma formação filosófica pioneira, não só pelo aspecto vanguardista, mas pelo caráter progressista que nos referimos anteriormente.

O Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru – ITEC, passou a ser o espaço e horizonte de expectativa educativa dos agentes e da ação pastoral das comunidades situadas dentro da realidade do agreste pernambucano, para compreender e intervir nas questões sociais.

Segundo Hélio Charles (2002), o projeto pedagógico¹⁹ do ITEC é descrito nos seguintes objetivos:

- Apresentar a fé como lugar da dialética pergunta-resposta, onde crer é antes uma postura interrogante em que o “eu creio” é interpelado pela palavra de Deus.
- Partejar a vida interior, que nasce da fé em Cristo, filho do homem, libertador dos pobres, marginalizados.
- Ser horizonte sócio-educativo do Agreste, o fermento da experiência, da atenção e dedicação pelo outro.
- Proporcionar aos agentes de pastoral uma reflexão da realidade, tendo como ponto de partida, a experiência dos homens e das mulheres da região. (CHARLES, 2002).

O ITEC definiu, no intercruzamento destes objetivos, o de formar/educar pessoas críticas para uma interação com a realidade, trazendo a dimensão da seriedade acadêmica à qualificação da ação educativa na vivência comunitária-pastoral.

O ITEC, para Silva e Costa, passou a objetivar, desde seu início, a articulação entre a teoria e a prática:

Articular a seriedade acadêmica, a sensibilidade (compromisso) social e o engajamento pastoral, consciente de que teoria e prática são indissociáveis e certo de que o exercício pleno da cidadania instiga e necessita da iluminação da produção teórica que se dá, entre outros espaços, na academia [...] fazer do ITEC tempo-lugar do estímulo à leitura, à pesquisa, ao debate, ao exercício da criticidade e ao gosto pelo estudo como atitude permanente e necessária [...] um projeto ousado que deseja pensar a Instituição e a vida de estudos para além da sala de aula, num estímulo à maturidade acadêmica. (SILVA e COSTA, 2002, p.85).

O objetivo da formação educativa desenvolvida no ITEC buscava habilitar para a intervenção educacional e sócio-pastoral nas Comunidades Eclesiais de Base - CEB²⁰, com a seguinte raiz metodológica, como descreve Nair Silva,

¹⁹ Grande parte dos arquivos do instituto foi perdido. Ao procurar vestígios dos documentos no arquivo morto da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru descobrimos que várias caixas com documentos do ITEC foram incineradas, restando apenas as cadernetas e ementários numa sala anexa a biblioteca do Bloco C da FAFICA. As informações acima se encontram num DVD produzido pelo ITEC de onde recolhemos estas informações.

²⁰ Frei Betto em seu livro: O que é Comunidade Eclesial de Base oferece o seguinte conceito: “As comunidades eclesiais de base (CEB) são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. De base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares)” (BETTO, 1985, p.16-17).

Percebemos no ITEC [...] um momento interpretante, ampliador que transcende vai da compreensão ingênua à compreensão esclarecida buscando novos conhecimentos, que nascem das ansiedades humanas a cada novo conhecer. O ser humano sente um desejo profundo de conhecimento. É um ser de carência, de necessidades. Este anseio vem acompanhado da busca de sentido, investindo num caminho próprio, no intuito de melhor compreensão da vida [...] no conjunto das disciplinas do ITEC, percebemos que nos abre um leque de possibilidades para a reflexão do pensamento crítico-interpretativo enquanto aspecto existencial simbólico. Esta reflexão nos leva à criação de um novo modo de pensar e de agir. (SILVA, 2003, p.90).

Mesmo sendo parte constitutiva do processo formativo dos padres, o Ensino da Filosofia no ITEC trazia objetivos bastante amplos e não se condicionava puramente a esse. Na apresentação do Caderno de Filosofia, Teologia e Pastoral (2003), referindo-se sobre a proposta educativa da instituição, o professor Alexandre Magno Tavares da Silva assim se expressa, ao descrever a missão do ITEC:

[...] formar profissionais capazes de uma análise crítica do fenômeno religioso, numa perspectiva ecumênica e interdisciplinar; fundamentada na tradição cristã e no magistério da igreja, habilitados para intervir sócio-pastoralmente em comunidades eclesiais de base, através de assessorias e de articulações com grupos afins. (SILVA, 2003, p.07).

A Diocese de Caruaru, através de Portaria da Cúria Diocesana nº 268, de 9 de agosto de 1960, assinada pelo então bispo diocesano Dom Augusto Carvalho, criou a FAFICA- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, mantida pela Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, uma instituição de ensino superior voltada ao aspecto humano da formação de professores; porém, apesar de trazer inicialmente o nome da 'Filosofia', esse curso não compôs o ideário formativo dessa instituição.

Como relevância para a história da educação, a presente tese oferece uma reconstituição das ações pedagógicas educativas responsáveis por instituir num período de embates e lutas sociais a construção de um projeto em busca de uma formação humana integral como prática emancipadora.

A relevância dessa pesquisa se aplica também em fornecer uma contribuição à continuidade de estudos sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, com seus projetos de intervenção que foram se capilarizando por todo Nordeste, mais especificamente no método de educação

popular, que forneceu influências identitárias à concepção de uma educação libertadora, dado que, mesmo considerando a distância cronológica e geográfica, foi conservada na criação e concepção da instituição de ensino que é objeto do presente trabalho.

A tese que sustentamos é de que as experiências sócio-educativas do Movimento de Natal foram responsáveis pela formação de uma concepção pedagógica libertadora presente na prática sócio-pastoral do Bispo Dom Costa. Essa concepção pedagógica, herdada da educação de base do Movimento de Natal, foram transportadas e aplicadas na concepção do Curso de Filosofia do ITEC, criado pelo Bispo, na Diocese de Caruaru, com características de uma práxis educativa libertadora.

Só com a criação do ITEC é que foi estabelecido um Curso de Filosofia na cidade de Caruaru, gerando uma experiência pioneira no Ensino da Filosofia, que se estendeu a estudantes dos 19 municípios que integram a Diocese de Caruaru e, posteriormente, estudantes oriundos da Diocese de Floresta, situada no sertão do estado Pernambuco.

Mesmo a diocese de Caruaru sendo a mantenedora da Associação Diocesana de Ensino e Cultura, com uma longa experiência no ensino superior naquele momento, Dom Costa criou o ITEC para então desenvolver um ensino filosófico e materializar um currículo próprio, motivo principal da investida da Cúria Romana posteriormente. A configuração de uma proposta educativa que utilizava matizes libertadoras e abrigava ex-padres como professores, colocou o instituto no centro das investidas da ala conservadora da Província Eclesiástica de Pernambuco. No interior da Diocese de Caruaru, alguns religiosos conservadores, que não concordavam com a prática socioeducativa de Dom Costa, podem ter encaminhado denúncias à Nunciatura Apostólica, dando origem a uma ação articulada para cercear essa experiência educacional. Ao analisar as influências ideológicas da Igreja, Danilo Lima teoriza,

[...] a relação dominação/subordinação se concretiza mais claramente é nas relações entre o episcopado e o laicato da Igreja, que expressam realmente a estratificação social específica do corpo eclesial: bispos e clérigos associados de um lado, e leigos, isto é, não clérigos, de outro: cada um portador de funções e *status* precisos. A interação entre as duas camadas se dá, do ponto de vista sociológico, em termos de dominação do episcopado sobre o laicato, pois são os componentes do primeiro que manipulam o conjunto de normas e de símbolos, que enfatizam os valores doutrinários e morais da Igreja, e que presidem às reuniões culturais. Temos assim, que os elementos institucionais da Igreja – a

doutrina, as normas e sua interpretação e o culto -, isto é, aqueles que determinam a unidade de comportamento religioso e, portanto, definem os participantes da sociedade eclesial, são controlados pela camada episcopal – a hierarquia (LIMA,1978, p. 47-48).

Nesse sentido, a estrutura hierárquica da Igreja se apresenta como o centro gravitacional das decisões ou sua manutenção. As tensões internas à própria diocese e as pressões externas poderão ter sido responsáveis pelas mais terríveis agruras do Bispo Dom Costa. É compreensível que uma instituição como o ITEC, relativamente nova e formando ainda os primeiros ciclos de filósofos, estando totalmente enquadrada em sua origem sob as diretrizes da Igreja e sem a figura do seu principal incentivador/mantenedor, não tivesse musculatura para fazer frente às forças tradicionalistas que se levantaram no intuito de suprimi-la.

O curso de Filosofia ficou funcionando nessa instituição de 1995 até 2003. No ano de 2004, o ITEC foi extinto, após a ‘intervenção’ impetrada pela Cúria Romana, que enviou como visitador apostólico o Arcebispo de Maceió, Dom José Carlos, para apurar e combater o Ensino de inspiração progressista, fundamentado na Teologia da Libertação desenvolvido nesse instituto. O curso de Filosofia do ITEC foi integrado à FAFICA, sofrendo modificações para atender às exigências do MEC, sendo então autorizado como Curso de Licenciatura Plena pela Portaria nº 485, de 19.12.2011 – DOU 23.12.2011.

Uma proximidade de fatos que caracteristicamente se igualam ao destino do ITEC em relação à ação curial romana aconteceu na Arquidiocese de Olinda e Recife, com o Instituto de Teologia do Recife – ITER²¹ (1968 -1989), período em que Dom Hélder Câmara foi seu arcebispo.

A partir de 1985, com a nomeação de novos bispos para a região nordeste do Brasil, surge o nome de Dom José Cardoso Sobrinho para a Arquidiocese de Olinda e Recife, representando a ala de bispos conservadores que passam a figurar entre as capitais do país em seu maior número. Em setembro de 1989, a pedido do seu Arcebispo, a Santa Sé Romana decreta o fechamento do Instituto de Teologia do Recife e do Seminário

²¹ O substituto de Dom Hélder Câmara na administração da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, foi nomeado pelo Papa João Paulo II em 02 de abril de 1985. Não levou muito tempo para que o ITER fosse fechado pela Congregação para a Educação Católica, em carta-ordem de 12 de agosto de 1989.

Regional Nordeste – 2, duas instituições encarregadas de formar leigos, religiosos e padres para a Igreja da região comprometidos com as comunidades populares e os movimentos libertadores. Nesse período, várias entidades, grupos religiosos e sociedade civil, denunciaram a ação impetrada pela Igreja de Roma sobre o ITER, conforme podemos inferir em uma carta circular à congregação para a educação, institutos e seminários católicos emitida pela Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB/NEII,

Nós, 417 religiosos e religiosas do Nordeste do Brasil (Estados da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e representantes de outros Estados do país, reunidos no III Encontro sobre a “Vida Religiosa Inserida”, nos dias 6 a 10 de setembro de 1989, em Lagoa Seca – PB, diante da caminhada de fechamento do nosso Regional Nordeste II nos últimos anos em clima de reflexão e oração resolvemos expor junto a essa congregação nossa posição frente aos recentes acontecimentos. Temos assistido, com perplexidade, a desarticulação progressiva das forças vivas da Igreja de Jesus nessa região [...] fatos como demissões e afastamento de agentes de pastoral, proibição da atuação de vários assessores, destituição de comissões regionais e tantos outros, culminando recentemente com o fechamento do Seminário Regional do Nordeste II (SERENE II) e o Instituto de Teologia do Recife (ITER) por essa congregação. (CRB/NEII, 1989, p. 01-02)

Os professores do ITER, ao tomarem conhecimento através do boletim arquidiocesano da ordem de fechamento do instituto, também vieram a público, manifestando seu descontentamento pela forma verticalizada da decisão sem uma abertura de diálogo,

[...] infelizmente, não se trata de um caso isolado, mas situa-se na constelação de muitos outros que configuram a tentativa de desmantelamento das instituições da Igreja comprometida com a causa dos pobres [...] lamentamos profundamente o modo autoritário como esta decisão foi tomada e veio a público, sem consulta, nem diálogo com alunos, professores e funcionários do ITER. (NOTA, 15/09/1989).

O dossiê completo entregue ao Papa João Paulo II, no Vaticano, afetou as arquidioceses e dioceses do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O ITER, segundo Newton Cabral (2008), evidenciava um currículo de grande abertura, onde o estudo deveria alcançar objetivos, como:

[...] ter condições de enfrentar a crise de uma fé ingênua que exigirá modificações à medida que forem implementadas ações de desenvolvimento; indagar[...] qual a estratégia a ser assumida ante as necessidades de mudança social buscando uma atuação na linha da não violência ativa ou aderindo à violência através de revoluções, luta armada, guerra civil etc. O ITER era proposto como um caminho aberto que tanto desce de Deus aos homens, como sobe dos homens a Deus e liga homens a homens. (CABRAL, 2008, p. 191)

A Igreja iniciou paulatinamente a substituição dos arcebispos das principais capitais brasileiras, nomeando clérigos com perfis conservadores, inaugurando seu projeto de romanização no país e reorganização do perfil do corpo episcopal para o Brasil.

É encontrável nas ações do Vaticano o recorrente desejo de implementar sua cultura doutrinária para disciplinar seu corpo eclesiástico no país. O contributo do episcopado nordestino, que ficou muito tempo adormecido pelas ações da política eclesiástica, será fundamental para o processo de renovação da Igreja Católica no Brasil, conforme teoriza Ernesto Seidl,

Até meados do século XX o perfil social do episcopado brasileiro refletia em boa medida o processo de consolidação organizacional encetado nas décadas anteriores. O deslocamento dos centros de decisão política, econômica e institucionais do Nordeste para o Centro-sul também fora acompanhado pela Igreja. A mudança do eixo de poder nacional da instituição vinha se operando desde o século XIX e se completaria em torno dos anos de 1930. A diminuição da força do episcopado nordestino, até então dominante em número e influência, é um dos indicadores do fenômeno. Enquanto que na elite eclesiástica da Primeira República cerca de 50% dos prelados eram originários do Nordeste, seguidos de 20% de mineiros, tem-se hoje amplo predomínio de religiosos naturais das regiões Sul e Sudeste. Somadas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste contabilizam pouco mais de um quinto dos membros do episcopado, ao passo que Sudeste e Sul contribuem com parcela de quatro quintos dos bispos, com claro predomínio de paulistas, mineiros, gaúchos e catarinenses. (SEIDL, 2017, p. 11).

No início da década de 1950, ficou patente uma tensão entre progressistas e conservadores no episcopado brasileiro. Os bispos do nordeste começam a elaborar comunicações e documentações de caráter coletivo. As chamadas ‘Cartas Pastorais’ acabaram transmitindo uma concepção nova de perspectiva eclesial inovadora dentro da própria Igreja, abrigo uma estratégia temática vinculada às lutas sociais e educacionais, assumidas como urgências pastorais que ao mesmo tempo conferiam uma

liberdade de ação as iniciativas dos bispos progressistas, ao se pronunciarem sob a perspectiva dos desafios cotidianos argumentava-se sobre a necessidade em ser presente junto ao povo de Deus, enquanto pastor e não enquanto doutrinador. A tensão presente no episcopado brasileiro resistiu fortemente até o início da década de 1990. O Jornal Folha de São Paulo demonstrou um cenário de como estavam distribuídas essas alas nas principais sedes episcopais, conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 2: ‘a geografia da crise’



Fonte 2: Folha de São Paulo, 18-09-1989, p.A.4.

Na Arquidiocese de Natal, Dom Alair Vilar F. de Melo, tido como conservador, tinha como seu bispo auxiliar Dom Antônio Soares Costa, que, segundo relatos eclesiais e jornais locais, não foi eleito arcebispo de Natal – RN ou o substituto de Dom Hélder Câmara no Recife – PE devido sua linha de pensamento eclesiológico alinhada à ala progressista da Igreja. Conforme teoriza Bruneau,

Os manifestos dos bispos, nesse período, são ilustrativos. Os mais progressistas surgiram no Nordeste (os de Natal) em 1951 e Campina Grande em 1956 e, de novo, em Natal, em 1959; Houve poucos manifestos semelhantes no resto do Brasil, e só muito mais tarde. [...] Assim, enquanto os bispos do Nordeste, sentindo-se ameaçados por toda sorte de inimigos se tornaram conscientes dos problemas sociais e empenharam-se em agir, os bispos da região relativamente pacífica do Sul notaram que havia alguns problemas, mas interpretaram o papel da Igreja em termos exclusivamente religiosos: a sua influência não se estendia ao social. (BRUNEAU, 1974, p. 144).

Enquanto as forças conservadoras buscavam suprimir a experiência educativa de inspiração latino-americana, mesmo sem o poder de governo pleno em seu campo pastoral, o bispo auxiliar Dom Costa demonstrou resistência através da articulação das bases e das forças inseridas nos meios populares, como podemos inferir neste verbete do Jornal Diário de Pernambuco, intitulado: “progressistas debatem rumos da Igreja”,

[...] o “Encontro de pequenas comunidades religiosas inseridas nos meios populares” vai se prolongar até amanhã e conta com a participação de cinco bispos da chamada Igreja Progressista – dom Antonio Costa (Natal), dom Marcelo Pinto Cavaleira (Guarabira) dom Luiz Fernandes (Campina Grande) dom Tiago Postaman (Garanhuns) e dom José Maria Pires (João Pessoa) [...] ontem, o primeiro dia, os religiosos se dividiram em grupos para fazer um diagnóstico da situação política do país. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08-09-1989, p.01).

Os acontecimentos da política eclesial e a resistência de bispos progressistas no Nordeste brasileiro, em ações de amplas análises de conjunturas como vimos no artigo acima, ou em ações de menores proporções nas pequenas comunidades, foram responsáveis por salvaguardar a utopia das experiências educativas originadas nas

camadas populares, portadoras de uma metodologia educadora para a luta e a libertação através das bases.

Quando nos referimos que o destino do ITER, idealizado por Dom Hélder Câmara estabelece proximidade com o ITEC, idealizado por Dom Antonio Soares Costa em Caruaru-PE, o incluímos dentro desse macro cenário das investidas da Cúria Romana quando decretou o fechamento do ITER. A figura abaixo documenta a proximidade de ambos. Para comemorar o aniversário de fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, Dom Costa convidou Dom Hélder para proferir uma palestra:

Figura 3: Dom Costa e Dom Hélder na comemoração dos 35 anos da FAFICA.



Fonte 3: CEPED – Centro de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Acesso em 2017.

Com a morte de Dom Costa em 2002, o Vaticano enviou uma visita canônica com as mesmas finalidades da realizada no Recife. Porém, para evitar proporções como aquelas do Recife, optou em enviar um que se comprometesse em efetuar de maneira

continua a descaracterização curricular do instituto, obrigando a reflexão eclesial e a formação dos sacerdotes a tomarem rumos distintos daqueles perseguidos por mais de duas décadas. Mais uma vez, as ideias eclesiais e educacionais de Dom Costa e Dom Hélder Câmara se inter cruzaram, novamente a ala conservadora conseguiu reeditar o mesmo fim sobre um instituição que desenvolveu uma prática pedagógica libertadora.

Antes da criação do ITEC, os seminaristas da diocese de Caruaru estudavam no novo Instituto da Arquidiocese de Olinda e Recife – IFTAOR, com um ensino marcadamente voltado para os objetivos que se alinhavam às exigências de Roma. Esses acontecimentos, o descontentamento com a formação conservadora oferecida no IFTAOR e a proximidade com as ideias eclesiais de Dom Hélder Câmara, estabelecem nexos sobre as razões que levaram Dom Antonio Soares Costa a criar um instituto formativo próprio. Já na comemoração do seu primeiro ano no governo pastoral da diocese de Caruaru, Dom Costa (1994) expressa o desejo de criação do ITEC, como os passos mais significativos a serem dados:

[...] a criação do Instituto de Teologia de Caruaru, no próximo ano, é mais um espaço que se abre à formação do clero, dos religiosos (as) e leigos (as) [...] assumindo uma nova dinâmica, na linha da prioridade de Santo Domingo, que é o protagonismo dos leigos (as) [...] consciente do seu papel na formação da consciência crítica do povo [a diocese], lançou uma cartilha de Educação Política, no período de preparação das eleições. Um outro passo muito importante na mesma linha de educação popular, a Diocese terá, no próximo ano, a frente Popular de Alfabetização em parceria com o MEB. (COSTA, 1994, p. 05)

O contexto de criação do ITEC revela uma busca de reparar o ideário formativo-reflexivo, interrompido na região nordeste do Brasil, com o fechamento do ITER. Busca reconstruir o percurso formativo a partir da educação de base aplicado a uma instituição de ensino; intenta retomar o processo formativo no interior da Igreja, com características muito próximas daquela proibida no Recife, com elementos oriundos da educação popular experienciada pelo bispo e transportada do Movimento de Natal para o novo instituto. A teimosia para a criação do ITEC desafia frontalmente as definições estabelecidas pelas diretrizes da Cúria Romana.

Em nossa dissertação do mestrado em educação (2019), que tem como título: *A Filosofia Negada no Ensino Médio Brasileiro: as implicações da Lei nº 13.415/17*, tratamos das repercussões que nos obrigaram a retomar nossa experiência de jovem estudante, no encontro com o saber filosófico, recapitulando de maneira investigativa as referências, implicações e interações estabelecidas em nossa história de vida, e ainda, analisando os determinantes que possibilitassem o acesso irrestrito aos conteúdos filosóficos, para sustentar nossa hipótese de que a ausência da Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio brasileiro, conforme definida na reforma analisada, comprometia a formação para a cidadania das futuras gerações, pois, no encontro com os conteúdos da Filosofia, acessamos, pela educação, nosso espaço como cidadãos no mundo comum.

Dessa forma, o ITEC assumiu uma característica totalmente inovadora ao libertar o Ensino da Filosofia dos aspectos puramente propedêuticos à Teologia, possibilitando assim o livre encontro com os conteúdos filosóficos. A mudança paradigmática que mergulhamos foi profunda, pois, pela racionalidade, adentramos nos paradigmas do conhecimento, sua complexidade e pluralidade. As experiências vivenciadas durante os dois anos do curso seminarístico nos possibilitaram sair do espanto inicial para investigar sentidos e significados para a nossa existência.

Nossa história de vida aponta que a Filosofia não é o encontro com conceitos que geram o pensar mais autônomo, estes devem se relacionar com os problemas postos pela existência advindos do amadurecimento humano, o que sempre sobreveio como um privilégio oportunizado pela vida.

Concordamos que o envolvimento afetivo do pesquisador com o objeto possa, em primeira análise, parecer um risco à pesquisa, mas nada impossível de ser superado, conforme teoriza Paolo Nosella e Ester Buffa,

[...] muitas vezes, o pesquisador escolhe como objeto de estudo uma escola que ele próprio ou pessoas da família frequentaram. Tal escolha traz um certo risco: o envolvimento pode dar ao estudo um tom laudatório, pouco crítico. Mas não vem a ser um risco que não possa ser superado. (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.58)

Nesse sentido, compreendemos que, ao investigar os aspectos que acabaram conferindo ao Ensino da Filosofia no ITEC uma característica própria, nos afastamos do perigo do “tom laudatório” que se referiam os autores.

A natureza da Filosofia em si, pela sua condição ontológica, não pode deixar de ser o exercício da crítica; portanto, de modo geral, o fato de no interior do ITEC ser desenvolvida uma abordagem crítica-reflexiva, a partir dos principais pensadores latino-americanos, marcadamente influenciados pelo encontro com a Teologia da Libertação, possibilitando uma análise de conjuntura da realidade a partir de um livre encontro com os conteúdos filosóficos, sem o acento doutrinal católico, garantem à presente pesquisa um aporte crítico em todo seu percurso.

Seguindo esse entendimento, analisaremos a seguir, num primeiro momento, o cenário das experiências de vida que formaram caracteristicamente a concepção educativa de Dom Antonio Soares Costa, e num segundo momento, os desdobramentos que implicaram para o desenvolvimento de um ensino filosófico pioneiro no interior do ITEC.

2.1. As experiências sócio-educativas de Dom Antonio Soares Costa e o pioneirismo do Ensino da Filosofia no ITEC.

Quando nos debruçamos em analisar a História da Educação nacional a percebemos em muitas características vinculada ao contributo da Igreja Católica, e ainda mais, quando se relaciona ao tema do Ensino da Filosofia como disciplina, desde o período colonial proposto pelo *Ratio Studiorum* ou em outras das diversas iniciativas formativas da Igreja nos séculos seguintes, tal perspectiva demonstra sua preeminência histórica no campo educacional brasileiro.

Constatamos que, desde os primeiros séculos de sua história, o Brasil desenvolveu-se estudando nos bancos das escolas da Igreja Católica. Exemplo disso é que a ação educativa da Igreja no período colonial foi desenvolvida em vista do resultado pretendido pelos colonizadores, seguiu um atendimento de algumas das exigências práticas, conforme teoriza Saviani,

[...] as ideias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas não como meras derivações da concepção religiosa (católica) de mundo, sociedade e educação, mas na forma como se articulam as práticas educativas dos jesuítas nas condições de um Brasil

que se incorporava ao império português. Nesse contexto três elementos entrelaçaram-se compondo um mesmo movimento, dialetizado, porém, nas contradições internas a cada um deles e externas que os opunham entre si. Tais elementos são: a colonização, a catequese e a educação. (SAVIANI, 2008, p.7)

Partindo do período colonial, encontraremos sempre um regime de intermitência na transmissão do Ensino da Filosofia no Brasil. Tal ensino acabou experimentando, após sua implantação pelos jesuítas e nas legislações ao longo dos séculos seguintes, uma instabilidade recorrente, legando ao saber filosófico uma descontinuidade curricular com todas as implicações que possam representar para a formação de uma cultura filosófica nacional.

Ao tratar do campo educacional brasileiro, e nele, a trajetória histórica da Filosofia com sua intrínseca ligação com a Igreja Católica, descobrimos que tal associação representou ser também motivo de perda ao seu ensino, principalmente, quando posto frente a embates de concepções pedagógicas ou ideológicas. Exemplo disso foi o ano de 1932, ao tornar-se público o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, gerando um embate por posições firmes dos opositoristas, polarizando as polêmicas entre as políticas eclesiais para a escola, por parte dos intelectuais católicos e dos educadores da Escola Nova. Consequência desse período conturbado foi “criar uma incompatibilidade quase irreduzível entre a ideia religiosa e a ideia renovadora da educação” (AZEVEDO, 1996, p. 673).

Em tempos distintos, a ação formativa da Igreja Católica não se restringiu apenas a ambientes formais; várias ações pedagógicas vanguardistas no campo social e político ofereceram grandes contributos na formação do povo brasileiro, inclusive em territórios geopolíticos bastante singulares, como é o caso do Nordeste, onde situamos o campo espacial da presente tese.

Ao estabelecermos uma relação entre a criação do ITEC, com as metodologias nele abrigadas, recapitulamos também a concepção educacional de Dom Costa, toda ela marcada desde seu início por um acento sócio-libertador e educativo da Arquidiocese de Natal - RN.

A luta por uma ação eclesial progressista se aplica extensivamente quando a abordagem é a educação; nesse sentido, o arranjo metodológico do ITEC se alinha

com uma proposta humanizadora, em última análise, uma educação libertadora, em que se encontram os mesmos ideais educativos da sua ação pastoral social.

O desenvolvimento de uma concepção educacional em Dom Costa se materializa como prática da liberdade. Em sua ação pedagógica, é encontrável uma proximidade com várias iniciativas eclesiais espalhadas na América Latina, que abrigam influências de um período revolucionário da Igreja Católica, consubstanciado nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano – CELAM. Dentre elas, duas se destacam: Medellín, Colômbia (1968) e Puebla, México (1979), por assumirem a opção preferencial pelos pobres como chave hermenêutica para ler a realidade dos povos ameríndios. Destaca-se ainda como componente do processo educativo e sócio-conscientizador, a objetivar uma libertação integral do ser humano nesse continente.

Essa proposta educacional naturalmente reveste-se de um caráter político-formador, além do âmbito institucional do ambiente escolar, mas principalmente quando aponta para a preservação dos direitos humanos, pela participação na política, pelo compromisso social e em iniciativas empreendidas no campo da própria educação.

Em vários pronunciamentos inicialmente recolhidos em nosso trabalho, de Natal - RN a Caruaru - PE, Dom Costa desvela uma concepção educacional como chave transformadora a contribuir na construção do compromisso social. O Jornal Vanguarda, em comemoração ao primeiro ano da sua chegada em Caruaru-PE, em matéria que tem como tema: ‘educação e consciência’, relata as ações já iniciadas no curto período de tempo à frente da diocese,

[...] a diocese tem uma preocupação especial com a educação, uma vez que o bispo Dom Costa é presidente nacional do MEB – Movimento de Educação de Base – voltada para a alfabetização de adultos como estratégia de conscientização [...] deu passos significativos para a qualidade na educação e na tentativa de inserir a faculdade nos problemas educacionais e culturais da região [...] tem perspectivas bem concretas para 95, dentre elas a criação do Instituto de Teologia, aberto aos leigos [...] a preocupação da Igreja com o social não se limita as causas mais amplas, mas está centrada na prática diária. Por isso o bispo Dom Costa estará reunindo os deputados federais e estaduais, eleitos por Caruaru, além do vice-governador, para uma “conversa franca” no próximo dia 21. O objetivo é promover um diálogo, abrir um canal entre a Igreja e os representantes políticos da região [...] nas questões vitais que afligem a comunidade, como o abastecimento d’água, saúde, educação e a dignidade humana. (VANGUARDA, 17 a 23 de dezembro de 1994. Nº 6.324. p. 04).

O tema da educação como prática libertadora – do homem todo e de todos os homens – é a crença de libertação integral cultivada na ação educacional e presente nos pronunciamentos de Dom Costa; neles aparecem a confiança fundamental no movimento provocado pela educação na construção de uma nova história, na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da promoção de uma conscientização política, como podemos testificar neste outro artigo, ao refletir sobre o analfabetismo,

Para o MEB e para outras organizações que fazem alfabetização, com toda certeza, o analfabetismo não é simples dado estatístico, que precisa ser eliminado. Para nós, o analfabetismo é uma dívida social que dura séculos. É uma dívida que é de todos nós. Os não alfabetizados foram lesados por um modelo econômico perverso que os privou de ir a escola quando crianças, pelo descompromisso dos governantes para com os direitos do cidadão e pelo silêncio culposo da sociedade, que não se comove diante da exclusão de milhões de brasileiros do mundo da leitura e da escrita (VANGUARDA, 25 a 31 de março de 1995. Nº 6.338. p. 21).

Além das suas origens, situadas nas ideias pioneiristas que o Movimento de Natal cunhou na personalidade de Dom Antonio Soares Costa, principalmente no acento marcadamente voltado a uma ação educadora, é encontrável em todos os aspectos da organização eclesial, que coordenou a crença na formação das bases, que acreditamos ter como precedentes influenciadoras as ações sócio-educativas que desenvolveu quando foi secretário do MEB, articulador do SAR e nos ofícios pastorais próprios, nos quais desenvolveu uma ação relevante no campo educacional no Agreste de Pernambuco, com a criação do ITEC e como bispo diocesano de Caruaru - PE.

O extinto instituto permanece presente no imaginário educativo-filosófico do agreste pernambucano e na memória de muitos ex-alunos e professores que fizeram essa instituição. A experiência educacional não chegou a se consolidar estruturalmente em um prédio de imediato, sendo este construído como estrutura física já no fechamento de um ciclo metodológico libertador marcado pelo período em que seu fundador foi bispo diocesano de Caruaru.

O prédio onde funcionou o ITEC é utilizado atualmente para o curso de Pós-graduação da FAFICA, funciona ainda como o Bloco C da faculdade e abriga a biblioteca “Dom Antonio Soares Costa”, onde se encontra um rico acervo pertencente aos Cursos de Filosofia e Teologia.

A fotografia a seguir retrata o prédio onde funcionou o ITEC:

Figura 4: Fachada do prédio onde funcionou o ITEC.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografado em 2017.

O nome do instituto remonta a uma unidade de princípios e objetivos educacionais voltados para o Ensino da Filosofia e Teologia, caracterizado pelo caráter progressista do seu fundador enquanto desenvolve a abordagem latino-americana da Igreja católica, que em seu nível libertário, tem como um dos seus significados o de abrigar uma pedagogia voltada para a educação popular na formação de seus agentes de pastorais, leigos e leigas, religiosos e religiosas, para a intervenção social e na luta por uma educação como prática da liberdade, educando cidadãos críticos e reflexivos.

Embora não seja possível mensurar o alcance desses ideais, o ITEC se consolidou no imaginário educativo da região como uma referência, que ensaiou uma experiência de ensino sob a égide da liberdade intelectual e o compromisso social. A investigação empreendida nessa tese tem por proposição demonstrar por que e como o ITEC foi pioneiro no Ensino da Filosofia.

Tal intento científico surgiu com a finalidade de compreender algumas questões norteadoras no conjunto da pesquisa, são elas: se o ITEC readequou uma proposta pedagógica com princípios próprios daqueles herdados da educação de base? Se o Movimento de Natal formou a concepção educacional do bispo Dom Costa e acabou influenciando o desenvolvimento de uma formação filosófica progressista/libertadora?

Essas motivações foram circunstâncias científicas que nos levaram pesquisar a criação desse instituto educativo, investigando a partir dos conteúdos pesquisados nos registros das cadernetas e planos de aula, bem como nas consultas documentais e informações em jornais locais, para inferir a materialidade de toda investigação.

Nesse sentido, recuperamos a memória oral dos antigos professores e alunos para confrontar nossos indícios. É imprescindível, diante do recolhimento de tais informações, atualizar o que adverte Nosella e Buffa,

[...] é preciso dizer que tudo isso não é suficiente para se escrever uma história. Sem questões e hipóteses definidas, sem uma determinada orientação teórica, os dados empíricos amontoam-se confusamente e não revelam seu significado profundo (NOSELLA e BUFFA, 2002, p.9).

As informações documentais analisadas nesse estudo buscam observar o rigor requerido pelos autores acima, para alcançar os resultados das questões levantadas na hipótese.

Após delimitar o caráter progressista do ITEC, é importante situá-lo dentro de um projeto amplo da Igreja libertadora latino-americana, que privilegiou a historicidade da Igreja e seu compromisso com a construção do mundo, ao lado de homens e mulheres na sua condição concreta de vida, que estimula a participação do povo e a corresponsabilidade com o mundo comum, em contraposição ao projeto que privilegia os aspectos do primado e atemporalidade da Igreja, dos dogmas abstratos, da afirmação da hierarquia e dos valores de disciplina, autoridade e ordem.

Com o objetivo de conhecer as origens do ITEC, é necessário situá-lo também na realidade da região onde foi instalado, não só a cidade de Caruaru, mas todo seu entorno que é organizado em vista de uma atividade econômica que permite uma troca cultural bastante diversificada.

Nesse sentido, estudar sua criação é se relacionar com o espírito empreendedor regional que conservou sua arte através das esculturas em barro, que tornaram Caruaru reconhecida pela UNESCO como o maior centro figurativo das Américas, aliando-se como escopo colaborativo aos objetivos humanistas da instituição, para a reflexão pedagógica e na elaboração do seu currículo.

Em artigo do Jornal Vanguarda, Dom Antônio Soares Costa esclarece os motivos para a criação do ITEC:

[...] qual a razão de ser do instituto? por que a sua criação? Qual a necessidade de um centro de estudos teológicos e filosóficos em nossa Diocese? Certamente, muitos fazem essa pergunta e é bom que tenham uma resposta dos lábios do próprio Bispo. A diocese de caruaru, depois de ouvir o clero, decidiu abrir o seu seminário maior, que está funcionando com 8 alunos dos cursos de filosofia e teologia, a partir de 17 de fevereiro de 1994. Foi um passo corajoso e da maior significação para a formação dos futuros padres. Na assembleia pastoral do ano passado, quando foram escolhidas as prioridades pastorais para nossa diocese, a formação dos agentes pastorais foi definida como prioridade. E quando se fala em formação, não se pensa tão somente no padre, olha-se também para o leigo e para os religiosos que servem à Igreja. A igreja em 3 importantes Sínodos, abordou a problemática da formação permanente do clero, dos religiosos e dos leigos. E sugere que criem as escolas ou centros de formação até nas próprias Dioceses com esta finalidade de promover a formação dos seus agentes pastorais. Esta é a razão que nos levou a estender os cursos dos seminaristas aos leigos e religiosos. Para sistematizar melhor o estudo das ciências [...] acredito que a criação do instituto vem enriquecer o ensino superior em nossa cidade e contribuir para seu crescimento cultural. É mais um centro de estudos superiores aberto aos que desejam aprofundar a sua fé para terem uma presença cristã que é fermento, luz e sal no mundo de hoje. (VANGUARDA, ano 63 – 11 a 17 de fevereiro de 1995 – Nº 6.332. p.21 – pesquisa realizada em 5 de julho de 2018).

Nessa perspectiva de resgate histórico que afirmamos o pioneirismo do ITEC pela sua importância e proporcionando situá-lo de maneira específica em seu contributo educativo local, e ainda, em paralelo com o significativo desenvolvimento dessa região, seja no campo educacional, cultural, econômico e urbanístico.

Ao buscar reconstruir a história da criação do ITEC, compreendemos basicamente para o desenvolvimento da presente investigação várias fontes documentais, como: os documentos do Acervo da Mitra Arquidiocesana de Natal; Jornal a Tribuna do Norte; Jornal O Poti; Jornal Igreja Hoje – Informativo da Diocese de Caruaru; Jornal Vanguarda; Diários de Classe; ementários das disciplinas; Estatuto do ITEC; Entrevistas e documentos do acervo pessoal, como fotografias, decretos, provisões e nomeações oficiais da Igreja, para uma apurada articulação com os referenciais teóricos utilizados na pesquisa.

Os dados encontrados nos permitirão capturar a configuração do projeto educacional desenvolvido; como não encontramos nos arquivos pesquisados o projeto do Curso de Filosofia do ITEC, faremos o intercruzamento dos dados obtidos através da análise de conteúdos que foram materializados no currículo e assinalados em seus programas de ensino, a partir dos instrumentais que apresentaremos a seguir.

2.2. Referenciais Teórico-Metodológicos e instrumentos de análises

Ao eleger uma instituição educativa como elemento constitutivo do nosso objeto de estudo para essa tese, somos consórcios de que, propedêuticamente, é necessário se apropriar de ideias que são associadas ao conceito de *instituição*. Que segundo conceitua Demerval Saviani, é criada pelo homem e “[...] se apresenta como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente” (2005, p. 28).

Para o desenvolvimento da presente tese de doutorado em educação, com a finalidade de reconstituir a história das experiências socioeducativas do Bispo Dom Antonio Soares Costa na criação de uma instituição educativa, continuaremos a partir dos resultados obtidos no mestrado em educação na UFRN, semelhante levantamento bibliográfico e documental, estabelecendo nexos nestes dois momentos de nossa formação acadêmica, com o objetivo de estabelecer entre eles uma simbiose na investigação das práticas educativas vivenciadas na história dessa instituição no Ensino da Filosofia.

A análise institucional exige um estudo complexo das relações estabelecidas com suas práticas. Para Lucía Garay “as instituições como objeto estabelecem obstáculos epistemológicos que provêm, por um lado, da própria natureza dos fenômenos institucionais; por outro, do sentido e função que as instituições adquirem na sociedade” (GARAY, 1998, p.111).

As instituições educativas se constituem resultantes identitariamente como processos mais variáveis, a dinâmica de forças fora e dentro do entorno formativo caracteriza o desenvolvimento na história de cada prática educacional. A presente tese tem como objeto: Dom Costa e a experiência socioeducativa na criação do ITEC (1995 – 2002): o pioneirismo do ensino de filosofia.

A partir desse objeto, investigamos se essa instituição não foi apenas um espaço de ação estratégica estabelecida em vista de objetivos pastorais do seu fundador; se a formação filosófica desenvolvida estabeleceu um encadeamento com as questões sociais no conjunto da sociedade, como para os alunos e agentes de pastorais em suas práticas cotidianas.

Nossos objetivos se inter cruzam ao investigar o Ensino da Filosofia desenvolvido em aspectos progressistas, que conferem caracteristicamente uma identidade à instituição investigada em sua prática educativa pioneira e em sua finalidade formativa. Tal constatação busca se tornar palpável ao analisar o ITEC a partir das experiências socioeducativas do Bispo Diocesano de Caruaru, Dom Antonio Soares Costa, objetivando decantar as metas desse instituto e seu desenvolvimento (1995 – 2002). O ITEC, como instituição diocesana, segue uma finalidade distinta das IES administradas por dioceses, que mesmo sendo reconhecidas pela qualidade de ensino, abrigam o competitivo acento mercadológico que se alastrou no Ensino Superior no país (ARDUINI, p.76, 2017). Nos primeiros anos de existência, notadamente, o ITEC era inviável do ponto de vista financeiro.

Nosso recorte espacial/temporal se desenvolve num percurso que parte num primeiro momento, considerando o surgimento do Movimento de Natal e seu desenvolvimento na criação do SAR – Serviço de Assistência Rural, em 22 de dezembro de 1949, como antecedente que marcará as experiências educativas vivenciadas por Dom Antonio Soares Costa na Igreja de Natal – RN. Em sua espacialidade, nosso recorte investigado situa-se sobre o aspecto educativo desenvolvido [...] como temática nuclear das primeiras ações do SAR (CARVALHO, 2009, p.34).

Nessa mesma perspectiva de desenvolvimento educativo, o SAR se posicionou, segundo Paiva, como “[...] a instituição mais importante do movimento de Natal [...] atravessou diversas fases que atestam o seu poder de mobilização e influência. (PAIVA, 2014, p. 51)”. Exemplo desse caráter influenciador e mobilizador do SAR foi criar as Escolas Radiofônicas, seguido pelo surgimento do Movimento de Educação de Base - MEB, que acabou originando um programa de alfabetização pelo rádio (set. 1958 a jun. 1961), aproximando-se conceitualmente enquanto processo educativo, conforme teoriza Wanderley, em materializar uma educação popular,

O processo educativo no MEB girava em torno de noções fundamentais, tais como: pessoa, ação humana, homem como agente de criação de cultura, comunicação entre homens, trabalho revelador do sentido do homem e de sua transcendência sobre o mundo, criatura humana feita a imagem e semelhança de deus, conhecimento mínimos, mudança de atitudes, instrumentação, conscientização e animação popular. (WANDERLEY,1984, p.106-107)

Esse quadro geral completa nossa delimitação espacial/temporal como uma primeira fase influenciadora na formação educativa de Dom Antonio Soares Costa. Nesse período, temos a passagem de sua participação efetiva para a coordenação das ações implementadas.

Num segundo momento, iniciado pela sua transferência como Bispo Diocesano para a Diocese de Caruaru – PE, em 19 de dezembro de 1993, onde se materializou o desdobramento dessa experiência educativa com a criação do ITEC - Instituto de Teologia e Filosofia de Caruaru (1995 a 2002).

Quando investigamos o contexto das orientações da Igreja Católica para as suas instituições educativas, percebemos que a instituição investigada, mesmo conservando estrategicamente as nomenclaturas estruturais pertencentes ao *corpus catolicus*, redimensiona em suas práticas o desenvolvimento renovador de uma educação, que em vários aspectos conservam o acento popular das metodologias aplicadas na educação de base. Essa ação pode ser verificada não só nos conteúdos descritos nos planos de aulas pelos docentes, mas também a partir da análise do próprio quadro docente que atuou na instituição, pois alguns deles não poderiam compor a formação, segundo as restrições impostas pela doutrina católica.

Nesse sentido, nossa hipótese busca demonstrar por que e como o ITEC foi pioneiro no ensino filosófico desenvolvido. Essa problemática e seus desdobramentos buscam confirmar a tese de que no instituto investigado o Ensino da Filosofia foi desenvolvido numa perspectiva socioeducativa libertadora, desenvolveu-se como uma construção vinculada aos resultados das experiências da educação popular e mesmo ligados ao ITEC abriu a reflexão e a crítica dentro da experiência formal da instituição. A educação libertadora nesse contexto é expressa no desejo de transformação social através dos seus alunos – agentes de pastorais e leigos. O método popular da educação é assumido como uma postura politizadora, o saber filosófico dialoga permanentemente com as lutas por liberdade e justiça social. Devido esse assentimento progressista, estabelece-o como pioneiro no Ensino da Filosofia no agreste pernambucano.

O quadro geral do objeto e sua perspectiva de reconstrução histórica integra o campo da história cultural. Na perspectiva de análise do ITEC, o alicerce que serve de fundamento a essa tese relaciona-se em suas ações educacionais com o campo teórico sobre a história das instituições educativas. A formação desenvolvida no percurso educacional vivenciado no interior do instituto esboça o desejo e objetivos comuns firmados entre seus interlocutores, desde sua criação. A pluridimensionalidade das

relações estabelecidas entre o entorno da instituição educativa encontra fundamentação teórica no pensamento de Justino Magalhães (2004), ao teorizar que:

O quadro epistêmico interdisciplinar em que se inscreve a história de uma instituição educativa não se confina a uma abordagem descritiva ou justifica da aplicação de uma determinada política nem à relação das instituições com seu meio envolvente. Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, tal como tem sido apresentada ao longo deste ensaio, é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico em uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nessa relação a sua principal base de informação e de orientação. (MAGALHÃES, 2004, p.133-134).

Ao eleger as concepções teóricas de Justino Magalhães em sua obra: *Tecendo Nexos* (2004), adotamos conceitos que estabelecem pilares para a construção de um caminho metodológico de análise, buscando esquadrihar as fontes e os documentos, salvaguardando a pluridimensionalidade das ricas informações ofertadas no desenvolvimento da pesquisa. Apropriar-nos-emos ainda desse conhecimento historiográfico, ao abordar conceitos como *instituição*, provocando o encontro com autores como Demerval Saviani (2005), no sentido de aprofundar não só os contextos e finalidades que formataram a instituição de ensino, mas o processo de criação e institucionalização, conforme teoriza o autor,

[...] o processo de criação de uma instituição coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal, espontânea. A instituição corresponde, portanto, a uma atividade de tipo secundário, derivada da atividade primária que se exerce de modo difuso e inintencional [...] as instituições necessitam, também, se auto-reproduzir, repondo constantemente suas próprias condições sociais que determinam o seu surgimento e que justificam o seu funcionamento. (SAVIANI, 2005, p.29).

Tal conceito e percursos metodológicos, relacionados à história do ITEC como instituição educativa, intentam capturar as estratégias estabelecidas no campo da nova historiografia, principalmente quando confere preeminência à experiência singular, sem

desmerecer a complexidade da investigação sobre o processo educativo desenvolvido na particularidade de uma instituição educativa, considerando a edificação interpretativa construída na relação com a comunidade envolvente.

Objetivando também explicar de maneira equânime as variadas dimensões materializadas dentro e fora da instituição, ou seja, na dialética entre a instituição educativa e seus atores envolvidos com a comunidade, conforme teoriza Justino Magalhães,

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro-histórico, por uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceituação espaciotemporal: nacional/universal, o regional, o local. É nesse redimensionamento que as abordagens de tipo meso permitem representar com rigor e atualidade a instituição educativa como totalidade, em permanente relação e desenvolvimento. (MAGALHÃES, 2004, p.134).

Nesse sentido o ITEC se insere na perspectiva da meso abordagem, originando a reconstrução histórica em vista de um resgate de memória que partee o real sentido que formatou o fazer dessa instituição educativa, principalmente no que se refere aos objetivos materializados em sua concepção e em seu currículo. Os nexos estabelecidos em nosso recorte espaço/temporal estabelecem um diálogo permanente entre a análise documental e os sujeitos envolvidos: professores, diretores e alunos.

A investigação da formação progressista inaugurada no Instituto de Teologia e Filosofia de Caruaru pelo bispo Dom Antonio Soares Costa objetiva-se a ‘tecer nexos’ com a complexa tessitura da investigação dessa instituição educativa em vista de um sentido ‘mesmo os menos visíveis’. Para alcançar tal finalidade, concordamos com as teorizações de Nosella e Buffa, que assim se expressam:

[...] Sabemos que um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto [...] a construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, do outro, da existência e do acesso às fontes. Uma escola pode ser vista de várias perspectivas e isso faz da história uma ciência aberta. (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.58-59).

No quadro geral da historiografia da educação no Brasil, estudar uma instituição educativa ainda é um tema relativamente novo. A compreensão da complexidade em acessar arquivos, organizar material e analisar os elementos encontrados na vastidão das fontes, para que ofereça relevância em suas informações e a pesquisa apresente materialidade, é um constante desafio ao pesquisador.

A citação acima tenciona quanto à finalidade da presente pesquisa ser compreendida como edificação, esse pesquisador, ao analisar as finalidades internas e externas da cultura escolar do Curso de Filosofia do ITEC, nos dados pesquisados nos planos de ensino e na composição disciplinar do currículo do curso. O conhecimento científico construído nessa perspectiva rompe as concepções dominantes e abre-se ao novo.

Nesse movimento de reconceituação, desabrocha o conhecer histórico que possibilita extrair dos frondosos relatos o sentido daquilo que fora materializado na cultura escolar dessa instituição educativa, conforme teoriza Justino Magalhães,

Tais relatos adquirem significado como representação das instituições, enquanto organismos vivos e criativos, junto das comunidades envolventes, e correspondem a um memorial que traduz, ainda que indiretamente, um processo de definição de um público-alvo [...] pelas referências documentais e por que permite uma aproximação à imagem que as instituições intentaram criar de si mesmas, essa produção não pode deixar de ser meticulosamente analisada pelo investigador. (MAGALHÃES, 2004, p.127).

A partir desse entendimento, elaboramos um roteiro simples para nortear as entrevistas, baseados metodologicamente na obra: Instituições escolares: por que e como pesquisar de Nosella e Buffa (2013), buscando entrelaçar os acontecimentos presenciados pelos entrevistados com a história da instituição investigada. Nesse momento, foi considerado o caminho estabelecido na obra citada, que orienta após as análises documentais e leituras recorrentes, fazer o delineamento dos “núcleos conceituais” para a organização das informações, fornecendo a elaboração das categorias catalizadoras,

Estas categorias funcionam, também, como pontos de referência para elaborar o roteiro das entrevistas e/ou questionários [...] o recurso aos depoimentos (entrevistas) não pode ser apressadamente utilizado desde

o início da pesquisa. É preciso, antes, adquirir um certo conhecimento sobre questões-chave, caso contrário, os depoimentos, que são sempre muito trabalhosos, serão pouco frutíferos. (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.63).

Aos entrevistados, coube-nos proporcionar a oportunidade de relatar as suas experiências a partir do resgate de suas trajetórias dentro do instituto, elevando suas compreensões como sujeitos da história investigada. Nessa perspectiva, nossa investigação centraliza-se na história da instituição apoiados nos testemunhos que podem narrar em seus relatos o que aconteceu na instituição (MEZZANO, 1998).

Dessa forma, não só privilegiaremos as fontes documentais escritas como aconteceu na história da educação, pois compreendemos que estes devem ser problematizados a partir do testemunho dos entrevistados para a reconstrução da história da instituição educativa estudada, “[...] em linhas gerais, essa combinação significa o seguinte: entender como as pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2008, p.165).

A amplitude educacional em aspectos próprios, como o contributo evolutivo à comunidade no seu entorno e, em suas circunstâncias históricas, funciona como o elemento possibilitador e cognoscitivo à uma instituição educativa em sua historicidade; nessa perspectiva, o objeto investigado se reveste de uma objetividade que nos permite contextualizar a concepção educacional desenvolvida, possibilita compreender a historiografia e os entornos do ITEC.

A fim de capturar uma compreensão das práticas educativas organizadas no interior de uma instituição de ensino materializada num currículo, aplicaremos sobre os documentos (ementa e diário de classe) a análise, em vista dos vestígios fornecidos sobre a concepção educacional desenvolvida, alcançando assim uma compreensão da cultura escolar do ITEC, como propõem Nosella e Buffa,

[...] o pesquisador pode estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades da escola e a sociedade com base no levantamento e na análise de qualquer da empírico (documentos, fotografias, plantas, cadernos, livros didáticos etc.), mas, dada nossa experiência, acreditamos que o procedimento mais adequado para alcançar esse objetivo metodológico é analisar as trajetórias [...] estudar os conteúdos

e as metodologias utilizadas na instituição em pauta. (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.85).

Sob o guarda-chuvas da História da Educação, nossa tese se desenvolve buscando estabelecer conexões e nexos teóricos com o pensamento de Hannah Arendt, através de conceitos presentes em sua obra, como: *natalidade, educação, mundo comum e pluralidade*.

Quando elegemos o pensamento arendtiano como componente do nosso referencial teórico metodológico, é com o objetivo de analisar as práticas pedagógicas transportadas do Movimento de Natal e implantadas no ITEC, esse desenvolvimento educacional salvaguarda o que Arendt (2011, p. 240) denomina como responsabilidade com o mundo comum.

Nesse percurso vivenciado no ITEC, testemunhamos a passagem da metodologia educativa de base popular para uma educação escolar, o que possibilita incluir comparativamente a preocupação arendtiana primordial aplicada à educação: a responsabilidade com o mundo em permanente construção pela ação humana.

Em comum, o pensamento arendtiano e a prática educacional de base de popular tencionam ao reconhecimento das experiências educacionais a não adotarem irrefletidamente as metodologias pedagógicas ou que prescindam dos conteúdos essenciais a caracterizar o *compromisso social*, como objetivo de uma formação humana voltada para o compromisso com o mundo comum.

Como resultado da presente pesquisa, sustentamos que o método ver, julgar e agir, herdado dos movimentos eclesiais de base e os conteúdos da Filosofia se fundem no ITEC, assumindo, enquanto função acadêmica específica, um aspecto formativo conscientizador e materializando-se em um currículo em termos arendtianos como um legado.

A ação educativa desenvolvida nesse instituto se abanca enquanto perspectiva educacional, a partir da preocupação com a formação humana, transmitida através de um instituto filosófico portador de um legado enraizado numa experiência educativa popular e comprometida com a libertação integral do ser humano enquanto reflexão teórica.

Em Hannah Arendt o nascimento do ser humano é compreendido como início relacional com o mundo. O nascimento natural é, no entanto, distinto do que no pensamento arendtiano se chamará de *natalidade*. Pela natalidade os recém-chegados a um mundo criado pelas ações humanas, assumem o papel de recriar o novo mundo que continuará depois deles.

A natalidade é a compreensão de que os seres humanos nascem para a vida por meio do nascimento natural, mas para o mundo pela natalidade. Seguindo as teorizações de LEITE,

A natalidade é um conceito seminal no pensamento arendtiano, entendido como um conceito potencial e inspirador que, sem dúvida, tem forte influência no como Arendt pensa a esfera política e a condição humana nesse espaço. Entretanto, é enquanto um conceito aberto à potencialidade de ‘algo’ que podemos intuir que a natalidade, enquanto conceito seminal na obra arendtiana, refere-se à sua compreensão do ser humano – não de algo, no caso de uma semente, mas aberto à potencialidade de alguém, ou seja, dos seres humanos que habitam o mundo. Neste sentido, a natalidade tende a evidenciar a compreensão das possibilidades que a autora concebe nos seres humanos como uma dimensão ontológica, ou seja, como uma dimensão do seu próprio ser, mas que precisa ser realizada e revelada em um mundo comum (LEITE, 2015, p. 41-42).

Em Hannah Arendt (2011), os conceitos de natalidade e educação se fundem, garantindo ao ser que adentra o mundo sua dignidade. Nesse raciocínio, para efetiva natalidade, a educação é o elo que garante a apresentação do mundo aos que nascem biologicamente para a vida, conforme teoriza ALMEIDA,

A tarefa da educação, portanto, é introduzir as crianças num mundo que lhes antecede e que continuará depois delas. A existência dos seres humanos se estende entre nascimento e morte. Nesse lapso de tempo se desenrola a história de cada um, que, comparada à natureza, é curta e fugaz. Ela, porém, se insere numa história mais abrangente, na qual as muitas histórias singulares se entrelaçam, em razão do aparecimento constante de novos atores, num tecido em contínua transformação. A natalidade, portanto, diz respeito à dinâmica entre o mundo historicamente constituído e a chegada dos novos, que podem intervir nele. (ALMEIDA, 2011, p. 21).

A conceituação de educação, a partir dos conceitos arendtianos, revelam-se de forma ampliada e não é possível dogmatizá-los. Como todo o pensamento de Arendt, a

definição de educação é fornecida por meio de itinerários estruturantes que delimitam seu entendimento, mas nunca uma realidade encerrada em si.

Considerando esse pressuposto, no curso de Filosofia do ITEC, através da escolha das disciplinas recolhidas num currículo, a estratégia de oferecer instrumentais para o exercício de uma apurada crítica da realidade e atuação social encontra a proximidade dos objetivos sinalizados pelo pensamento arendtiano. Nessa perspectiva, parte corrigindo a fragmentação de um mundo comum, a partir de uma educação conscientizadora desenvolvida no instituto em busca da mudança social; nesse sentido, sustentamos que a Filosofia desenvolvida no ITEC encontra sua proximidade com o pensamento de Arendt.

O aspecto libertador do Ensino da Filosofia no ITEC, com o objetivo da formação de lideranças sócio transformadoras, situa-se *pari passu* com os conceitos arendtianos aplicados à educação. O papel da Filosofia no instituto, relacionalmente aos conceitos arendtianos, assumem o lugar de luta para a transmissão responsável por um saber que coopere na entrega de um mundo comum justo e solidário às futuras gerações.

Introdutoriamente ao pensamento arendtiano, já defendemos a sua viabilidade como componente do referencial teórico metodológico, assinalados nessa sessão nos conceitos *natalidade e educação*, que são interdependentes. Para maior compreensão da importância dos conteúdos e conhecimentos da Filosofia presentes na formação do ITEC, aprofundaremos conceitos que se inter cruzam para sublinhar a importância da práxis filosófica vivenciada no âmbito acadêmico.

Por conseguinte, essa tese se desenvolve considerando outro componente conceitual arendtiano, como: *mundo comum*. Segundo as teorizações de Fábio A. Passos, o conceito de mundo comum é compreendido “[...] como algo que permanecerá existindo, assegurando ao homem, bem com suas ações, objetividade, livrando-o do eterno movimento circular que caracteriza a natureza, de onde se ergue o mundo construído por mãos humanas” (PASSOS, 2014, p.114).

Quando assumimos como pesquisadores o posto de pensadores da educação, recebemos intrinsecamente a missão de sermos atentos para conservá-la em seu caráter libertário, pois assistimos, em diversos momentos da história, sua instrumentalização, como teoriza Celso Lafer, advertindo que “[...] continuam a persistir no mundo

contemporâneo situações sociais, políticas e econômicas que contribuem para tornar os homens supérfluos e sem lugar num mundo comum” (LAFER, 1998, p.15).

A construção de uma educação filosófica com objetivos libertadores ocupa um lugar privilegiado na estrutura curricular do ITEC. A utilização de pensadores que fundamentam o saber para a ação, em vista da conscientização, constitui-se no instituto a razão na escolha de conteúdos necessários à construção desse ideário, preparando os alunos para se tornarem agentes responsáveis pela mudança social, que na lógica da filósofa Hannah Arendt se efetiva na força capaz em compreender e renovar o mundo,

[...] Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é realmente, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem sobre ele e tocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. (ARENDR, 2006, p. 60).

Arendt defende a impoção dialética entre educação e mundo. O diálogo possibilita a equiparação dos diferentes em iguais, dos novos que adentram o mundo com aqueles que já exercem no mundo a função criadora. Esse movimento atua dilatando o horizonte e tornando possível que os campos das possibilidades humanas se efetivem. Nessa abertura reside a condição de transformação para a permanente mudança do mundo.

Podemos estabelecer nexos teóricos declinados desse pensamento para uma análise do movimento formativo vivenciado no ITEC. Suas características assumem a missão de salvaguardar com responsabilidade o mundo comum, na medida em que opta por garantir direitos por meio de um fazer educacional libertário, objetivando-se a se tornar promotor de vida social, compatíveis com a concepção arendtiana de educação. Ao garantir o acesso aos conteúdos filosóficos necessários ao acesso no mundo comum, enquanto categoria desse pensamento, encontra também seu termo.

Uma instituição formativa acolhe sujeitos abertos ao aprendizado e ao desenvolvimento de suas potencialidades. Os conhecimentos filosóficos trabalhados no ITEC apontam para uma educação comprometida com os valores humanos, uma

hermenêutica útil na busca de um aprendizado que transforme. Essa concepção abriga um projeto de sociedade solidária, que se confunde com o conceito de *pluralidade*, definido em ARENDT como: “a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”. (1997, p.16).

A presente tese, a partir dos conceitos apresentados por Arendt à educação, buscará refletir sobre a transmissão dos conteúdos aplicados no ITEC para formação dos seus alunos no desenvolvimento do compromisso social ou em termos arendtianos: na responsabilidade com mundo comum. Podemos afirmar que a condição humana da pluralidade se faz essencial na busca de apresentar uma sustentação da forma legítima da ação educadora de Dom Costa, ao criar o ITEC e na posterior configuração da reflexão filosófica presente na história dessa instituição educativa.

Buscaremos reconectar os conhecimentos experienciados no âmbito dessa instituição de ensino, através de uma profunda análise da apropriação dos elementos formadores da denominada ‘educação de base’ transportada do Movimento de Natal e materializada como identidade metodológica do ITEC.

Intuímos ser esse aspecto o fomentador de uma concepção educativa alicerçada na passagem da reflexão teórica/filosófica à prática, uma hermenêutica a partir da experiência, aplicada no interior do instituto com a finalidade de desenvolver nos alunos a consciência de sujeitos emancipados, convocados a um compromisso social. O ensino da Filosofia no ITEC, iniciado no primeiro semestre de 1995, apresentou limites estruturais e institucionais, garantindo em primeira análise a rotulação de ser compreendido como projeto utópico. Sua efetivação aparece no conjunto das disciplinas, deixando transparecer os objetivos e metas com proximidades estruturais do ideário contido nas ações educativas do Movimento de Natal e agora consubstanciada na concepção da Filosofia ensinada nessa instituição.

3. A CRENÇA NA EDUCAÇÃO: UMA PEDAGOGIA LIBERTADORA.

As experiências construídas no interior do Movimento de Natal, possibilitando a reflexão proativa dos leigos participantes das ações eclesiais, chamaram ao comprometimento com a problemática social no conjunto da Igreja de Natal, o que acabou inculcando em muitos sacerdotes do clero local a responsabilidade com a educação como prática formativa-libertadora.

Além das características similares dos movimentos assinalados por NAGLE (1974) como portadores de um certo *otimismo pedagógico e entusiasmo pela educação* presentes no contexto nacional nesse período, salientamos um elemento marcadamente definidor a caracterizar o perfil educativo do Movimento de Natal, capturado pela pesquisadora Marlúcia Menezes de Paiva (2014), denominado como: *mística da fraternidade*, concomitantemente à já citada crença exacerbada no poder da educação, que, segundo a pesquisadora, foi responsável pelos êxitos dos trabalhos das missões rurais desenvolvidos pelo Movimento.

Historicamente, a Igreja no Brasil sempre buscou defender seu espaço estratégico, quase sempre interpretado como postura conservadora derivada da busca aguerrida de implementação de seus interesses. A partir do surgimento de experiências como no Rio Grande do Norte, a criação da CNBB, o Vaticano II e a sistematização do pensamento filosófico-teológico latino-americano, temos o afastamento do acento doutrinal ou moral nas ações eclesiais, emergindo um cenário aberto e dialogal, propício para a consolidação de uma reflexão libertadora aplicada à educação, especificamente, a partir da segunda metade do século XX.

Em sua combatida obra, *Igreja: carisma e poder*, Leonardo Boff descreve os problemas que desafiavam a ação eclesial naquele momento, tendo em vista o paradigma da libertação integral da pessoa humana:

A questão primordial que as Igrejas se sentiam na urgência em responder era: como ser cristão num mundo crítico, adulto, funcionalista? Descobriu-se um desafio, ainda maior, vindo das periferias da Ásia, África e especialmente da América Latina; emergem os pobres como fenômeno social, das grandes maiorias, marginalizados dos benefícios do processo produtivo e explorados como excedentes de

uma sociedade que privilegia soluções técnicas e soluções sociais para seus problemas (BOFF, 1981, p.39).

A urgência sentida nas ações eclesiais inaugura a passagem do assistencialismo social e da formação do cristão, para a conscientização nas lutas comuns na busca pela melhoria das condições de vida da população pobre e periférica, originando o jeito próprio de lutar e educar, que nessa tese denominamos de pedagogia libertadora.

Nessa prática pedagógica encontramos a fonte de várias vertentes incentivadoras das reformas de bases, do sindicalismo desenvolvido nas ligas camponesas e na luta agrária em busca de reformas estruturais.

O trabalho educacional e sócio politizador do Movimento de Natal, assumido como um traço característico das atividades do bispo diocesano Dom Antonio Soares Costa, transportado para a concepção do ITEC, assumem contornos educativos libertadores como desenvolvimento de toda experiência progressista da Igreja em toda a América Latina, responsável na composição do imaginário social que influenciou inclusive às encíclicas papais, como a *Mater et magistra* (1961), de João XXIII. Nela o pontífice ratificou o método *ver, julgar e agir*, que utiliza a hermenêutica a partir do pobre como chave interpretativa:

[...] para que princípios sociais sejam postos em prática são necessárias três etapas: primeira, estudo de situação concreta; segunda, o exame atento dessa situação, à luz dos princípios, terceira, enfim, a determinação do que pode ou deve ser feito para aplicá-los de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar. Essas três etapas são comumente expressas pelas palavras *ver, julgar e agir* (MATER ET MAGISTRA, n.º. 236).

O fato acima não foi somente uma mudança de perspectiva teológica do papa João XXIII ou que o Concílio Vaticano II reproduziu, mas acabou por imprimir uma profunda reflexão sobre as atividades pastorais e sustentaram a preocupação basal com a condição humana em seus direitos e dignidade, e por conseguinte, assumida fortemente por homens de igreja, como o bispo Dom Costa, tendo como aliadas as estratégias formativas das experiências desenvolvidas nas Comunidades Eclesiais de Bases – CEB`s.

Essas comunidades foram estruturadas teoricamente com bases fundamentadas na Teologia da Libertação – TdL, que podemos conceituar sob o prisma do seguinte pensamento:

O ponto central e original da Teologia da Libertação foi a opção preferencial pelos pobres. Trata-se, portanto, de uma perspectiva epistemológica pela qual se buscava não apenas visitar todo o patrimônio cultural e científico da teologia cristã, mas também se queria, à luz desta opção, responder aos problemas que o mundo moderno coloca para a presença e ação da igreja no mundo. Não se esquecendo nunca de que o principal problema é a pobreza estrutural (ROMERIO, 2017, p.1)

Na contramão da reflexão hermenêutica latino-americana, a Diocese de Caruaru esteve naquele momento histórico distante desse processo de renovação eclesial graças ao conservadorismo institucional conivente com o poder político. Se na arquidiocese de Olinda e Recife a figura de Dom Hélder Câmara representou no período de ditadura civil-militar de bispo “rebelde”; na diocese de Caruaru o então Bispo Diocesano Dom Augusto Carvalho conservou sua posição alinhada ao regime.

Em 1993, com a chegada de Dom Costa, após esse vácuo de reflexão pastoral com mais de três décadas de atraso em relação à maioria das dioceses do Nordeste brasileiro, a diocese de Caruaru é posicionada no imaginário formativo das diretrizes do Vaticano II, passando a realizar assembleias pastorais e encontros de formação comunitárias. Desses encontros populares surgiu o desejo de formação das lideranças que atuavam na base.

O ITEC emerge junto a essa necessidade de corrigir o hiato em relação ao todo da Igreja em seu caráter progressista e à reinserção da diocese de Caruaru na conjuntura nordestina. Tem início a partir desse momento uma experiência formativa que prega o engajamento social e a defesa dos pobres, com a retomada e fortalecimento das CEB`s. Dom Costa apresenta os termos trazidos da sua vivência arquidiocesana no Rio Grande do Norte, transmitidos em palavras-chaves como: *libertação, politização, conscientização e emancipação*. Tais palavras denotam o seu referencial pedagógico para a criação do ITEC.

Escrevendo em coluna do Jornal Vanguarda, Dom Costa deixa transparecer os termos acima citados como convicção da sua ação pastoral; ao abordar o tema do analfabetismo teoriza,

[...] tremendo mal que priva um grande número de pobres de muitas possibilidades de progresso, de vitória sobre a marginalização e verdadeira libertação[...] vamos somar forças e nos debruçar, com coragem, sobre os excluídos. Não tenhamos medo deles. Vamos ser irmãos antes que eles nos considerem seus juízes. E como gesto concreto da nossa campanha, vamos olhar os rostos dos meninos de rua. A casa OÁSIS, inaugurada na tarde do dia 21 de fevereiro, abriu caminho novo de libertação para as crianças de rua. (VANGUARDA, ano 63- 4 a 10 de março de 1995 – nº 6.335.p.21).

A convocação do bispo parte do referencial pedagógico libertador abalizado na ação comunitária sob a trilogia já sinalizada no ver, julgar e agir. Tal método, além de conduzir a reflexão, desempenha um papel formador da consciência na medida em que a busca por soluções comuns salvaguardar o papel e a importância da participação de todos.

Nessa tese não aprofundaremos as configurações da ação-reflexão-ação dentro da lógica estabelecida nas CEB`s em nível eclesiológico ou bíblico-teológico. Nosso intento se encontra na passagem das experiências acumuladas do bispo diocesano de Caruaru, no campo educacional, organizado numa perspectiva libertadora como herança e resultado de uma macro reflexão latino-americana aplicados à educação, materializada em função do Ensino da Filosofia no instituto filosófico, que se relaciona ao objeto da presente investigação e que foi criado com o objetivo de conferir sustentação intelectual aos agentes pastorais que atuavam nas bases, a partir de um referencial filosófico comprometido com os excluídos e marginalizados do agreste pernambucano.

3.1 A metodologia educativa eclesial do Rio Grande do Norte aplicada ao Ensino da Filosofia no agreste pernambucano.

O desenvolvimento da metodologia educativa do Rio Grande do Norte é marcado pela passagem do assistencialismo social, praticado como desdobramento do conselho

evangélico da caridade, para uma efetiva utilização da educação como instrumental libertador e aproximação da Igreja com as camadas populares. A ala progressista da Igreja, quando tratou das questões sociais, aproximou-se da questão agrária. No Brasil, é marco desse momento a Carta Pastoral intitulada: *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural*,²² de setembro de 1950 (DOMBROWSKI, 2006).

A metodologia educativa da Igreja de Natal se apropriou de resultados da aplicação do método ver-julgar-agir para analisar a realidade das comunidades eclesiais de bases do seu território. Essas comunidades que funcionaram durante muito tempo como pontos de celebração litúrgica, tornaram-se lugares estratégicos para o diagnóstico e enfrentamento dos problemas levantados, dentre esses, o analfabetismo como um desafio encontrado. O analfabetismo foi atestado no ‘ver’ a realidade. A estrutura desse método demonstra sua objetividade ao diagnosticar um problema concreto, não ficando no campo subjetivo como aqueles oriundos dos dados da fé, mas real. Nas conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968 na cidade de Medellín – Colômbia, dedicam-se um capítulo à educação, com o tema: “*A educação libertadora como resposta a nossas necessidades*”, defendendo a ideia de que a educação deve ser criadora; aberta ao diálogo; permanente e orgânica.

A educação para a libertação é um processo de conscientização do entorno das situações, brota do estudo crítico-reflexivo sobre a realidade, um estudo questionador para alcançar o ‘julgar’ coerente e verídico, para ‘agir’ e transformar. Essa aplicação pastoral do ver-julgar-agir como método necessitou de uma chave hermenêutica que garantisse um instrumental de permanente diálogo com a realidade.

A Teologia da Libertação elegeu o oprimido como chave hermenêutica e forneceu indicações sociológicas, uma mediação marxista ao método ver-julgar-agir. Segundo teorizam Clodovis Boff e Leonardo Boff, nas comunidades de bases esse método hermenêutico seria vivenciado em três momentos,

- 1- A hermenêutica libertadora lê a bíblia como um livro de vida e não como um livro de histórias curiosas. Busca-se nela o sentido textual, sim, mas em função do sentido atual.

²² Este documento foi elaborado por Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha – MG.

- 2- A hermenêutica libertadora busca descobrir e ativar a energia transformadora dos textos bíblicos, trata-se finalmente de produzir uma interpretação que leve à mudança da pessoa (conversão) e da história (revolução)
- 3- Finalmente, a releitura teológica-política da Bíblia acentua sem reducionismo, o contexto social da Mensagem. Coloca cada texto em seu contexto histórico para assim fazer uma tradução adequada, não literal, dentro de nosso próprio contexto histórico. Assim, por exemplo, a hermenêutica da libertação enfatiza (não exclusiva) o contexto social de opressão em que viveu Jesus e o contexto marcadamente político de sua morte na cruz. É evidente que, assim equacionado, o texto bíblico ganha particular relevância no contexto de opressão do Terceiro Mundo, onde a evangelização libertadora possui imediatas e graves implicações políticas (BOFF & BOFF, p. 59-61)

As iniciativas educacionais que foram se materializando nas comunidades eclesiais de base, a partir do encontro da Teologia da Libertação com o método ver-julgar-agir, acabaram gerando no Movimento de Natal o aspecto metodológico educativo conscientizador e politizador, “buscando ajudar na promoção do homem rural” (PAIVA,1987, p. 240).

O desejo de mudança social e o arranjo teológico fez a ação eclesial se voltar para o desenvolvimento de um trabalho sócio politizador junto as camadas populares, segundo teoriza Dermeval Saviani,

Em seu centro emerge a preocupação com a participação na política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, a ajustá-lo à ordem existente (SAVIANI, 2008, p. 317).

Nossa pesquisa sobre o Ensino da Filosofia desenvolvido no ITEC nos posiciona num itinerário pedagógico semelhante ao anunciado até o momento advindo da experiência educativa apreendida do Movimento de Natal e materializada como percurso metodológico assumido pelo instituto por intermédio do seu fundador. A identificação entre a Filosofia ensinada e as ações empreendidas, a partir de uma reflexão e prática

sócio politizadora, aparecem de forma diluída nos desdobramentos pastorais no conjunto das ações diocesanas.

A reflexão filosófica se volta para problemas diagnosticados resultantes das análises sociais, que formam uma unidade no contexto dos fenômenos humanos. O existir comunitário adquire seu sentido formativo, a educação filosófica libertadora é o desdobramento de uma ação interdisciplinar do saber filosófico com os demais saberes para o desenvolvimento do ser humano existindo socialmente, e não por meio de uma abstração puramente linguística.

Nesse lastro de iniciativas pastorais, os alunos e o corpo docente do instituto exerciam importante participação, num contínuo entrelaçamento entre a reflexão fomentada pela Filosofia, enquanto conhecimento teórico mediado pela metodologia libertadora e assumida pedagogicamente em prol do compromisso social. A função do ensino da Filosofia buscou fornecer meios compreensivos aos fins das práticas desenvolvidas a serem executas.

Em Caruaru e nas demais cidades que compunham a diocese, capilarizaram-se as influências dos compromissos assumidos no desenvolvimento da formação filosófica do instituto. Encontramos o objetivo da ação educativa disseminada nesse instituto através dos seus interlocutores – docentes e discentes – que se corporificam como referencial fundamental à compreensão do papel formativo e conscientizador no ITEC em seu fazer filosófico comprometido com a transformação do meio social em prol do ser humano.

Seguindo a metodologia da educação de base, Dom Costa realiza a primeira assembleia pastoral em setembro de 1994. Os 132 participantes, entre padres, religiosos e leigos, propuseram repensar o modelo de Igreja e, conseqüentemente, de pastoral. Como resultado dessa assembleia foram eleitas prioridades como: 1 formação; 2 opção preferencial pelos pobres e excluídos; 3 pastoral de conjunto. Nessas escolhas, transparecem os compromissos assumidos, originariamente encontráveis pertencentes a uma educação de base, que já semanticamente apresentamos contidos no conjunto frondoso das iniciativas e experiências desenvolvidas pelo Movimento de Natal, o qual detectamos transportada não somente enquanto reflexão filosófica, mas como uma pedagogia libertadora ativa, disseminada por Dom Costa, tendo em Caruaru como centro propulsor o ITEC, como foi o SAR em Natal.

Encontramos sustentação para a afirmação acima sobre a gênese dessas iniciativas e suas semelhanças com as ações desenvolvidas na Igreja do Rio Grande do Norte terem sido transportadas para o agreste pernambucano, quando em informativo diocesano, o bispo Dom Costa apresenta os passos mais significativos, desenvolvidos e sonhados até aquele momento:

[...] a criação do ITEC, no próximo ano, é mais um espaço que se abre a formação do clero, dos religiosos(as) e leigos(as). O curso de leigos vem assumindo uma nova dinâmica, na linha da prioridade de Santo Domingo, que é o protagonismo dos leigos(as). Educação Política – a diocese, consciente de seu papel na formação da consciência crítica do povo, lançou a cartilha de educação política, no período de preparação das eleições. Um outro passo importante, será o encontro com políticos da região, na noite do dia 21 de dezembro, em Caruaru. Na mesma linha de *educação popular*, a diocese terá, no próximo ano, a sua frente popular de alfabetização em parceria com o MEB. (IGREJA HOJE, dezembro – 1994 – Ano 01 – nº 05 p.5).

A criação do ITEC, a formação dos leigos(as) e a educação política, que inferimos na citação acima como primeiros passos do início da ação educativa do bispo diocesano Dom Costa na Igreja de Caruaru, aproximam-se daquelas iniciativas desenvolvidas no Movimento de Natal analisadas no primeiro capítulo, mas retomadas para fundamentar a nossa hipótese que tais ações são desdobramentos metodológicos e lastro fecundante às bases reflexivas que serviram de alicerce para a construção pedagógica e filosófica do ITEC.

Compreendemos haver nesse início um acercamento do contexto geral no campo formativo diocesano, na assunção da formação popular, afim de gerar um espaço formativo com assento filosófico inspirado na libertação.

Nesse sentido, o ITEC é detentor da reflexão e evolução que aconteceu na educação de base, em sair da simples alfabetização a uma proposta de maior abrangência – educação sanitária, cívica, agrícola (BEZERRA, 1980). Desse cenário evoluiu para a participação popular na luta pela transformação das estruturas sociais. Nessa perspectiva, entendemos que o ITEC materializa estes resultados na construção do seu currículo disciplinar do curso de Filosofia, que trataremos quando formos analisar esta temática.

Nosso intento nesse momento se constitui em continuar considerando os nexos estabelecidos nos cenários dessas ações diocesanas, capturando o que essencialmente levantamos das questões problematológicas entre a proximidade dos conceitos advindos da ação eclesiológica da experiência do Rio Grande do Norte e implantados na diocese de Caruaru, como desdobramento de uma educação de base - libertadora e conscientizadora; buscamos o entendimento do que pode ser definido a priori como objetivos específicos configurados ao processo de construção do Curso de Filosofia no ITEC.

Salientamos, para maior compreensão epistemológica a urgência em considerar no contexto da presente tese uma concepção filosófica que parte se relacionando com os problemas da vida e não encerrada numa grade curricular de conteúdos programáticos, para não haver um subvalorização do saber produzido na instituição, conforme teoriza ROCHA,

[...] os comportamentos de aprendizagem triviais são mais fáceis de operacionalizar e por isso os resultados autenticamente importantes da educação podem ser subvalorizados; muitas finalidades valiosas somente podem ser expressas comportamentalmente em prazos longos; a especificação prévia de metas explícitas impede o professor de aproveitar oportunidades educativas surgidas inopinadamente na sala de aula; não importam somente as mudanças de atitudes dos alunos; mensurabilidade rima com desumanidade; resultaria antidemocrático projetar de antemão como o aluno vai se comportar depois da instrução; os professores não ensinam por objetivos, isso não é real; em certas áreas, como artes e humanidades, é mais difícil fixar objetivos; a maioria das metas não pode ser fixada com precisão. (ROCHA, 2015, p.92-93).

A Filosofia ensinada no ITEC se relaciona intrinsecamente com uma pedagogia libertadora que abordamos no início desse capítulo. Ela gera alicerces para a reflexão e o exercício da liberdade indispensável à Filosofia; preserva o diálogo permanente com a realidade social para a sistematização de um pensamento racional útil.

Isso se torna palpável quando tomamos o informativo diocesano de dezembro de 1995; nele encontramos entre os acontecimentos marcantes daquele ano a criação do ITEC (06 de fevereiro). Num artigo intitulado: *a Igreja a serviço da educação*, o bispo diocesano Dom Costa deixa transparecer seu entusiasmo pelas ações educativas iniciadas,

O ano de 1995 foi, para o ITEC, de uma grande relevância para a definição do perfil, que já se desenha, principalmente no plano pedagógico de seu trabalho essencialmente educativo. Suas metas voltadas principalmente para uma gestão democrática, avançaram no sentido da participação colegiada, desde a definição do projeto educativo até as tomadas de decisão. Ao mesmo tempo, nas ações principais enfocaram a articulação efetiva e ampla com a comunidade, como um todo [...] todo esse trabalho tem sido fruto da preocupação de uma direção voltada para aqueles que direta ou indiretamente, necessitam do conhecimento, para que se concretize sua cidadania a partir de um conhecimento, o mais real possível de sua sociedade e de si mesmo. (IGREJA HOJE, dezembro, 1995, Ano 02 – Nº12, p. 5).

A citação acima demonstra fortes contornos a caracterizar o perfil do instituto recém-criado. Destaca-se o compromisso com a construção de um saber voltado ao serviço da comunidade e seu entorno, expressando identitariamente o pilar da construção da cidadania como desafio perene e confere utilidade ao saber produzido.

Reafirmamos, a partir desses fatores examinados, que o ITEC tem já em seu início objetivos bem marcados que se relacionam com aqueles da educação de base. As dificuldades inicialmente enfrentadas se apresentam diversamente, perpassando inclusive a manutenção do curso; segundo registros iniciais, o ITEC começou suas atividades educacionais com apenas seis (06) alunos matriculados, contando com sessenta (60) em dezembro de 2001 (IGREJA HOJE, DEZEMBRO - 2001, p.06 – Ano 08 nº12); sua sustentação financeira vem da crença na educação que já nos referimos.

A importância do ITEC para a região do agreste pernambucano é ratificada pela necessidade do diálogo entre Igreja e sociedade, fornecendo, ao mesmo tempo, instrumentais de interação e transformação social, confirmando o pensamento libertador e a prática numa ação unívoca, na medida em que parte apostando na educação, conserva-lhe como instrumental para as transformações sociais.

Adentramos, a partir desse momento, no currículo do ITEC, com o objetivo de estabelecer um panorama documental daquilo que foi analisado até o momento e anunciado como características singulares. Dialogaremos com algumas concepções teóricas relacionadas às práticas educativas sobre currículo, para analisar as condições em que se estabeleceu a materialização dos conteúdos ensinados, demonstrando a contribuição do ITEC em seu aspecto sócio libertador.

3.2 As condições do Ensino da Filosofia propostos no currículo do ITEC

Analisar o currículo desenvolvido no ITEC para o curso de Filosofia, buscando redescobrir sua prática libertária, poderá representar uma contribuição importante aos que atuam no campo educacional preocupados com a formação humana. O Brasil experimentou, nas últimas reformas educacionais, um retrocesso no que se refere ao Ensino da Filosofia. Além da crise de valores e perdas de conquistas no campo social, a formação das futuras gerações, com a não obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio, como amplamente pesquisamos em nossa dissertação de mestrado na UFRN, ficou comprometida, por não garantir o acesso aos conteúdos necessários ao desenvolvimento da consciência cidadã. Como já teorizamos naquele momento como resultados,

[...] que a história do ensino da Filosofia no Brasil apresenta grandes intermitências que prejudicaram a formação cidadã dos jovens escolarizados, e que estes sempre estiveram expostos às ideologias políticas dominantes a aparelhar a educação como instrumento de controle através do Estado, postura essa fortemente rejeitada por Arendt ao expor que a educação não pode estar a serviço do seguimento político. Outro resultado é que a atual reforma educacional, oriunda da Lei 13.415/17, compromete a formação para o desenvolvimento dos jovens escolarizados e, conseqüentemente, nega aos jovens o acesso a conteúdos necessários à emancipação intelectual pertencente ao campo da Filosofia nos conteúdos disciplinares nas escolas brasileiras. (SILVA, 2019, p.118-119).

A educação filosófica desenvolvida no ITEC pode colaborar na consolidação de uma proposta curricular que resgate o ideário das lutas na reparação das perdas no campo legislativo nacional. E ainda, conduzir a uma prática libertadora, possibilitando pedagogicamente o acesso a uma formação humana, em que reapareça a *mística da fraternidade* (PAIVA, 2014, p.77) transportada da experiência do Movimento de Natal, em valores humanos, como a solidariedade, que auxiliem harmonicamente considerar a pluralidade do mundo comum.

Para referência conceitual de *mundo comum*, adotamos aquela compreendida pelo pensamento de Hannah Arendt,

O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende à duração da vida, tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum, não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. (ARENDDT, 2013, p.65).

Ao nos referirmos ao conceito de *mundo comum* e relacioná-lo ao tema da solidariedade aplicado numa proposta de currículo, demonstramos a urgência da manutenção do contributo teórico presente nas ciências humanas.

Na história da educação são múltiplas as conceituações relacionadas a currículo. Em momentos distintos, foram definidas a partir do contexto de mudanças da sociedade que o influenciaram. Do latim *scurrere*, o termo denota um percurso à espera de execução. O currículo do ITEC para o Curso de Filosofia é destinado ao aperfeiçoamento crítico-reflexivo, como inferimos até o momento, com o objetivo de provocar na ação do indivíduo um aspecto prático, direcionado ao compromisso com o outro e sua emancipação. Esse aspecto é presente não só nos conteúdos filosóficos, mas, principalmente, nas ações desenvolvidas pelo seu fundador que marcam o entorno do instituto, o qual acabou imprimindo nas atividades e organizações sociais um forte acento educativo.

Encontramos nos diários de classes dos professores algumas anotações que, quando comparadas com o ementário proposto, revelam uma flexibilidade das temáticas. Tomamos como exemplo a análise da caderneta da disciplina Filosofia da Práxis, escolhida preferencialmente para essa mostragem por caracterizar-se como uma disciplina estratégica, por ter abrigado as temáticas de maior proximidade com as metodologias educativas libertadoras. Essa disciplina, ofertada em 2002.2, teve o seguinte temário de registro de matéria lecionada naquele semestre:

10/08- Aula inaugural – o que é filosofia da práxis?

17/08- Consciência comum e consciência filosófica

24/08- Histórico da filosofia da práxis

05/09- A condição humana do Zóon politikón

12/09- Unidade entre teoria e prática
17/09- Práxis espontânea e práxis reflexível
19/09- Práxis em Hegel
26/09- A concepção de práxis em Feuerbarch
07/10- A concepção de práxis em Marx
14/10- Feuerbarch e a religião: Marx
21/10- Sociedade de consumo e pobreza social
28/10- A relação entre ação e sujeito transformador
09/11- O trabalho na sociedade contemporânea
14/11- A duração da vida activa e a condição humana
23/11- A relação entre público e privado
30/11- Apresentação dos trabalhos
01/12- Avaliações

Esses assuntos/temas discutidos em sala de aula revelam um sólido fundamento filosófico apoiado em filósofos reconhecidamente complexos e sistemas filosóficos amplamente rigorosos do ponto de vista metodológico. Percebemos também no desenvolvimento das discussões, a preocupação de conectar a reflexão intelectual com uma temática atualizada e ligada aos problemas sociais, como podemos inferir acima, a unidade entre a filosofia da práxis com a condição humana e suas implicações sociais, no mundo do trabalho e na dimensão pública da vida. A flexibilidade temática que nos referimos acima não é apenas perceptível no elenco que descrevemos. Revela-se também na liberdade de escolha estabelecida pelo professor daquele ano. Isso é possível comprovar quando comparamos o ementário proposto para a disciplina:

1 – Origens do pensamento social e político
2 – A Filosofia social e política Clássica e Medieval
2.1 – A Formação da *Polis* Grega
2.2 - A *República* de Platão
2.3 – A *Política* de Aristóteles
2.4 – A *Cidade de Deus* de Santo Agostinho

- 3 – Análise política e social moderna
 - 3.1 – Maquiavel: o *Príncipe* e o nascimento da política moderna
 - 3.2 – Hobbes: o Estado no *Leviatã*
 - 3.3 – Locke: *Segundo tratado* sobre o Governo civil
 - 3.4 – Kant e o apelo à paz
- 4 – Filosofia Social e Política a partir da sociedade civil burguesa
 - 4.1 – Hegel: o Estado como teologia histórica
 - 4.2 – Marx: a crítica ao Estado Burguês
 - 4.3 – Gramsci: a sociedade civil como centro da política
 - 4.4 – Hannah Arendt: Totalitarismo, mundo moderno e crise da autoridade política
- 5 – As novas configurações da política.

Esse exercício comparativo entre as temáticas desenvolvidas em sala de aula com o programa da disciplina enunciado no ementário do Curso de Filosofia, permite-nos assumir uma caracterização positiva do espaço do Ensino da Filosofia desenvolvida no ITEC, não só pela dinamicidade curricular apresentada, mas também pela liberdade de cátedra assinalada. Os testemunhos dos entrevistados nos apresentarão com transparência os indícios que agora pontuamos e construímos como resultado de uma abordagem curricular progressista à guisa de tudo que se constitui até esse momento das nossas pesquisas.

As orientações demonstradas ao longo do currículo do ITEC em seus objetivos comuns denotam um consenso objetivado para fins de planejamentos amplos, estrategicamente elegidos, mesmo que seja possível apenas percebê-los após um exercício reflexivo sobre a importância de dois mananciais inspiradores: o compromisso como o saber e sua aplicabilidade no cotidiano.

Descartamos a crítica desatenta sobre a possibilidade de acusação a respeito da renúncia ou decisão solitária de cada professor sobre conteúdos e metodologias no encaminhamento pedagógico do instituto. Percebemos um alinhamento de princípios norteadores na estruturação curricular do ITEC, que afasta do ensino da Filosofia o princípio do presépio, segundo teoriza ROCHA,

Se temos uma concepção sobre o currículo que não se orienta pelo princípio do presépio, isto é, se acreditamos que cada uma das disciplinas e atividades curriculares deve estar integrada de forma inteligente com as demais disciplinas, qualquer proposta de Ensino de Filosofia deve procurar explicitar, de modo concreto, essas formas de relação e integração. Por outro lado, essas considerações devem estar alicerçadas em uma visão do ensino de Filosofia realmente existente, pois é nesse meio que qualquer proposta nova será recebida e trabalhada (ROCHA, 2015, p.29).

Considerando esse entendimento, passamos a analisar a concretude curricular materializada no ITEC, objetivamente no currículo para o curso de Filosofia. Estabeleceremos uma dupla mostragem: a *primeira* se constitui de uma descrição objetiva da disposição das disciplinas ofertadas com base no levantamento que foi desenvolvido durante nossa pesquisa nos documentos do instituto – cadernetas dos professores e ementários das disciplinas.

A *segunda*, por sua vez, compõe-se de uma discussão que busca teorizar o desenvolvimento do projeto educativo para o curso de Filosofia no interior do ITEC, intentando demonstrar o plano geral das disciplinas, descobrindo suas metas.

Encontramos, em nossas pesquisas nas cadernetas dos professores, uma estrutura do currículo do Curso de Filosofia oferecido no ITEC que obedeceu a uma continuidade lógica até o falecimento de Dom Antônio Soares Costa. Apenas a disciplina de Filosofia da Práxis tem, ao longo do desenvolvimento acadêmico, a nomenclatura alterada para Filosofia Social e Política, mas permanece com os objetivos comuns.

Ao longo da nossa investigação, temos encontrado nas ações educativas implementadas nesse instituto uma relação entre a herança metodológica da educação popular com a Filosofia; essa relação implicou numa mudança paradigmática pela interatividade na formação filosófica no aluno do ITEC.

A estrutura curricular do ITEC conservou um eixo disciplinar em todo o período em que estiveram circulando as ideias progressistas de Dom Costa - 2005.1 a 2013.1. O arranjo disciplinar manteve em sua grade os componentes próprios de um curso filosófico, mas permitiu a interconexão entre o instituto e o entorno da comunidade envolvente, emergindo dos conteúdos ofertados vários temas estratégicos à abertura reflexiva.

O processo formativo do ITEC buscou organizar seu currículo para educar o filosofar em vista da ação, configurando a disposição das disciplinas da seguinte forma:

Disciplinas Ofertadas no Curso de Filosofia do ITEC até 2013.1.

DISCIPLINAS	PERÍODOS	CARGA HORÁRIA
História da Filosofia	I; II; III; IV.	60 h/a
Lógica	I; II.	60 h/a
Antropologia Filosófica	I.	60 h/a
Ética Filosófica	I.	60 h/a
Filosofia da Linguagem	I.	60 h/a
Filosofia da Religião	I.	60 h/a
Filosofia da Práxis/ Social e Política	I.	60 h/a
Ontologia	I.	60 h/a
Italiano	I; II.	60 h/a
Teoria do Conhecimento	I; II.	60 h/a

Fonte: Diários de Classe. (Arquivo pessoal)

Após a visita canônica enviada por Roma e a chegada do sucessor de Dom Costa, vários professores foram substituídos. Houve mudança na direção do instituto e conseqüentemente, no currículo; foram inseridas novas disciplinas que descaracterizaram o currículo anterior. As novas disciplinas inseridas a partir de 2013.2, substituíram os conteúdos especificamente filosóficos e os que permaneceram tiveram a carga horária reduzida para 45 h/a.

Algumas das disciplinas que passaram a compor esse novo currículo, foram:

Disciplinas Ofertadas no Curso de Filosofia do ITEC a partir de 2013.2.

DISCIPLINAS	PERÍODOS	CARGA HORÁRIA
Grego Bíblico	I; II.	45 h/a
Introdução aos Mistérios de Cristo	I; II; III; IV.	45 h/a
Latim	I; II.	45 h/a
Psicologia Geral	I.	45 h/a
Língua Portuguesa	I; II.	45 h/a
Tópicos da Cultura Brasileira	I; II.	45 h/a

Fonte: Diários de Classe. (Arquivo pessoal)

Nesse movimento, desaparecem as disciplinas de Ontologia, Filosofia da Práxis/ Filosofia Social e Política, Teoria do Conhecimento. O novo currículo, além de reduzir a carga horária da disciplina de História da Filosofia I; II; III e IV, passou a oferecê-las em módulos semanais chamados de regime especial. Com isso foi restringido o acesso aos conteúdos da ‘Filosofia pura’, que eram aplicados até esse momento; entendemos que a mudança curricular foi uma proposição estratégica para alterar a abordagem formativa libertadora do ITEC. O fechamento do ITEC de maneira unilateral, como aconteceu com o ITER no Recife, acarretaria um levante midiático que certamente iria expor a postura conservadora da Igreja Católica diante de mais uma experiência educativa progressista. Esse movimento no eixo curricular garantiu o realinhamento com as doutrinas estabelecidas para a educação católica e buscou atender a demanda especificamente voltada à perspectiva da formação seminarística de caráter dogmático.

A Filosofia é colocada numa situação propedêutica à Teologia, passa a ser aquilo que chamavam os escolásticos de *ancilla theologiae*. A mudança da carga horária e o ensino explicitamente seminarístico termina se fechando para o acesso dos leigos. Os

modelos curriculares delineados pelas escolhas acima atualizam as conceituações de ROCHA, ao teorizar:

O currículo é pensado como uma lista de conteúdos organizados por algum critério; e o ensino como um processo de transmissão de informações, facilitadas da melhor forma [...] se é fácil afirmar que o currículo não pode ser simples lista de conteúdos, não é simples dizer em que consiste. Cada definição dada traz uma história que prepara e um conjunto de pressuposições e implicações (ROCHA, 2015, p.89).

Seguindo o raciocínio da citação acima, adentraremos nos conteúdos dados nas disciplinas ofertadas entre 2005.1 e 2013.1. Utilizaremos também o ementário do curso para uma mostragem dos objetivos propostos, para estabelecendo uma proximidade pedagógica com os conteúdos trabalhados naquele período, no qual foi ensinada no ITEC uma Filosofia que estabeleceu nexos com os objetivos do caráter progressista, que por sua vez reafirmamos como aspecto identitário desse instituto educativo, desde sua concepção.

A ementa da disciplina de Filosofia Antiga para o ano de 1995.1 apresenta o seguinte escopo:

Ementa: a disciplina contempla aspectos básicos à análise da História da Filosofia Antiga, buscando descobrir os elementos culturais que indiquem a evolução do pensamento humano em direção a uma postura crítico-reflexiva, frente aos problemas da existência.

Objetivo geral - Propiciar instrumentos que possibilitem a compreensão do homem em seu desenvolvimento histórico cultural estabelecendo um entendimento dos valores humanos.

Objetivos específicos - investigar a evolução do pensamento racional como forma de entender melhor o homem; compreender as diferentes fases da cultura pelo estudo das raízes do pensamento ocidental; possibilitar, o entendimento dos valores que afirmam o homem grego como um ser cuja cultura possui um sentido universal; entender as raízes e significado do pensamento clássico, buscando a identificação como cotidiano da sociedade moderna.

Para atender aos objetivos anunciados para essa disciplina, o professor daquele momento oferta os seguintes conteúdos, conforme registros na caderneta da matéria pressionada:

- 01 - Filosofia e Mito: gênese, natureza e desenvolvimento da filosofia - os pré-socráticos.
- 02 - Escola Jônica escola pitagórica
- 03 - Escola Eleáta - físicos pluralistas e ecléticos.
- 04 - Sofistas - períodos antropológicos e sistemáticos.
- 05 - Sócrates /Platão “mito da caverna”.
- 06 - Aristóteles.
- 07 - Período ético: epicurismo e gnosticismo.
- 08 - Ética Estoíca: ceticismo e ecletismo.
- 09 - Neo-estoicismo: Sêneca, Epíteto, Marco Aurélio.
- 10 - Neo-Platonismo: Plotino.

Temos, a partir dessa mostragem, a percepção da grande diferença proposta nos conteúdos acima descritos, para estabelecer um contraponto como uma abordagem filosófica que viesse a trabalhar temas isolados, a sistemática da oferta disciplinar atende aos objetivos propostos como anunciados anteriormente. Certamente, os alunos tiveram condições de despertar a curiosidade intelectual, pois a incidência dos temas filosóficos decerto servira de motivação ao desenvolvimento concreto do fazer filosófico no instituto.

A filosofia não é pura abstração, ela deve ser ensinada considerando sujeitos concretos. A relação professor-aluno como processo da aprendizagem filosófica não é puro fazer subjetivo; nela, a liberdade do pensar recebe operacionalidade concreta. Na sequência das nossas análises sobre a concepção do currículo do ITEC, no que se refere às questões teóricas dos conteúdos filosóficos trabalhados, consideraremos a amostragem das disciplinas que ao nosso entendimento servem de referência para demonstrar as finalidades educativas anunciadas em seu caráter progressista.

No currículo do ITEC, o processo educativo em seus valores e modelo popular é diluído ao longo dos conteúdos disciplinares, que conferem fundamentação à hipótese do ensino filosófico voltado às camadas populares, enquanto endereço do saber teórico

praticado; materializando a ideia de que [...] um currículo é a tentativa para comunicar os princípios e traços essenciais de um propósito educacional, de forma tal que permaneçam aberto à discursão crítica e possa ser levado efetivamente à prática (STENHOUSE, 1998, p. 29). É encontrável tal afirmação nas iniciativas pastorais que se tornaram extensivamente o lugar da expressão e questionamento de uma série de problemas sociais tematizados.

A caracterização de um currículo é uma tarefa complexa, envolve métodos de ensino e conteúdos concretamente aplicados no conjunto das iniciativas desenvolvidas. A funcionalidade do currículo muitas vezes é assumida convencionalmente como um aglomerado de experiências educativas que poderiam ser encaminhadas em vista de alcançar metas de aprendizagem.

O currículo é, em outra perspectiva, assumido como objeto em constante desenvolvimento e permanente consolidação, responsável por revelar as práticas pedagógicas em que a pluridimensionalidade de sujeitos e objetivos se materializam corporizando uma forma estruturada. O conceito de currículo é multifacetado, segundo as teorizações de Sacristán,

O conceito de currículo é bastante elástico; poderia ser qualificado de impreciso porque pode significar coisas distintos, segundo o enfoque que o desenvolva, mas a polissemia também indica riqueza neste caso porque, estando em fase de elaboração conceitual, oferece perspectivas diferentes sobre a realidade do ensino[...] quanto mais ambiciosos forem as pretensões que se tenham para que a instituição escolar cumpra com os alunos/as, tanto mais complexo e, por sua vez, mais ambíguo é o currículo no qual se representarão os conteúdos para alcançar esses objetivos. (SACRISTÁN, 2007, p.127).

Uma concepção que apresenta o currículo relacionado às práticas educacionais se materializa pela interferência processual dessa mesma dinâmica interna e se revela no conjunto das atividades. Nesse sentido, seguindo as teorizações sobre currículo acima assinaladas, afirmamos que os conteúdos oferecidos nas disciplinas ofertadas no ITEC são compreendidos como mediadores em vista da ação.

A prática educativa e o currículo formulados para o Curso de Filosofia do ITEC materializam-se em uma práxis e preenchem os espaços de uma metodologia em

permanente avaliação graças à própria dinâmica que exige permanente análises dos conteúdos, inclusive de base política, para a superação do silêncio das maiorias (FREIRE, 2009) e transformação social.

Quando tomamos por exemplo a disciplina de Filosofia da Práxis ou Filosofia Social e Política, presentes no currículo do ITEC, encontramos nos conteúdos lecionados a passagem do pensamento grego à autonomia da vontade no pensamento político moderno, como podemos inferir dos conteúdos registrados nas cadernetas no ano de 2000.2:

- 01 - Apresentação dos marcos fundamentais da consciência Filosófica da Práxis - mundo grego.
- 02 – Práxis: Renascimento, século XVII – XVIII até Kant.
- 03 – A concepção da práxis em Hegel (Introdução) antes um pequeno debate sobre a visão sobre o mundo do trabalho.
- 04 – Práxis em Hegel: nas obras fenomenologia do espírito e ciência da lógica.
- 05 – Práxis em Feuebach – introdução geral ao pensamento de Feuebach e sua crítica a religião.
- 06 – O que é práxis para Feuebach?
- 07 - Materialismo histórico: uma abordagem a partir do prefácio.
- 08 – Práxis a partir de uma abordagem das 11 teses sobre Feuebach/Ideologia Alemã.
- 09 – Seminários: o que é práxis/ a relação entre teoria e prática.
- 10 – A passagem da práxis espontânea à práxis reflexiva: da relação entre intelectual e povo a partir de Gramsci.
- 11 – Práxis e violência.

Os conteúdos desenvolvidos, conforme descritos acima, oferecem o entendimento do propósito educacional em seu caráter libertador que já nos referimos. Sua análise nos permite identificar a liberdade em que se materializaram a construção do saber e a metodologia crítico-reflexiva do saber filosófico ensinado no instituto. A utilização de pensadores e temas que mobilizavam a reflexão para uma macro instância nos permite detectar a capacidade do instituto, mesmo sob a tutela da Igreja estar livre em desenvolver uma autocrítica da sua práxis, oferecendo um instrumental para a aproximação do saber

acadêmico com as causas populares, como foi possível visualizar através dos conteúdos elencados nas disciplinas que analisamos.

O ensino da Filosofia dado nesses moldes salvaguarda a vocação libertária do saber filosófico, ao mesmo tempo em que se apresenta no contexto desse instituto como um fazer pioneiro na região, resgatando a experiência progressista como herança eclesial.

Nossa pesquisa aponta para o cultivo da curiosidade filosófica como forte característica do ITEC, na medida em que seus alunos eram desafiados a desenvolverem uma atitude crítica, eram capacitados para gerar um pensamento balizado no compromisso com a base, constituindo-se um pensamento genuinamente ativo e interventor; ao passo em que há uma procura por respostas, comprometem-se em buscar soluções prática aos problemas apresentados. Tal dinâmica encontra sua proximidade no desenvolvimento das frondosas iniciativas que já demonstramos pertencentes ao Movimento de Natal, o qual atribuímos a gênese desse instituto.

As experiências educativas do referido movimento se comunicam com o fazer filosófico do ITEC, na medida em que os conteúdos propostos apontam para os problemas investigados, revelando a metodologia da educação popular, em que a mobilização das forças só se tornou possível por comunicar seus objetivos aos sujeitos envolvidos.

O currículo do ITEC, em seu desenvolvimento que denominamos de progressista, inspira a formulação do raciocínio de que a filosofia rígida e em si não oferece às perguntas geradoras libertação humana. A lição à filosofia pelo ensino conferido nesse instituto é de abertura curricular. Cultivar seus métodos de comprovada eficácia na história não pode impedir o encontro com outros métodos, como aquele método pedagógico libertador transportado das comunidades eclesiais de bases, mas com amplo campo de ação extensivo na América-Latina.

O ITEC permitiu ao saber filosófico no encontro com a educação popular a possibilidade de reinventar seu método em caminhos novos e em tempos renovados. Graças aos objetivos que conviviam criticamente com a tarefa transportada do imaginário das lutas sociais em prol da libertação de cada pessoa humana ao longo da vida.

Após descrição do quadro disciplinar, passamos agora à análise do imaginário reconstruído do projeto educativo, conforme segunda mostragem aplicada ao curso de Filosofia do ITEC. Esse movimento investigativo na presente tese tornou-se viabilizado

posteriormente à coleta de dados das iniciativas pastorais de Dom Antonio Soares Costa, informações que trazem seu desenvolvimento socioeducativo, evoluindo para a conscientização e formação política. Adentramos num resultado que emerge como aplicativo aos objetivos do instituto: seu labor educativo é construir pessoas para o serviço à comunidade. O professor José Maurício Soares da Silva, em artigo dedicado à ação do bispo diocesano Dom Costa, teoriza:

É dentro deste horizonte que as ações humanas ganham seu significado, nenhuma ação é criação pontual; elas trazem de si o sentido de uma melhor humanidade. A ação não é produção imediata, aos moldes da técnico-ciência. A ação é mobilidade produtora do nosso crescer-juntos, e só há crescimento junto quando se desvela um melhor senso de humanidade, que é transcendência de si continuamente (SILVA, 2003, p. 56).

A citação acima configura um breve cenário da mentalidade/imaginário formativa que circulava no entorno do ITEC. Situa-nos dentro do quadro geral da atuação educacional do seu fundador e a perspectiva da sua formação adotada para as pessoas envolvidas nessa ação educativa, em vista do serviço comunitário-pastoral.

Em vários artigos coletados no caderno de Filosofia, Teologia e Pastoral do ITEC, é possível recolher do imaginário formativo na perspectiva da implementação de uma ação humanizadora, conforme artigo de uma aluna do instituto, que propõe a humanização do saber:

[...] extasiamos com o mundo da técnica e da ciência, só que nos esquecemos de duas coisas fundamentais. A primeira delas, é que os objetos, as máquinas, estão aí para nos auxiliar, para serem nossos cooperadores, para nos ajudar a melhor servir; A segunda coisa que comumente nos esquecemos é que os instrumentos com os quais trabalhamos e lidamos no nosso cotidiano, por eficientes que sejam, não tem sentimento, não tem coração. Por isso, não podemos perder de vista os relacionamentos interpessoais, pois as pessoas, além de se corresponderem conosco em pé de igualdade, como seres de sentimentos, podem também nos ajudar a crescer como pessoas (ANDRADE, 2003, p. 27).

Esquadrinhando as temáticas desenvolvidas no ITEC, após análise dos documentos em vista de capturar o imaginário do projeto educacional desenvolvido no interior desse instituto, afirmamos como resultado que o ITEC desenvolveu uma educação libertadora. A edificação do sujeito numa comunidade se viabiliza por meio de uma metodologia conscientizadora e libertadora.

A proposta do ITEC não rompe com a ética e moralidade católica de maneira reacionária; o processo educativo de inspiração libertadora, na linha de pensamento que se assenta, abriga vários componentes e princípios cristãos que orientam a ação educacional, porém, sem blindar-se à crítica ou acomodar-se nas seguranças dogmáticas.

Ao conceituarmos a proposta pedagógica do instituto direcionada ao Ensino da Filosofia como práxis libertadora, compreendemos que a ação educativa do ITEC assumiu a perspectiva dos dominados e não em criar uma elite intelectual a serviço da dominação. Aqui reside a legitimidade em falar em uma educação libertadora nesse instituto educativo, visto que o fazer pedagógico se voltara para uma atuação num espaço social das classes populares. Não como mero idealismo, mas a crença na educação do fundador do ITEC compreendia a educação como um instrumento de formação para a consciência crítica na luta por direitos sociais.

Educar filosoficamente com o compromisso pela libertação integral, partindo do contexto eclesial, assume uma exigência de ruptura com os esquemas dogmatizadores da estrutura religiosa, conservando, por meio do saber filosófico, o que é próprio – a verdade.

No desenvolvimento das ações pedagógicas do bispo diocesano Dom Costa e na estruturação do fazer filosófico do ITEC, significou ao aluno ser alcançado pela descoberta dos condicionamentos que o prendia a determinado sistema, amarrando-o a limitantes que impedissem a reflexão crítica.

Em última análise, a educação filosófica-libertadora no interior do ITEC é portadora de um pioneirismo na região, quando procurou libertar o educando, inserindo-o num conjunto de ações que constituiu um olhar comum, no qual os compromissos sócios-pastorais foram assumidos pelo corpo docente e discente, unificados na prática dos trabalhos desenvolvidos nas bases pelos agentes de pastoral.

4. O PIONEIRISMO DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA-LIBERTADORA NO INTERIOR DO ITEC

A faceta da libertação como construto das ações experienciadas por Dom Costa e desenvolvidas como desdobramentos dessa inter-relação aparecem aplicados à educação filosófica no instituto em vista de uma ação eclesial comprometida com o social. Esse aspecto se revela como resultado da sua ação pedagógica pelo instituto, em formar homens e mulheres para o trabalho sócio conscientizador nas comunidades de bases; o ‘fazer’ configurava-se agora no ‘vivenciar’; em outras palavras, a vivência pastoral é compreendida como uma construção de todos, dinâmica, interativa e em mutirão.

Comparativamente, podemos afirmar que a metodologia do ITEC observava aquela dinâmica maiêutica socrática, quando desenvolvia nos alunos o papel de promotores da ação educativa que provocasse na comunidade a troca de experiências para a solução de problemas estruturais, seguindo a lógica que já analisamos dentro das ações educativas do Movimento de Natal. Assim como Sócrates criou através da maiêutica uma técnica para alcançar o conhecimento, o ITEC, pelo ensino da filosofia através das sucessivas discussões, traçou um caminho metodológico para investigar a realidade.

A proposta educacional buscou despertar nos alunos o reconhecimento das correntes hegemônicas presentes na malha social, semelhante ao axioma socrático “*conhece-te a ti mesmo*”, é o que caracteriza o primeiro momento do método, muito semelhante ao “ver” do método da Teologia da Libertação. O segundo momento do método socrático, conforme teoriza REALE, é semelhante a um ‘parto’,

Para Sócrates, a alma pode alcançar a verdade apenas - se dela estiver grávida. Com efeito, como vimos, ele se professava ignorante e, portanto, negava firmemente estar em condições de transmitir um saber aos outros ou, pelo menos, um saber constituído por determinados conteúdos. Mas, da mesma forma que a mulher que estiver grávida no corpo tem necessidade da parteira para dar à luz, também o discípulo que tem a alma grávida de verdade tem necessidade de uma espécie de arte obstétrica espiritual, que ajude essa verdade a vir a luz, e essa exatamente a – maiêutica socrática (REALE, 2003, p. 102-103).

Por intermédio da educação filosófica no ITEC, Dom Costa instituiu uma educação sócio politizadora, portadora de um compromisso comunitário. A realidade era uma preocupação permanente, contextualizada a partir das demandas sociais do nordeste brasileiro, com o objetivo de partear nas consciências dos agentes formados no Curso de Filosofia a luta pela libertação das estruturas de dominação.

Figura 5. As ações de Dom Costa no primeiro ano à frente da Diocese de Caruaru.



Fonte 5: JORNAL VANGUARDA, 1994 – Nº 6.324.p.4.

Na matéria acima, ao recordar seu primeiro ano à frente da Diocese de Caruaru, Dom Costa afirma que sua primeira preocupação "foi conhecer a realidade e os problemas da comunidade". Nesse raciocínio, analisamos o primeiro pilar metodológico do Ver-

Julgar-Agir. O segundo pilar aparece ao defender a necessidade de “conhecer as reais necessidades” sociais, estas “não se limitam às causas mais amplas, mas está centrada na prática diária”. E por fim, “o futuro é tarefa coletiva”, essa afirmação aponta para o ‘agir’ como terceiro pilar do método.

Nessa publicação do Jornal Vanguarda de Caruaru – PE temos a dimensão das agendas que foram implementadas desde o início do seu trabalho formador, como: defesa dos direitos humanos, educação, conscientização e formação de comunidades. Aparece ainda, como componente da estrutura metodológica de base, a perspectiva dialógica como elemento do fazer pedagógico freiriano em direção a uma práxis²³.

Há nesse movimento um distanciamento de compreender a realidade como uma abstração; mesmo afirmando a universalidade das questões filosóficas, o instituto priorizou as urgências locais, que no nosso entendimento acabou por restringir o ensino a uma certa funcionalidade, em vista das urgências pastorais da realidade local.

Mesmo com esse olhar crítico, não podemos afirmar que a escolha deste instrumental que pensou a realidade a partir dos problemas locais tenham comprometido a capacidade dos alunos em adquirir categorias de análises que alcancem o geral, devido às proximidades das estruturas socio históricas brasileiras.

Compreendemos o curso de filosofia do ITEC como uma prática educativa aberta para a realidade. O trabalho político conscientizador nas ações pastorais de Dom Costa são transportados metodologicamente como conhecimento oriundo das constantes análises de conjunturas da realidade, servindo como pressuposto informativo aos alunos que chegavam ao instituto.

Nessa perspectiva, a reflexão sobre a realidade partia de uma proximidade do aluno, que em sua maioria se relacionava nas bases com as ações eclesiais e pastorais do bispo diocesano, para num segundo momento alcançar outras esferas, de forma processual e pedagógica.

²³ Práxis: no sentido da primeira tese de Marx sobre Feuerbach: “A atividade humana como atividade objetiva”, isto é, real; “atividade revolucionária ... crítico-prática”. Atividade, portanto, orientada para a transformação de um objeto (natureza ou sociedade), como fim, traçado pela subjetividade consciente e atuante dos homens e, por conseguinte, atividade – em unidade indissolúvel – objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. (VÁZQUEZ, 2002, p.168)

No ITEC, a filosofia não deixou de ser considerada como uma profissão; sua estruturação se encaminhava a contemplar as legislações vigentes naquele ano de sua criação, o que garantirá seu reconhecimento acadêmico posterior. Em 1994, o país contava com 30 cursos, que formavam licenciados e bacharéis, 46 cursos que formavam apenas licenciados e 03 cursos que formavam apenas bacharéis. A distribuição geográfica se dá nos seguintes números:

Distribuição geográfica dos Cursos de Filosofia no Brasil em 1994.

Região	cursos	instituições	bacharelados	licenciaturas
SUDESTE	47	35	14	33
SUL	30	23	08	22
NORDESTE	19	12	07	12
CENTRO-OESTE	08	06	02	06
NORTE	05	03	02	03
Totais:	109	79	33	76

Fonte: MOURA, 2000, p. 201

Nesse período, o Brasil contava com 79 instituições, que ofertavam 76 cursos Licenciaturas e 33 cursos Bacharelados, perfazendo um total de 109 cursos. A oferta dos cursos de filosofia centralizava-se no SUL e SUDESTE do país.

Nesse sentido, o ITEC surge como uma alternativa a garantir o acesso de uma área do NORDESTE ao privilégio das estatísticas futuras nesse campo do saber. A interiorização da formação filosófica representa no quadro geral um reposicionamento de força que desprivatiza o Ensino da Filosofia das principais capitais do país.

O pioneirismo educativo-libertador do ITEC, aplicado no NORDESTE brasileiro a um Curso de Filosofia, no interior do Estado de Pernambuco, reveste-se de outro aspecto singular, ou seja, na medida em que inferimos o afastamento dos objetivos educacionais ao atendimento instrumentalizador tradicionalmente desenvolvido pelo sistema eclesial e

disponibiliza o saber filosófico como contributo reflexivo para a formação do pensamento social local.

Seu desenvolvimento encontra nexos aproximativos com o método de Paulo Freire, ao criticar a tradicional concepção bancária da educação. Tal educação consistia em colecionar dados cognitivos para o acesso dos educandos, mas sem vínculo com a realidade da vida. Encontramos nas teorizações de Paulo Freire uma unidade com a prática de Dom Costa aplicada à educação filosófica do ITEC. Em ambos, encontramos a ideia de que para uma educação seja realmente verídica e profunda, necessita ser libertadora:

Só a educação não consegue mudar o mundo, mas o mundo jamais mudará sem ser a partir da educação [...] toda educação deve ser um diálogo entre as pessoas [homens e mulheres] que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1970 p. 43).

A proximidade da pedagogia de Paulo Freire para com a ação socioeducativa de Dom Costa é possível ser observada através da prática formativa revelada ao longo das suas ações, tornando-se sempre mais efetiva e abrangente.

A pedagogia de Paulo Freire não é diretamente responsável pela prática educativa de Dom Costa, porém, ambas pertencem a um mesmo processo histórico, desenvolvidas num território em comum e são resultantes de uma concepção libertária aplicada à educação.

Há na ação educativa desenvolvida no ITEC uma relação entre os objetivos e endereçados do pensamento freiriano, com os objetivos e práticas do Bispo Dom Costa. As proximidades históricas do Movimento de Natal e das campanhas educativas com as ideias freirianas convergem estruturalmente.

O compromisso social revelado pela prática socioeducativa de Dom Costa, aliando sua liderança de bispo e seu papel como coordenador de pastoral, ganhou dimensão nos setores estratégicos da ação pastoral em três núcleos de atuação:

1) a formação continuada do clero e dos agentes de pastoral mediante a renovação da reunião mensal e dos cursos de extensão universitária, anuais, centrando-os no estudo e aplicação do Concílio Vaticano II e das Conferências do CELAM em Medellin, Puebla

e Santo Domingo. Enriqueceu, ainda mais, estes eventos, abrindo-os para a participação das religiosas e dos leigos.

2) o empoderamento das religiosas, de modo especial das irmãs-inseridas, e dos leigos, com voz nas estruturas arquidiocesanas, nos Conselhos, nos zonais e na militância.

3) as instâncias e serviços auxiliares da ação pastoral: a completa reestruturação das visitas pastorais, dos zonais e do Centro Pastoral Diocesano.

Nessa perspectiva, a transformação do mundo pela educação e pelo ensino filosófico no ITEC, devem estar sintonizados com as demandas do mundo cultural da pessoa oprimida. Para que o processo educativo se coloque como instrumento de libertação, necessita despertar nos seus endereçados a capacidade de despertar uma conscientização para o autoconhecimento da sua situação como problema, alcançando uma consciência crítica a respeito do seu próprio mundo e do mundo em si.

Uma educação filosófica libertadora se apresenta como uma ação educacional no interior do ITEC, desenvolvida sob o prisma do ‘diálogo entre pessoas’ (FREIRE, 1970) e no reconhecimento do outro em sua singularidade face à natalidade, conforme teoriza Hannah Arendt, “[...] a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens” (ARENDRT, 2011, p. 247).

Uma educação filosófica libertadora na perspectiva arendtiana se configura pela responsabilidade com o mundo comum, que identificamos em sua proximidade conceitual com o compromisso social desenvolvido no ITEC, e que trataremos nesse capítulo como resultado do ensino da filosofia nesse instituto.

Antes dessa possível conclusão, analisaremos a seguir as materializações metodológicas advindas da educação de base e aplicadas ao ensino filosófico responsável por instituir uma atitude dialógica de respeito à condição humana nas esferas local, regional e nacional, criativamente integrando os contributos latino-americanos para as novas gerações.

4.1. A materialização das metodologias da educação de base aplicadas ao ensino da Filosofia.

Ao abordarmos o tema da aplicabilidade das metodologias de uma educação de inspiração popular ao Ensino de Filosofia, sabemos que no campo das ciências humanas a previsibilidade pertencente a um rigor metódico se torna inviabilizado, pois tudo o que é humano objetiva-se ao transitório e à lógica da dinamicidade. O método científico tem recebido uma certa relativização no que se refere ao rigor, porém, é necessário perceber que as regras, a coerência lógica e a utilidade de um método científico não são dispensáveis, nem foram substituídos (VIDEIRA, 2006).

Não é possível mensurar com o auxílio de fórmulas exatas a educação filosófica num instituto que buscou desenvolver um processo formativo na salvaguarda de valores humanos. Essa reflexão sobre o método científico posta em relação com a atividade filosófica propõe conferir ao pesquisador que não mais o rigor metódico garante a validade em si, mas o espaço das investigações de conteúdos e seus resultados devem ser postos em confronto com a realidade. Não apenas o resultado que tem determinado valor, nem o rigor aplicado ou o modo aplicado pelo método, mas se responde satisfatoriamente que o conhecer científico é validado estruturalmente.

Defendemos a ideia de que a educação filosófica do ITEC é revelada enquanto atitude crítica e postura problematizadora. A filosofia não deixou de ser expressão da atividade intelectual, mas estabeleceu nexos com a vida cotidiana e exigiu o agir como resultado do seu comprometimento social. Esses elementos fomentaram uma unidade conceitual da prática educativa gerando a atitude filosófica, crítica e problematizadora. Encontramos, a partir dessa perspectiva, indícios da eleição de instrumentais metodológicos e teóricos pertencentes ao método marxista. Conforme teoriza VÁSQUEZ,

O objeto da filosofia para Marx já não é o ser em si (nem sequer como matéria dialetizada) nem tampouco o ser constituído pela atividade ideal, da consciência, mas o ser constituído pela práxis. Há, por conseguinte, uma novidade radical ao passar da realidade como objeto a ser contemplado, ou como objeto constituído pela atividade da consciência, à realidade produzida pelos homens com sua atividade prática, real (VÁSQUEZ, p.198).

O objetivo nesse momento se desenvolveu no sentido de despertar uma atitude filosófica nos alunos, capacitando-os para pensar os problemas cotidianos para seu enfrentamento.

Através dos registros dos conteúdos lecionados e listados na caderneta pelo professor da disciplina Filosofia da Práxis, no ano 2000, temos condições de analisar a mudança de perspectiva que o curso de Filosofia do ITEC assumiu com características diversas das tradicionais, oferecendo e assumindo uma atitude crítica - investigativa face aos alunos, que podemos inferir no elenco das matérias lecionadas abaixo:

03.08 – Apresentação do programa. Avaliação. Introdução geral: os marcos fundamentais da consciência filosófica da práxis – Mundo Grego.

10.08 – (continuação: Práxis: renascimento, século XVII – XVIII até Kant).

17.08 – A concepção da práxis em Hegel (introdução) – antes: pequeno debate sobre a visão o mundo do trabalho.

24.08 – Práxis em Hegel: nas obras fenomenologia do espírito e ciência da lógica.

31.08 – Práxis em Feuerbach: Introdução geral ao pensamento de Feuerbach e sua crítica a religião.

14.09 – O que é Práxis para Feuerbach/Marx?

21.09 – Materialismo Histórico: uma abordagem a partir do prefácio da “para uma crítica: economia política (continuação).

28.09 – Práxis a partir de uma abordagem das 11 teses sobre Feuerbach.

05.10 – Continuação com as 11 teses: Ideologia Alemã

19. 10 – Semana Filosófica na UNICAP

26.10 – Seminários:

O que é práxis?

A relação entre teoria e prática.

09.11 – A passagem da práxis espontânea `práxis reflexiva: da relação entre intelectual e povo a partir de Gramsci.

16.11 – Práxis e Violência

23.11 – Conclusões sobre Filosofia da Práxis/ auto avaliação.

Percebemos como a postura problematizadora revela-se no arranjo curricular. Os conteúdos analisados apontam para exclusão da dinâmica tomista da Filosofia dada nas instituições geralmente ligadas à Igreja Católica, esse novo formato se afasta da perspectiva conceitual das formulações ortodoxas e dogmáticas. Através da análise das cadernetas dos professores e eleição das ideias filosóficas desenvolvidas por eles, compreendemos uma postura que consistia em explicar a realidade através da denúncia das suas contradições em comparação com os referenciais teóricos metodológicos estudados na disciplina.

A atitude crítica foi revelada nas entrevistas aos docentes e discentes. Em seus relatos, encontraremos a formatação de uma ambiência que valorizou a liberdade de cátedra e o intercruzamento de questionamentos frente à realidade.

O trato metodológico de um processo educativo a partir da base resultou na exigência ao enfrentamento da realidade na medida em que a atitude crítica frente a mesma realidade evocava a responsabilidade com a sua transformação.

Nesse momento, aparece a urgência do afastamento de uma análise da realidade puramente intelectual, mas a necessidade de atuar para transformá-la; é o que nomeamos de compromisso social, como resultado do fazer filosófico no ITEC. Que em termos arendtianos podemos teorizar a partir da sua trama conceitual, como a responsabilidade com o mundo.

O conceito arendtiano de mundo é resultante da interação humana: para continuar a existir os homens devem cuidar em preservá-lo. O mundo não é um amontoado de coisas, mas de artefatos humanos relacionados ao seu próprio existir. Quando o homem adentra pela natalidade, o mundo que era pré-existente ao seu nascimento natural, ele é parte no mundo, mas se tornará efetivamente 'do' mundo quando passar a recriá-lo pelas suas obras e suas mãos criadoras. Ao desenvolver o amor pelo mundo (amor mundi), o homem se torna seu guardião para as gerações futuras.

O conceito de mundo em Hannah Arendt é portador de compromisso com o mundo, de responsabilidade com as futuras gerações e de reconhecimento do outro em igual potencialidade de reiniciar o novo. Essa compreensão arendtiana aproxima o saber filosófico e a política do pensamento e da ação, é uma 'ponte' na direção da superação do divórcio dessas duas categorias, segundo teoriza PASSOS,

[...] na medida em que a característica fundante do conceito de mundo na perspectiva dessa filósofa é aquela que aponta para o fato de que a pluralidade é a lei dos homens que povoam o mundo. Essa lei não é atestada somente quando procuramos compreender as perspectivas da atividade política que se faz por palavras e ações de homens em um espaço público, mas é corroborada também quando procuramos significar as estruturas da vida cotidiana (PASSOS, 2014, p. 253-254).

No Curso de Filosofia, a ação educativa definida pelo instituto se materializa pela promoção da formação de uma consciência filosófica e politizadora. A atitude crítica dos alunos que atuavam como lideranças comunitárias era assumida como o processo dialogal, plural e público. Do micro ao macro, do indivíduo ao coletivo, da pessoa à comunidade, buscando uma permanente conscientização, reveladora da adoção metodológica da concepção freiriana do conceito de diálogo presente na obra *Pedagogia do Oprimido* (1975) e da responsabilidade com o mundo comum presente no conjunto da obra arendtiana. Ao referir-se sobre a ação pedagógica desenvolvida pelo SAR²⁴, Cicero Gomes Correia teoriza que durante sua pesquisa apareceu o cuidado com valores humanísticos e que acabaram compondo a identidade dessa ação educadora,

As experiências de educação popular, no campo não formal, como é o caso dessa instituição da igreja católica, demonstram grande sensibilidade para captar a presença dos sujeitos [...] são sujeitos em movimento, em ação, que vão sendo formados num processo em que diversos olhares se inter cruzam, ou seja, a educação é concebida como processo de humanização, pedagogias em movimento (CORREA, 2011, p. 145).

Essa citação foi retomada para estabelecer nexos com os pensamentos analisados acima. Ela aproxima as ações vivenciadas no SAR e MEB - Rio Grande do Norte, com aquelas aplicadas no ITEC – agreste pernambucano, que vinculamos na presente tese aos conceitos arendtianos. Porém, no instituto se manifesta no Curso de Filosofia com maior complexidade teórica, por materializar os objetivos revelados dentro de uma proposta de educação filosófica libertadora estruturada numa perspectiva institucional e formal. Pela

²⁴ Em razão da importância estratégica, destaco a criação da Escola de Serviço Social, em 02 de junho de 1945, e do Serviço de Assistência Rural – SAR, em 1949. Assumindo o embasamento teórico e a formação técnica dos recursos humanos e a coordenação das atividades organizadas em desenvolvimento.

própria natureza filosófica, o diálogo deveria ser compreendido como discordância e debate. Não apenas como exposição de consensos e concordâncias com o seu fundador.

As ações socioeducativas e pastorais estavam assentadas nas bases para a implantação de um processo educacional libertador, objetivando transformar a realidade com ênfase na conscientização e formação das pessoas para atuarem na organização das comunidades e na mudança das estruturas. Uma profunda inovação, em permanente diálogo entre a Fé e a Vida. Uma nova metodologia calcada na articulação entre os valores religiosos e a análise de situações sob a ótica técnica de variados campos do saber, como o direito, a sociologia, o serviço social e a comunicação. Daí surgiram os posicionamentos e as ações estruturadas sob o prisma das técnicas do planejamento, com objetivos, metas, prazos, responsabilidades, datas de execução e de avaliação.

Essa metodologia se exprime como instrumental presente no quadro das disciplinas através dos referenciais assumidos, como podemos inferir na ementa para a disciplina de Filosofia da Religião (1997.1), que apresenta o seguinte objetivo:

A partir da análise crítica da literatura clássica e contemporânea sobre a filosofia da religião, esta disciplina pretende estimular o estudo levando em conta a realidade atual em que vivemos. o objeto da filosofia da religião é a religião. Mas pode a religião ser objeto da filosofia? vamos ver que da mesma maneira que o ato filosófico não fundamenta a existência humana, mas tenta esclarecê-la, assim, também a filosofia da religião não fundamenta nem inventa a religião, mas tenta esclarecê-la. A filosofia da religião tematiza a abertura do ser humano para o mistério o envolve de maneira positiva, aceitando-o, ou de maneira negativa, rejeitando-o.

Através dessa mostragem, é possível inferir na atividade filosófica o compromisso com o rigor filosófico aliado por critérios científicos. Os referenciais teóricos e metodológicos que forneceram sustentação ao ensino da filosofia no ITEC garantem uma sistematização ordenadora aos conhecimentos trabalhados em seu currículo.

Pensadores como Ludwig Feuerbach (1988), Pierre Teilhard de Chardin (1970), Manfredo Araújo Oliveira (1989), Enrique Dussel (1977), Martin Heidegger (1987), Maurice Merleau-Ponty (1994) e Hannah Arendt (1998), entre outros, conferem condições para uma formulação categórica que servem ao rigor filosófico anunciado, objetivando parâmetros suficientes a uma análise objetiva da realidade.

O Ensino da Filosofia no ITEC foi construído como um projeto em movimento. É perceptível que os seus objetivos eram portadores de estratégias que buscavam responder às questões do presente a partir da experiência cotidiana, como encontramos nos objetivos apresentados à disciplina de Filosofia Contemporânea (2004.2), afastando-se de uma compreensão de estudo puramente teórica,

- a) desenvolver com o aluno a compreensão sobre alguns conceitos teóricos específicos da filosofia contemporânea;
- b) identificar as características filosóficas que marcam o período histórico contemporâneo;
- c) restabelecer, de forma dialética relações entre os conceitos desenvolvidos pelos principais filósofos e as questões do dia-a-dia do aluno;
- d) desenvolver e aprimorar a capacidade lógica-reflexiva-criativa;
- e) fornecer ao estudante um referencial conceitual para a aplicação em atividade de pesquisa teórica e prática.

O projeto do curso que abstraímos em nossas análises revela um contínuo fazer-se e refazer-se. Nessa perspectiva, a inacababilidade do ser humano é muito peculiar à natureza da Filosofia. A Filosofia nunca está pronta, e é compreendida a partir de um fazer pedagógico, no interior do ITEC, relacionado com o compromisso dos sujeitos que a praticavam no cotidiano de suas comunidades.

Fundamentamos que o desenvolvimento da reflexão filosófica nesse instituto não se reduziu ao estudo dos sistemas filosóficos ou da história da filosofia. Sua importância e inovação residem em articular uma reflexão teórica que sirva para explicar a realidade e criticar suas contradições. Sempre mais responsável pelo desenvolvimento de uma consciência crítica nos seus alunos, avançando da simples análise da realidade para uma atuação socio transformadora.

Segundo teoriza NASCIMENTO, semelhante projeto na percepção da filosofia assume três palavras conceituais muito importantes: trabalho, experiência e pensamento.

A filosofia aqui é aquele fazer que nos coloca em ação, e não nos afasta dela. Não é uma atividade que nos distancia do mundo em que vivemos para poder olhá-lo, mas que nos obriga a permanecer nele, pois é neste mundo que encontramos o substrato da pergunta, da questão que move

o fazer filosófico. É um fazer que nos obriga a estar no mundo e reconhecer suas amarras, suas garras, aquilo que nos faz ver o que vemos e pensar o que pensamos. É colocar esse emaranhado de forças sob questão, numa postura ativa. É um levar, mais que um deixar-se ir. (2004, p.75-76).

O Curso de Filosofia no ITEC foi se materializando com uma natureza de inspiração educativa popular, pois o campo de estudo estava vinculado aos fatos da vida comum e dos problemas da tessitura histórica das comunidades, em vários aspectos culturais, educacionais, políticos e religiosos.

As metodologias transportadas da educação de base e aplicadas ao ensino da filosofia no ITEC não eram suficientes para mudar o processo sócio histórico do agreste pernambucano, porém contribuíram largamente para fundamentar uma ação educativa que servisse há um compromisso social, materializado na formação humana dos alunos que receberam seus conteúdos.

Ao buscar responder a pergunta “por que pesquisar instituições escolares?”, Paolo Nosella e Ester Buffa teorizam: “[...] defendemos a ideia de que é possível articular adequadamente o geral com o particular” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p. 41). Nessa perspectiva, estabeleceremos o intercruzamento dos conhecimentos analisados até o momento com o testemunho recolhido nas entrevistas aos diretores, professores e alunos do instituto, buscando estabelecer aos resultados as bases empíricas que foram aplicadas à presente pesquisa.

4.2 Relatos presenciados por alguns envolvidos com o ideário educativo do ITEC: uma reconstrução sociohistórica.

As fontes documentais, ao nosso entendimento, não exaurem a reconstrução da história sobre a ação educativa de Dom Costa ou do ensino filosófico desenvolvido com a criação do ITEC. O desdobramento dessa conjunção como resultado da experiência vivida e testemunhada pelos entrevistados é considerado sob a metodologia da história oral para entrelaçar os acontecimentos presenciados nas falas trazidas pela memória individual no encontro com o presente objeto dessa tese.

Conforme teoriza SOUZA,

As memórias não aparecem livre e espontaneamente, elas fazem parte de um trabalho ativo do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa, no sentido de recuperar o passado à luz do presente. Não é possível recuperar o passado tal como ele aconteceu. As memórias são uma construção no tempo presente a partir de fatos e vivências passadas. Tais lembranças não permanecem estáticas à espera de ser recolhidas, pelo contrário, o próprio trabalho de rememorar as altera e lhes dá nova configuração (p. 21).

As entrevistas foram realizadas entre o segundo semestre de 2018 ao primeiro semestre de 2020, com o objetivo de estabelecer, de maneira dialógica, uma complementariedade com as fontes expostas até esse momento. Parte considerando da criação do ITEC ao processo evolutivo do desenvolvimento educativo, ligado à prática do seu fundador, sob a perspectiva das memórias de seus diretores, professores e alunos, compreendidos no contexto dos referenciais metodológicos anunciados como portadores de materialidade (NOSELLA e BUFFA, 2013).

As entrevistas realizadas estão sincronizadas desde a eleição dos atores entrevistados até a finalidade dos objetivos pretendidos. Já na preparação dos entrevistados, foi fornecido um escopo para situar o contexto da pesquisa. Como propedêutica, receberam o seguinte texto: “Quando em nosso processo de formação adentramos o espaço do Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru - ITEC, criado em 1995 pelo Bispo Diocesano Dom Antônio Soares Costa, que fora transferido da Arquidiocese Natal-RN para a Diocese de Caruaru-PE em 19 de dezembro de 1993, encontramos como uma característica marcante nesse instituto um caráter progressista na forma do Ensino da Filosofia. Tal aspecto acabou conferindo à Filosofia de modo geral uma abordagem hermêutica a partir dos principais pensadores latino-americanos, marcadamente influenciados pelo encontro com a teologia da libertação, o que possibilitava uma análise de conjuntura da realidade a partir de um livre encontro com os conteúdos filosóficos, sem o acento doutrinal católico”.

No momento seguinte, foi explanado o objeto da presente pesquisa, seguido pelas questões que emergiram desde a construção do nosso projeto de pesquisa. São elas:

- Qual a sua percepção sobre o ITEC e o pioneirismo do ensino da Filosofia no agreste pernambucano?

- Na sua opinião, Dom Antônio Soares Costa deixou transparecer como elemento definidor para imprimir na origem do denominado ITEC, uma metodologia

socioeducativa, como um aspecto formativo marcadamente voltado à educação popular como objetivo e finalidade?

- Em nossas pesquisas encontramos a expressão: “compromisso social” como resultado da formação filosófica do ITEC, como se desenvolveu esse objetivo?

- Outros relatos relevantes de sua participação no ITEC?

Para estabelecer nexos entre as questões levantadas com a contribuição dos sujeitos no percurso das entrevistas, elegemos indivíduos que testemunharam o desenvolvimento da história educativa no instituto e em muitos momentos foram agentes diretos pela responsabilidade de execução dos seus objetivos. Perfazendo um total de 07 (sete) entrevistados, foram recolhidas as entrevistas de dois diretores dos cinco que atuaram também como professores, três professores e dois alunos. Alguns desses exercem atualmente funções nas estruturas diocesanas. Para salvaguardar embaraços no cotidiano dos entrevistados, resolvemos conservar o anonimato de suas identidades, passaremos a nominá-los pelos seguintes códigos e caracterizações:

Dir. 1 - Tem Graduação/Licenciatura em Filosofia e Mestrado em Filosofia. Atuou no ITEC até meados dos anos 2000.

Dir. 2 - Tem Graduação em Teologia e Licenciatura em Filosofia. Mestrado e Doutorado em Educação. Tem experiência na área de Teologia, Filosofia, Ciências da Religião e Educação Popular.

Prof. 1 - Tem Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Educação Popular e Doutorado em Ciências da Educação. Foi no ITEC professor de diversas disciplinas.

Prof. 2 - Tem Graduação em Teologia e Licenciatura em Filosofia. Professor de diversas disciplinas e coordenador do curso de Filosofia do ITEC.

Prof. 3 - Tem graduação em História e mestrado em Filosofia. Atualmente, é professor na área de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: multicultural, dialógica-compreensiva, cultura, corpo e hermenêutica.

Al. 1 - Possui graduação em Ciências Sociais e Filosofia pelo ITEC. Tem experiência na área de Sociologia e especialização na área de educação: Coordenação Pedagógica. Mestrando em Ciências da Educação.

Al. 2 - Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru-FAFICA. Graduação (incompleta) em Filosofia pelo ITEC. Mestre em Ciências Sociais. Vinculado a instituições em lutas sociais por cidadania.

Buscamos estabelecer com nossos entrevistados um diálogo aberto, mas direcionado a priorizar o caráter qualitativo empregado na análise e tratamento destas entrevistas. Quando indagados sobre a percepção em relação ao ITEC e o pioneirismo do ensino de Filosofia no agreste, foi unânime nas narrativas a indicação de dois aspectos: o lugar de pioneirismo do ITEC no campo educacional da região e sua abertura no acolhimento às diversas categorias de religiosos oriundas do cenário eclesial e leigos. Como podemos inferir,

Durante muitos anos, o estudo formal de filosofia, na graduação, estava restrito à capital pernambucana. Existiam os cursos da UFPE, da UNICAP e do INSAF – Instituto Salesiano de Filosofia. O surgimento do ITEC tornou, de fato, o acesso à filosofia, realidade para o homem e a mulher do Agreste pernambucano. Além dos seminaristas, passaram pelo ITEC vários e bons estudantes não vinculados à hierarquia eclesial. (Dir.1).

A abertura de um instituto numa perspectiva de acolhimento a todos os interessados no estudo da filosofia representou para a região uma possibilidade nova de acessar conhecimentos filosóficos. Sabemos que o campo filosófico é amplo, por isso mesmo não é fácil tematizá-lo. Nesse sentido, o instituto criado no agreste do estado de Pernambuco necessita entender que é a Filosofia não estava enquanto projeto de um curso construída. Como sustentamos, o que caracteriza o desenvolvimento filosófico no ITEC é a percepção de um projeto em permanente processo. Para tanto, fez-se necessário estratégias e criatividade dos sujeitos envolvidos. Conforme verificamos pelo testemunho de um dos seus diretores:

[...] é importante que se diga, tanto a direção do Instituto quanto a própria Diocese, na figura do seu bispo, sempre foram muito abertas no acolhimento da reflexão filosófica como integrante fundamental no processo de formação de suas lideranças – clérigos e leigos – e receptivas à demanda de ampliação do espaço do currículo da filosofia, apresentada pelo corpo docente de então. De forma que, ainda no início dos anos 2000, se não nos enganamos, o curso ganhou mais corpo e foi ampliado para três anos, contemplando as exigências de conteúdo e carga horária de um curso regular de graduação em filosofia. Assim,

antes mesmo de tornar-se um curso regularizado junto ao MEC, ele já trazia a configuração e o grau de exigência acadêmica adequados ao nível de ensino pleiteado. Certamente, isso se deveu à abertura, acolhimento e apoio decisivo das autoridades eclesiais locais. (Dr. 2).

Nessa perspectiva, o curso de filosofia após cinco anos de funcionamento revelava significativas condições de ampliação, conferindo ao seu currículo maior capacidade formativa. Reafirmando ensino filosófico-libertador que denominamos ao longo dessa tese como um caráter educativo progressista, em que o fazer filosófico se nutre no encontro com os problemas reais da vida, fruto das inquietações dos sujeitos em vivências pastorais e sociais, que passaram a compor o currículo de vida de cada pessoa.

Nas falas dos diretores, testemunhamos aspectos de uma preocupação mais técnica na transmissão de suas experiências. Já os professores e alunos permitem-se um olhar mais entusiástico, mas nem por isso deixam de transparecer as características e preocupações educativas do instituto, como teoriza um professor entrevistado: “Caruaru, graças ao pioneirismo da Diocese, tornou-se o quarto polo de formação de filosofia de Pernambuco, mantendo um curso tão bem avaliado quanto os da capital” (Prof. 1).

A preocupação de desenvolver um curso que mostrasse competência frente aos demais existentes na cidade de Caruaru não buscava o reconhecimento mercadológico num primeiro momento, porém, tinha um aspecto político-eclesial bastante significativo, pois, quanto melhor avaliado o curso, mais o ITEC mais poderia se consolidar como polo formativo filosófico, atraindo estudantes de outras dioceses do agreste e do sertão pernambucano.

Representou também uma nova proposta como contraponto e projeto alternativo para aqueles bispos progressistas que não queriam a formação tradicionalista oferecida na arquidiocese de Olinda e Recife. O ITEC logo ocupou um lugar estratégico na província, ao oferecer uma heterogeneidade de ideias, que acabaram sendo responsáveis em demonstrar seu caráter inovador,

O ITEC foi um lugar de formação heterogênea. Embora parte de um *locus* de formação para o exercício do sacerdócio, sempre esteve aberto para receber pessoas de outras orientações religiosas e com elas dialogar. Também foi a partir das realidades sociais e com essas que a filosofia foi ensinada. (Prof. 2).

A citação acima oferece a percepção de consideração das pessoas como sujeitos do processo educativo desenvolvido no ITEC. As dimensões social e pessoal são fundamentais para construção e atualidade do Ensino da Filosofia. Para ser materializada num currículo que pretendeu oferecer o reconhecimento do ser humano como pessoa socialmente situada e responsável pela edificação de um mundo melhor, a filosofia serviu como prisma iluminador e prático à realidade, e não um discurso puramente intelectual desvinculado com a realidade. A formação filosófica buscou incidir culturalmente e socialmente na vida das pessoas, favorecendo um exercício comunitário permanente pelo sentido da vida, como deixam transparecer um professor e dois alunos entrevistados:

O que posso falar do processo formativo-acadêmico do Instituto de Teologia de Caruaru? Nele, homens e mulheres podem rejubilar-se; não há exclusão e aceção de pessoas, todos somos participantes, e como tal, crescemos juntos na construção sócio pastoral de um mundo novo, em que a participação, a criatividade e a responsabilidade sócio eclesial se tornam a mística formativa, que move educadores e educandos no processo solidário-cósmico com todas as criaturas, tendo como assento na caminhada, a compaixão e a misericórdia. (Prof. 3).

Foi com essa visão, por que não dizer progressista, que no ITEC se deu o ensino da filosofia. Esse aspecto marca o seu pioneirismo, em sentido amplo, e da Diocese de Caruaru entre as Dioceses do Agreste e do Sertão Pernambucano. Tanto é que outras Dioceses a essa formação confiaram os seus aspirantes a sacerdotes. (Al. 1).

Considerando o contexto sócio-histórico-político-cultural, o ITEC foi um significativo espaço de partilha de saberes no campo pastoral e teológico. Quanto ao ensino de Filosofia, havia uma significativa preocupação em estabelecer conexões entre o ensino e a experiência pastoral. (Al. 2.)

As pesquisas documentais e as entrevistas aos sujeitos envolvidos no processo formativo do ITEC confirmam nossa pergunta a respeito do seu pioneirismo, abertura e acolhimento a todos que se interessassem pelo estudo filosófico na região. Afasta a ideia de que o Curso de Filosofia estivesse voltado estritamente para a formação do clero.

Como inferimos acima, frases como: “O surgimento do ITEC tornou, de fato, o acesso à filosofia, realidade para o homem e a mulher do Agreste pernambucano”, “Caruaru, graças ao pioneirismo da Diocese, tornou-se o quarto polo de formação de

filosofia de Pernambuco” e “Foi com essa visão, por que não dizer progressista, que no ITEC se deu o ensino da filosofia”, que extraímos como resultado de que o ITEC foi uma instituição pioneira no Ensino da Filosofia, com características libertadoras – progressistas, em seus conteúdos aplicados e na forma que se desenvolveu ao ampliar o acolhimento de vários interessados, leigos, religiosos e outras religiões.

Naturalmente, essa perspectiva abrigada no interior do instituto foi norteadada por estratégias a objetivar algumas finalidades já apontadas nesse capítulo, mas que pedem da testemunha oral sua validação. Por isso, investigamos perguntando sobre o papel de Dom Costa na definição da perspectiva metodológica assumida pelo ITEC, e se ele poderia ser considerado seu principal precursor. Obtivemos os seguintes resultados:

Sem dúvida que sim. Dom Costa vinha de uma tradição forte no campo das experiências em educação do MEB e nas oportunidades em que estive com ele em reuniões, grupos de formação, palestras e celebrações a educação popular, uma igreja inspirada na educação popular estava empapada em sua postura eclesial e penso que ele sofreu muito em torno disso, pois, penso que não era um espírito que era partilhado por todos da diocese na época. (Dir. 1).

Pelo levantamento das fontes documentais e fontes orais que trazemos nesse momento da nossa pesquisa, verificamos que professores e alunos consideram a formação filosófica desenvolvida no instituto como derivada do fazer educacional e da pedagogia de base transportada no conjunto das experiências pastorais e educacionais do bispo diocesano Dom Costa,

No curso de filosofia, a preocupação do corpo docente era viabilizar uma formação acadêmica consistente, com acesso direto à leitura dos clássicos da filosofia, compreendendo tal acesso qualificado como um direito do estudante à inclusão qualitativa no universo da investigação filosófica. Assim, pode-se afirmar, pelo menos no período que lá estivemos, com os demais professores, que objetivávamos implementar uma educação popular, pelo menos como tradicionalmente compreendida. (Dir. 2).

A Filosofia, para além de sua especificidade acadêmica salvaguardada pela leitura dos pensadores, abrigou o objetivo formativo da consciência social dos alunos que

consistiu numa atividade crítica designada ao exercício da cidadania. O desafio nesse momento foi transmitir àqueles estudantes advindos com uma perspectiva tradicional o conjunto de objetivos pretendidos nesse momento no Curso de Filosofia, como testemunha o entrevistado a seguir:

O ITEC tinha um excelente corpo docente [...], bastante sensível à perspectiva eclesiológica e educativa mais comprometida com a caminhada do povo. Certamente, isso foi definidor para uma articulação do que se estudava com as vivências de uma pastoral popular, embora, notava-se que os seminaristas, vindos de experiências paroquiais mais tradicionais, representavam um desafio à implementação de uma tal perspectiva. (Prof. 1).

Considerando que muitos alunos poderiam adentrar no Curso de Filosofia apenas porque esse se configurava como pré-requisito à Teologia ou pertencente a uma ala tradicional - doutrinária da Igreja Católica, muitos dos objetivos libertadores e de opção popular possam não ter penetrado o processo de muitos candidatos ao sacerdócio, representando internamente uma força contrária ao pensamento progressista adotado naquele momento histórico a partir da vida e cotidiano das comunidades, como teoriza dois dos seus professores,

Dom Costa teve sempre a clareza de que o Instituto de Teologia de Caruaru, enquanto horizonte formativo do povo de Deus, tem como pontos centrais de seu projeto pedagógico, partindo da experiência teológica pastoral. (Prof. 2).

A ideia era contribuir para a formação de pessoas capazes de ler os textos, debater as questões surgidas no processo desse diálogo dos jovens formandos com os filósofos e pensar autonomamente, buscando dominar, para tal, os recursos da hermenêutica filosófica, do raciocínio lógico e da perspectiva fenomenológico-existencial de abordagem das questões clássicas e atuais da investigação filosófica. (Prof. 3).

Essa mesma percepção é partilhada por um dos seus ex-alunos que parece ter absorvido os objetivos da formação filosófica-libertadora em vista da ação pastoral transformadora das estruturas sociais,

A metodologia sócio-educativa fica evidente, a meu ver, quando a filosofia é aplicada a formação sacerdotal no sentido de fazê-lo pensar para além das necessidades administrativas da paróquia. Dito de outro modo, a formação proporcionada pelo ITEC sempre esteve alinhada a um saber dialógico entre o acadêmico, o paroquial e as comunidade de base. (Al.1).

Notadamente, o Bispo Dom Costa aparece como o precursor em instituir no instituto uma característica metodológica alinhada ao serviço das camadas populares, como contributo posterior daqueles que receberam a formação intelectual para o comprometimento com uma atuação nas bases.

Os dois diretores entrevistados relataram: “Dom Costa vinha de uma tradição forte no campo das experiências em educação do MEB” e “se pode afirmar, pelo menos no período que lá estivemos, com os demais professores, que objetivávamos implementar uma educação popular”, confirmando o que já havíamos intuído no segundo capítulo da presente tese, que a metodologia aplicada no ITEC tem sua origem nas experiências educativas vivenciadas pelo bispo no Movimento de Natal e o direcionamento do ensino materializado no instituto era construído na perspectiva de uma educação popular, aplicado por sua vez ao ensino da filosofia.

As constatações acima nos impulsionaram em perguntar nas entrevistas no intuito de desvelar o que estava relacionado ao instituto, no ensino da filosofia ou mesmo no conjunto das ações educativas a expressão “compromisso social”:

Não tenho dados para realizar informações sobre o resultado da formação. Entretanto era uma discussão que ocorria em determinadas disciplinas, que pelo fato de possuírem padres ou irmãs ou mesmo leigos e leigas comprometidas, esta hermenêutica social estava presente. Mas penso que esses dados seriam mais seguros se fosse feita uma leitura dos trabalhos finais de conclusão de curso²⁵. Um dos exemplos na época, e que eu considero como válidos na formação de filósofos e filosofas foi a participação nas manifestações sociais, entre elas o grito dos excluídos. (Dir. 1)

²⁵ Devido a pandemia do coronavírus não foi possível o acesso aos arquivos do instituto para analisar as monografias. Tal proposta poderá ser desenvolvida na produção de um artigo científico na continuidade das nossas futuras investigações.

O testemunho acima, a respeito da participação dos filósofos e filósofas do ITEC no grito dos excluídos, reflete as coordenadas em que podemos fundamentar como sendo uma configuração de ensino filosófico quem assume uma configuração subscrita no currículo em prol das lutas sociais. Há a constatação de que as problemáticas sociais e o fortalecimento das iniciativas por democracia pertencem à reflexão filosófica no instituto, desenvolvendo-se profundidade conceitual, como recolhemos no relato a seguir:

Há quase uma década saí do ITEC já ultrapassa bem mais que isso [...] No âmbito da filosofia lidamos com a “hermenêutica filosófica”. Esta, como compreende vários pensadores, notadamente Hans G. Gadamer, não dá razão para ser qualificada como “social”. A perspectiva compreensiva da atividade de pensar encontra sua razão de ser na busca das significações dos eventos ou das experiências vividas. Tal atividade, a considerar a clássica distinção kantiana, é completamente diferente do exercício do conhecer que, pela mediação da cognição e adotando a verdade como critério, intenta construir um patrimônio ao qual chamamos “conhecimento”. Se o político reporta à liberdade, o social, por sua vez, está totalmente comprometido com a necessidade; se o político encontra seu lugar pleno de expressão na esfera pública das relações, o social é tão somente o horizonte do privado redimensionado. O equívoco de compreensão que reduz o político ao social, tende à instrumentalização do pensamento e à funcionalização da ação política [...] O que se pode dizer, acertadamente, é que as tendências liberais e marxistas do século XIX para cá estão, igualmente, comprometidas com isso. Elas são herdeiras da tradição do pensamento político inaugurada por Platão e que teve em Marx o seu último representante. (Prof. 2)

A densidade e entusiasmo destacados nesse testemunho demonstra a importância dada ao tema do compromisso social; as formulações desenvolvidas e gravadas no seu raciocínio permanecem como uma preocupação extensiva em memórias nos outros depoimentos:

Este é mais um ponto a ser destacado para o pioneirismo do ITEC na construção do saber ou dos saberes. A hermenêutica, nesse sentido, se revela como um esforço interpretativo que passa por três aspectos: científico, filosófico e social. Esses aspectos se desenvolvem e/ou se desenvolveram com a gênese do Instituto, ou melhor, são eles a constituir a gênese do Instituto. (Al.1)

Como inferimos acima, o *compromisso social* como uma categoria abertamente trabalhada foi compreendido na memória dos entrevistados como conceito definido na

abordagem geral do conjunto de atividades direcionadas no ITEC. Insistimos em face dessa constatação, continha-se no Ensino da Filosofia no instituto uma metodologia voltada para o compromisso social e o exercício da cidadania, como podemos verificar, o rigor acadêmico e experiência educativa dos sujeitos ampliaram nossa reflexão e sinalizaram algumas ponderações metodológicas:

Sua pergunta é capciosa. É preciso definir o que se entende por “social” e por “cidadania”, e você não faz isso. Ficamos às cegas! Se a sua pergunta está comprometida com a perspectiva, sempre conservadora, da instrumentalização do exercício do pensar e da educação. Difícil saber. Se pensamos cidadania no sentido mais amplo possível, especialmente compreendendo-a como o “direito a ter direitos”, podemos dizer (respondendo à sua pergunta) que sim no seguinte sentido apenas: se a qualificação das pessoas para a capacidade de pensar e de julgar por si mesmas, isto é, autonomamente, é condição fundamental para o exercício pleno da cidadania. Mas, é esta qualificação condição suficiente? Claro que não! Em certo sentido, pode-se dizer que não se “forma” cidadãos. Inclusive, o espaço escolar não substitui, também nesse quesito, o espaço público-político, lugar do aflorar da excelência humana, no dizer de Aristóteles. O que podemos fazer, nesse espaço de educação formal, é contribuir para que as pessoas, os jovens, desenvolvam a capacidade de leitura (crítica) dos textos, da história, de sua realidade, dos acontecimentos em sua singularidade enfim; desenvolvam e dominem os instrumentais de articulação e de expressão das possibilidades da linguagem, etc. Cabe ao jovem, adentrando-se na vida adulta, fazer a opção pelo exercício pleno da cidadania, tendo para tal as competências minimamente necessárias. Ao respeitar cada pessoa em sua singularidade, há de se compreender que a decisão é dela e que, seja lá qual for a sua opção política futura, ela seja capaz de articular uma opinião própria sobre o que vive e sobre os acontecimentos ao seu redor, compreendendo as significações que se encontram subjacentes a tal opinião. É o que fez Sócrates: desafiou a todos com os quais conviveu a darem conta da “verdade” (leia-se, das significações intrínsecas a) de sua opinião. Diferentemente de Platão, Sócrates não contrapõe severamente a doxa à verdade. E, além disso, ou seja, além de darem conta das significações inerentes às próprias opiniões, serem capazes de julgarem, compreendendo que o julgar se dá quando o pensamento é capaz levar em conta a presença do outro, com suas perspectivas e sentimentos, isto é, colocar-se para além de suas próprias idiosincrasias e interesses particulares ou de grupo. (Prof. 2)

No relato acima, compreendemos que não só uma formação filosófica foi desenvolvida, mas uma metodologia de educação popular voltada ao compromisso social e ao exercício da cidadania. Garantida não somente pela Filosofia em si, mas pelo desenvolvimento político-pedagógico do instituto. Foi desenvolvida não só uma

formação filosófica, mas uma metodologia de educação popular conectada com vários autores e organismos sociais:

O desenvolvimento do ensino e sua transformação em prática é presente em Dom Costa. Ele foi este sinal de expectativa, que possibilitou a sua Igreja Diocesana um maior aliar-se na esperança do Reino, mediante o sofrimento de muitos e muitas que vivem em situação de precária moradia. O bispo de Caruaru procurou efetivar parceria com a Alemanha, a Prefeitura de Caruaru, para construir a Vila Diocesana, localizada no Bairro Kennedy. Foi uma empreitada que teve como intenção pôr a Igreja de Caruaru na caminhada da sensibilidade para com os pobres, mística de toda a Igreja desde a IX assembleia Diocesana de Pastoral. Outra atitude fundamental do ponto de vista social no pastoreio de D. Costa, foi a corajosa missão efetivada junto a prefeitura de Caruaru para a urbanização, vitalização e humanização do morro do bom Jesus. D. Costa e Sônia alten, tiveram como tarefa evangelizadora efetivar uma possibilidade de melhores condições sócio-urbana para muito de nossos irmãos e irmãs que residem naquela localidade. Outro aspecto importante do ponto de vista social, foi o apoio que a Igreja de Caruaru deu ao Movimento dos Sem-Terra (MST), no assentamento da fazenda Normandia, e em outros lugares da Diocese. D. Costa e Frei Euds, na celebração dos 10 anos do assentamento da Fazenda Nomandia, neste ano de 2003, foram lembrados pelos organizadores do movimento, como aqueles que apoiaram e deram incentivo à luta dos trabalhadores que não têm terra para viverem dignamente, como seres humanos neste chão do agreste pernambucano. Do ponto de vista político, o bispo teve sempre a preocupação de manter os seus irmãos e irmãs na fé, informados e conscientizados sobre a importância da política e da importância do voto. A cada campanha eleitoral a diocese elaborava a cartilha conscientizadora sobre o processo eleitoral e a importância do voto para a escolha dos seus candidatos. A cartilha política lançada pela diocese tinha como responsabilidade a conscientização dos cristãos e cristãs, cidadãos e cidadãs que buscam juntos no processo de sociabilidade e de humanização uma atitude política que seja mais compatível com a inclusão social de muitos excluídos na região do agreste. (Prof. 3).

As memórias trazidas com essas entrevistas revelam a profundidade dos sujeitos envolvidos em discutir o tema do compromisso social e da cidadania como resultado da formação filosófica. Testemunhamos, em alguns relatos acima, a capacidade argumentativa e profundidade intelectual dos entrevistados, revelados no trato responsável com a temática e na profundidade conceitual, inclusive nos sugerindo revisões ao direcionamento semântico das perguntas. Os testemunhos dão conta, para concluir como resultado, que a formação filosófica dos alunos do ITEC era voltada para

uma prática, ou seja, se encaminhava para a assunção de um compromisso social de base popular.

Tentando recapturar as vivências do ambiente formativo no instituto, perguntamos ainda se os entrevistados teriam outros relatos relevantes de sua participação no ITEC. As memórias relatam um ambiente de convivência harmônica, apelo afetivo ao tempo vivido no instituto, que trazemos como “testamento final” destas entrevistas:

A convivência com os colegas e com os estudantes sempre foi a mais agradável possível, pelo que sou muito grato. Por razões muito pessoais não pude mais continuar atuando no curso de filosofia, do qual guardo boas lembranças. Convivemos com estudantes desejosos de buscar o saber e acolhedores do desafio de pensar sempre. (Dir. 1)

Fui um simples funcionário nos anos que estive lá. Portanto, nada de muito relevante para a instituição. No entanto, para mim, foi muito gratificante, enquanto pessoa e profissional da área de filosofia, ser acolhido e respeitado em nossas opiniões e proposições, às vezes díspares em relação à direção. Testemunho, por conseguinte, a presença de uma abertura e disposição de ouvir por parte da direção e por parte da Diocese, no período de Dom Costa. Nunca houve uma ingerência que melindrasse o exercício de autoridade inerente ao labor educativo do profissional de ensino, na área de filosofia (não posso falar pelo curso de Teologia). (Dir. 2)

No depoimento dos dois diretores acima aparece o interesse dos estudantes “desejosos pela busca do saber” e postos a pensar. É perceptível um clima de liberdade no exercício das atividades acadêmicas do Curso de Filosofia. Esse entendimento revelou o caráter democrático que deve compor a estrutura de qualquer instituição que lute pela liberdade; remete-nos também à noção abrangente de um currículo filosófico que busque formar sujeitos conscientes.

Essa concepção no horizonte das decisões eclesiais aplicados a educação filosófica, posicionou a experiência educativa de Caruaru como um espaço alternativo na salvaguarda das heranças produzidas pelo encontro da reflexão teológica libertadora com o ensino filosófico, como relata um dos professores do instituto:

[...] num contexto de fechamento da Igreja latino-americana, Caruaru manteve-se como um oásis em sua capacidade de dialogar com os diferentes. É verdade que tudo aquilo que parecia muito avançado na militância eclesial dos anos 80 e 90, inclusive em sua elaboração

teológica, era, em verdade, ainda muito questionável, a considerar os estreitos fundamentos conceituais nos quais se apoiava. Mas, este não foi apenas um limite verificado no âmbito eclesial. (Prof. 1)

O tipo de imagem até agora sustentado nos depoimentos que resultam em uma perspectiva positiva do desenvolvimento institucional do ITEC, não poderia deixar de pontuar as discordâncias internas e externas ao instituto quanto à abordagem pedagógica implementada no conjunto da ação educacional e pelo acolhimento dos alunos aos conteúdos ofertados.

É o que relata outro professor em seu depoimento:

Quando eu estava em sala de aula, enquanto docente do ITEC haviam sentimentos vários entre os alunos. Alguns demonstravam uma grande sensibilidade e militância social enquanto outros viam a temática crítica apenas como um conteúdo. Este fato, de uma certa forma desanima, levanto em conta o legado de lutas populares e sociais que o agreste pernambucano teceu durante anos. Entretanto, como uma instituição inserida na sociedade, o ITEC, penso, constrói a sua ação diante do contexto social no qual ele está envolvido e a forma como ele, no caso, hoje faz a leitura da realidade. (Prof. 3).

Mesmo a organização estrutural do agir pedagógico do instituto buscasse valores conceituais destinados a opções fundadas em uma prática compromissada com a sensibilidade social; muitos alunos receberam essa mensagem apenas como uma abordagem intelectual, como inferimos acima. Outros alunos reconhecem a importância do ITEC como possibilitador de uma formação voltada para o social, como podemos perceber no relato abaixo:

Bem, como ex-seminarista [...], realizei minha formação sempre conectado com as Pastorais Sociais. Também tive a oportunidade de atuar dentro do Centremar (João Pessoa), e do ITEC. O ITEC bebeu também dentro dessas fontes através dos professores e alunos e alunas que tinham contato com espaços de formação filosófica e teológica inspirados na educação popular, que neste caso seria mais inspirados em uma Teologia da Libertação. (Al. 2)

A arte do pensar transmitida no ITEC não quis, ao nosso entendimento, operar como critério último e nem ser mediado pela cognição. Quando falamos sobre

compromisso social, vimos nos entrevistados o não querer explicar, entender ou definir cabalmente nada. A busca da significação que não tem fim, não chega a nenhum produto que perdure para além do perdurar da própria atividade de pensar.

O pensar configura-se, especialmente nesse raciocínio que desenvolvemos a partir das falas dos entrevistados, como um permanente repensar. Longe de afirmar doutrinas e valores, cunhar teorias ou chegar a insights perfeitos, configura-se mais em sua tendência autodestrutiva de colocar todas as suas conclusões em questão, bem como as “verdades” de plantão em crise, onde opiniões sejam assumidas como proposições e não verdades impostas.

Como teoriza Hannah Arendt,

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é realmente, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem sobre ele e tocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. (ARENDR, 2006, p. 60).

O pensamento educativo no ITEC, enquanto reflexão filosófica sobre a vida e como movimento intelectual, tem um papel político delineado, buscava refletir sobre os danos que pode trazer a ausência de pensamento na vida cotidiana, como já se demonstrou em vários episódios na história.

A prática do conhecimento acadêmico tem sua expressão nas iniciativas pastorais aos alunos ligados à Igreja Católica e aos movimentos sociais para os demais, inclusive de outras religiões.

Segundo o referencial arendtiano, compreendemos cidadania como “direito a ter direitos”. Concluimos que a cidadania se configura como exercício de poder: Direito é poder! E poder tem a ver com a capacidade de ação em consenso entre iguais, isto é, ação articulada, entre iguais, comprometida com o mundo, no exercício da responsabilidade política pelo mundo.

O processo educativo que se afaste dessa compreensão arendtiana acaba “enformando” as pessoas, tornando-as multiplicadoras das perspectivas compreensivas que são assumidas como padrão absoluto de medida. A educação e o educador perderiam de vista a sua responsabilidade pessoal que se traduz, entre outras coisas, no cuidado para

com os novos que chegam neste mundo. Os nascidos para o mundo comum, vindos de lugar nenhum, no aflorar do “novo” do qual são portadores pela natalidade, representam o prenúncio da promessa de liberdade.

Nessa perspectiva, continuaremos a analisar o fazer educacional pioneiro do ITEC, desenvolvido e inspirado pela prática socio eclesial do bispo diocesano Dom Costa, que denominamos de ensino filosófico-libertador, que encontrando no referencial teórico arendtiano seu assentimento, quando assume a responsabilidade na construção de condições dignas de acolhimento aos que adentram o mundo, justificando a luta pela formação filosófica na em vista da salvaguarda do bem comum.

4.3 O compromisso sócio-transformador como resultado da formação filosófica do ITEC.

O processo desenvolvido a partir da formação filosófica libertadora do ITEC encontra um duplo movimento: o *primeiro*, nas práticas educativas de Dom Costa e o *segundo*, na consubstanciação que originou o ensino libertador comprometido com o ser humano.

A ideia de que a educação fulgura como uma das mais elementares atividades necessárias ao ser humano e compreendida como movimento, uma ação em constante renovação, aproxima-se teoricamente das práticas educativas desenvolvidas no ITEC, que acaba estabelecendo nexos com o pensamento desenvolvido pela pensadora Hannah Arendt, quando teoriza sobre a responsabilidade do educador na relação com o mundo,

[...] o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito ainda quer secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é [...] Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação (2011, p.239)

O compromisso social se encaminha nesse sentido à transformação social. A educação é uma ação conscientizadora na luta pela mudança social, interferindo na realidade. A educação filosófica do ITEC tem em si o anseio pela libertação e

humanização do mundo, presentes na conscientização política e na atuação das ações sociais por igualdade.

Figura 6: Artigo sobre a exclusão social.

Vanguarda **21**

Falando ao povo de Deus

A EXCLUSÃO SOCIAL

Caruaru viveu uma tarde de muito calor humano e de muita vibração, no domingo passado, com a abertura da Campanha da Fraternidade, em praça pública. O povo, em massa, atendeu ao apelo da Igreja Diocesana.

O grande pano de fundo do altar eram painéis com rostos desfigurados de irmãos e irmãs excluídos da sociedade: deficientes, idosos, catadores de lixo, aidéticos, encarcerados, prostitutas, meninos e meninas de rua e uma foto da chacinha dos meninos mortos na bueira do largo da coletoria.

Mas, a idéia forte que dominava a grande massa era a exclusão social num país como o nosso, que por ser do Terceiro Mundo, torna mais dramática a situação desses nossos irmãos.

Vejamos alguns dados estarrecedores, que mostram o nível da exclusão social em nosso país. O mapa da fome, elaborado pelo IPEA, mostra que: 32 milhões de brasileiros defrontam-se, diariamente, com o problema da fome. Esta pobreza e miséria se manifestam em números bem mais trágicos: nas 800 crianças que morrem, todos os dias, no Brasil, nas meninas escravas, forçadas a se prostituírem em boates-cativeiro.

O Brasil, cantado em prosa e verso como o país da fartura, o país rico e imenso, “abençoado por Deus”, o país do futuro consegue ser o lugar onde a exclusão social é das mais fortes e progressistas.

Mesmo assim, vale a pena sonhar com um Brasil sem exclusões e violências, um Brasil de todos e para todos. Esta é a esperança que cresce e não pode ser ludibriada.

A Campanha da Fraternidade é um momento propício e desafiador. Temos que enfrentar o problema. Cada um tem a sua parcela de responsabilidade no processo. Somos todos corresponsáveis.

É preciso que estejamos atentos ao drama dos excluídos da nossa cidade e da nossa comunidade. Haja vista a situação dos sem terra na fazenda Normandia e em outras áreas de conflitos de terra.

A questão vem rendendo e a desapropriação não acontece. Qual a razão de tanta morosidade? O que está por trás de tudo isto? Quem nunca fez a experiência da fome, dificilmente entende o drama de 32 milhões de brasileiros.

O problema mais grave é este: como transformar estruturas que fabricam as chamadas “massas sobrantes”, em estruturas que respeitem a vida, que valorizem a vida e que dêem ao homem e à mulher condições de viver.

A Campanha da Fraternidade está lançada. Resta-nos assumir a sua causa, que é a causa de milhões de irmãos nossos que clamam por justiça.

Dom Costa é bispo diocesano



Dom Costa

Fonte 6: VANGUARDA, 1995 – Nº 6.336.p.21.

O ITEC, enquanto instituição da Igreja Católica, desenvolvia sua atuação nas comunidades carentes por meio do estágio dos estudantes ligados ao seminário, tornando-se interlocutores na proposição de soluções aos problemas nas bases. Conforme podemos inferir acima, na Figura. 6, em artigo de Dom Costa que trata do tema da exclusão social, esse eixo de ação estava em constante circulação como ideia orgânica de toda ação social, pastoral e educativa.

A ação pastoral de Dom Costa refletia uma práxis, que seguindo as teorizações de Paulo Freire sobre a educação, é compreendida como “[...] a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2009, p.42). No curso de Filosofia, as

construções intelectivas forneciam os raciocínios para serem viabilizados como ações, ou seja, do pensar ao praticar.

O papel da educação nessa perspectiva tem como função importante gerar uma consciência crítica e fomentar a busca do sentido do que significaria uma verdadeira colaboração com a transformação social. O ensino filosófico desenvolvido, por não permitir o afastamento da instituição do cotidiano e problemáticas da comunidade envolvente, desenvolveu uma ação educativa politizadora, que segundo as teorizações de WANDERLEY se expressa em três planos:

A educação visa, portanto, a ação. Ora, a ação humana tem três requisitos essenciais. Em primeiro lugar, o homem age diante de um fato que é real para ele; é, portanto, imprescindível que ele tome consciência da realidade sobre que vai agir. Ao lado disso, o homem assume uma atitude diante dessa realidade, atitude que surge a partir dessa consciência na realidade. Para que a atitude se concretize em ação, o homem parte sempre dos meios que lhe oferece a cultura (sejam esses meios instrumentos físicos, verbais etc.). A organização dialética de uma ação educativa não pode, portanto, deixar de situar-se nesses três planos: conscientizar, motivar atitude, proporcionar instrumentos de ação. (1984, p. 498).

Encontramos no desenvolvimento do ITEC um movimento dialético, na medida em que o fazer educativo no Curso de Filosofia busca alinhar as metodologias de base transportadas do movimento de Natal com o desenvolvimento de um ensino filosófico libertador, consubstanciando como resultado o compromisso sócio transformador dos seus sujeitos.

Nessa perspectiva, o referencial teórico contido no pensamento arendtiano encontra seu termo quando aplicamos a teia conceitual inicialmente apresentada em palavras-conceitos, como: natalidade, educação, mundo comum e responsabilidade com as novas gerações.

Numa primeira análise, afirmamos que o compromisso social impetrado pelo fazer educativo-filosófico do ITEC não assumiu uma postura conteudista. As vivências nas diferentes esferas da comunidade eram refletidas internamente por seus interlocutores. Essa postura é reflexo dos questionamentos direcionados às classes elitistas, como por

exemplo, as críticas dirigidas sobre a responsabilidade dos grandes grupos econômicos frente aos problemas sociais.

O lastro pastoral e a proximidade com as classes populares originaram vários questionamentos na segunda metade do século XX por parte da ala progressista da Igreja Católica. Frente ao tema lucro excessivo, foram propostos comportamentos éticos em prol da distribuição de riqueza.

No Brasil, o sociólogo Herbert de Souza mobilizou a sociedade na década de 1990 na luta pela transformação social. Sua luta por cidadania sintetizada pelas influências dessas forças e movimentos católicos refletem o forte papel da ação católica na sociedade brasileira:

Assim como a vinculação religiosa no jogou no movimento estudantil, o movimento estudantil no jogou na política nacional. Ao crescer esse movimento de participação, a religião já não dizia mais nada. Passamos então de uma visão religiosa a uma perspectiva política. Só que passávamos à política com a mesma mística que havíamos vivido na religião, a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, auto-renúncia. É claro, a própria prática dirigia o nosso conhecimento para uma amplitude maior, para o marxismo (SOUZA, 1976 p.71).

Como testemunhado na citação acima, a biografia de Dom Costa oferece uma síntese das transformações que estiveram presentes nas pautas sociais no Brasil desde a década de 1960, responsáveis em formar uma geração de grande atuação nas lutas por cidadania e que refletem em suas trajetórias individuais artefatos do contexto geral, possibilitando apreender a cosmovisão daquela sociedade.

Os conceitos apresentados em relação à prática educativa de Dom Costa inscrevem no Curso de Filosofia do ITEC uma práxis libertadora. Nesse sentido, a formação do filósofo reclamava um compromisso com os oprimidos em busca de libertação. A educação de base, em seu conjunto de práticas sócio conscientizadoras nas camadas populares, reverbera para a filosofia ensinada no ITEC como um desdobramento da reflexão antropológica sobre a existência humana, das necessidades primárias à condição humana, até alcançar o entendimento da sua constituição ontológica.

A educação filosófica-libertadora praticada no Curso de Filosofia do ITEC se constituiu processualmente, como uma ação radicada nas questões do valor e do sentido da comunidade humana, sempre sob o prisma metodológico que sustentamos pertencentes as formulações oriundas da educação de base, reveladas nas ementas em disciplinas que sistematizamos abaixo:

- Ética – a proposta da disciplina é proporcionar ao aluno de filosofia do ITEC a compreensão das principais etapas e questões da história da filosofia moral. Paralelamente ao desenvolvimento histórico dos estudos morais mais prementes, os conceitos, princípios e doutrinas fundamentais que estruturam essas investigações serão abordadas. Da guinada socrática para a alma até as éticas do discurso e da alteridade (2002.1).
- Filosofia Social e Política – Apresenta as principais temáticas da filosofia política a partir da chave de leitura que parte desde uma heteronomia cosmológica do pensamento Greco-cristão na determinação do político até a autonomia da vontade no pensamento moderno. Analisa e discute a práxis educativa, sob a perspectiva da filosofia numa abordagem crítica (2006.2).
- Antropologia filosófica – trabalha as diversas concepções de homem no ocidente, visando o desenvolvimento de uma reflexão crítica e consciente do ser situado. O que estuda a antropologia filosófica e qual a sua importância para o edifício humano? (2005.2).
- História da Filosofia – desenvolve no aluno do curso de filosofia do ITEC noções gerais e específicas sobre a História da Filosofia.
- Teoria do conhecimento – propõe requisitos para a formulação de uma filosofia da ciência; expõe elementos de uma teoria do conhecimento, sua evolução e repercussões em torno do método científico (2007.1).
- Filosofia da Linguagem – desenvolve uma reflexão sobre a filosofia da linguagem em suas múltiplas dimensões, seja ontológica, ética, hermenêutica, lógico-linguístico, fazendo um levantamento histórico de como essa temática foi vista pelo pensar ocidental ao longo da nossa história, e como a linguagem dimensiona o homem em cada momento. Procura compreender o fenômeno da linguagem em sua unidade originária (2000.2).

- Lógica – Conhecer as principais questões relativas ao estudo da Lógica, buscando apreender as contribuições dessa área de conhecimento para a formação do homem contemporâneo. Reconhecer a contribuição da Lógica na construção de um pensamento formalmente concreto, porque orientado por princípios éticos (2007.1).
- Hermenêutica – compreender os fundamentos da hermenêutica em seu aspecto histórico e teórico; reconhecer e discutir seus principais problemas relacionados aos conceitos de compreensão, linguagem e mediação; identificar a importância da hermenêutica para a filosofia e outras áreas do conhecimento científico; analisar concepções da hermenêutica filosófica; estudo de problemas fundamentais à hermenêutica na contemporaneidade (2007.2).
- Ontologia – a ontologia como filosofia primeira ou metafísica sempre foi colocada no conjunto das disciplinas filosóficas como a própria essência da filosofia. O curso abordará o estatuto epistemológico da ontologia, os seus conceitos fundacionais, as principais noções e os princípios primeiros; o lugar da ontologia entre os discursos filosóficos (2006.2).

Como descrevemos acima, as disciplinas elencadas portam em seus ementários uma organização de conteúdos que nos permitem inferir os valores humanísticos transmitidos através da reflexão filosófica, que acabou direcionando a ação dos alunos enquanto sujeitos sociais, em prol do compromisso com a salvaguarda da condição humana e sua libertação. As concepções socioeducativas transportadas do Movimento de Natal e implantadas no ensino filosófico é o certame da ação educadora desenvolvida por Dom Costa ao criar o instituto, nessa tese denominada de *educação de base*, como nos referimos nos capítulos anteriores.

A constituição do curso assegurou o lugar da *Ética* como disciplina voltada ao comprometimento com os valores do agir humano. Seus fundamentos se inter cruzam com os objetivos concernentes à disciplina de *Filosofia Social e Política* advindos da materialidade do encontro com *Antropologia Filosófica*. As questões demandadas se dimensionam ao existir social humano concretamente situado.

Disciplinas como a *História da Filosofia* e a *Teoria do Conhecimento* aparecem como grande contribuição para delinear radicalmente o projeto histórico que se construiu

para determinada sociedade, possibilitando uma exposição em comparação com a atualidade responsável em desencadear uma crítica sobre a mesma práxis histórica.

A Filosofia funcionaria nesse entendimento como um vetor relacionado à contínua reflexão sobre o sentido existencial do ser humano, mediada pela conscientização socioeducativa desenvolvida no instituto.

O abstrato, enquanto categoria da natureza e pensamento filosófico, é encontrado como depósito intelectual pertencente às disciplinas de *Filosofia da Linguagem*, *Lógica*, *Hermenêutica* e *Ontologia*. Estas disciplinas aparecem enquanto mediadoras do ideário filosófico e salvaguarda do sentido das coisas, ocupando sua função no conjunto de disciplinas do currículo. Segundo as teorizações de Moacir Gadotti,

A filosofia deve ser a arma do nosso intelectual, que está atento a hominização. Atento aquilo que, política e economicamente, parece representar um avanço não represente um verdadeiro recuo social. Atento para aquilo que produzimos hoje não tenha de ser destruído amanhã, para que possamos sobreviver (GADOTTI, 1979 p. 99).

O duplo movimento que nos referíamos no início desta seção, após analisar as principais disciplinas do curso de filosofia do ITEC, sob a perspectiva da citação acima, apresenta dois resultados: o *primeiro*, a prática educativa filosófica libertadora é descrição interpretativa da origem e desenvolvimento das desigualdades e a criação da necessidade de lutar contra elas. O *segundo* resultado é a geração de um pensamento político com uma fundamentação científica conferida pelo Ensino da Filosofia, o que acabou inaugurando uma abordagem voltada à ação sócio transformadora.

A filosofia ensinada no ITEC consistia em compreender os fins da condição humana e a possibilidade de intervir no projeto de sociedade, sem prescindir o próprio ser humano. A Filosofia nesse sentido é assumida fundamentalmente como uma atividade humana, abrangendo em seu existir características fundacionais à reflexão da própria condição humana.

Identificamos alguns aspectos que servem para justificar o ensino filosófico-libertador no currículo do ITEC, responsável em manter as categorias que configuram a educação filosófica pioneira desenvolvida. A utilização de textos filosóficos é central nas

disciplinas ofertadas no instituto, possibilitando múltiplas interpretações e vivências, despertando a necessidade de fazer filosófico engajado com a dimensão social da vida dos sujeitos. Nesse momento, houve uma estruturação acadêmica que introduziu uma prática pedagógica reflexiva, responsável em amadurecer os princípios de uma atitude filosófica comprometida com as problemáticas frente às lutas sociais.

Pela análise dos ementários no quadro das disciplinas ofertadas, verificamos outro aspecto formativo no Curso de Filosofia; os professores valorizavam os manuais de Filosofia como um instrumento de aprendizagem entre outros, o que permitia um ensino aberto e dinâmico na consolidação dos conceitos trabalhados sem o determinismo da antiga forma de ensinar filosofia determinado pelos fundamentos manualísticos.

O saber filosófico não foi um desenvolvimento abstrato. Buscou conectar o pensamento com as ações concretas das vivências pastorais e sociais dos seus alunos. A compreensão de que um processo educativo deveria considerar os fenômenos humanos como uma realidade complexa foi uma atitude presente em toda a concepção do Ensino da Filosofia no ITEC.

A filosofia ensinada numa perspectiva de diálogo, buscou naquele momento integrar os saberes originados nas experiências de bases populares com a especificidade de cada disciplina. O papel do professor de filosofia nessa perspectiva estava ligado à concepção de uma relação estabelecida na igualdade com os alunos.

O ITEC desenvolveu uma ação educativa dialogal, aderindo a uma concepção de formação filosófica que considerava a pluralidade como princípio pedagógico, conforme teoriza BENINCÁ,

O confronto de saberes, porém, requer dos sujeitos a partilha de palavra e a concessão de que seu saberes não são absolutos. A palavra não é concebida como no caso da relação sujeito-objeto, ou seja, professor aluno. É proferida em condições subjetivas de igualdade, mesmo que os sujeitos que a proferem sejam investidos em papéis assimetricamente desiguais (2002, p.114).

Encontramos, nesse processo de interação entre aluno-professor, um aspecto valioso da prática educativa do ITEC. Serve de modelo inspirador na formulação conceitual do fazer pedagógico libertador como contributo e em busca de uma

aplicabilidade curricular no âmbito da formação filosófica, em prol do compromisso social.

Uma imagem que podemos abstrair do pensamento arendtiano, ao tratar dessa abordagem reconhecida como possibilitadora da comunicação entre professor e aluno, preservando a singularidade e igualdade do sujeito no diálogo, e traduzida na imagem de uma mesa:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo espaço-entre [in-between], o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si (ARENDDT, 2004, p. 64).

O ambiente formativo dispôs a prática socioeducativa como pertencente a cultura escolar, relacionada aos professores e alunos, enquanto apresentava as lutas sociais pertencentes à comunidade envolvente. A mediação da Filosofia aparece no intercruzamento dos conteúdos com as práticas desenvolvidas pelos sujeitos, professores e alunos, gerando condições de uma diálogo que estabeleça um verdadeiro e prazeroso ato educativo, conforme o pensamento arendtiano, responsável por iniciar algo novo,

[...] da recompensadora alegria que surge de estar na companhia de nossos semelhantes, de agir conjuntamente e aparecer em público; de nos inserirmos no mundo pela palavra e pelas ações, adquirindo e sustentando assim nossa identidade pessoal e iniciando algo inteiramente novo (ARENDDT, 1990, p. 325).

Esse contexto de desenvolvimento pedagógico acabou gerando um processo humanizante fundamental à tarefa de educar filosoficamente. O diálogo professor-aluno não descartou a tarefa exigente do professor de filosofia em manter uma didática e um horizonte científico que garantisse a aprendizagem com o rigor metódico exigido.

A prática pedagógica assumida nesse instituto é um contributo para a educação. No campo da formação filosófica, encontra singularidade ao considerar as experiências vivenciadas pelos alunos. O reconhecimento do outro em seu chão pastoral e o respeito à singularidade de cada vivência estabelece uma comunicação atualizada entre os temas

abordados e com a reflexão em sala de aula, pois estes não estavam desvinculados da realidade pensada e praticada por seus interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos no momento de concluir a presente pesquisa doutoral, sentimos eclodir anseios diversos que se abrem para uma posterior continuidade investigativa, principalmente sobre temáticas como: Ensino da Filosofia; Currículo; Educação Popular e as ações educacionais promovidas pelo Movimento de Natal no Rio Grande do Norte.

A investigação desenvolvida a partir das análises documentais recolhidas de diversas fontes firmou nossa convicção acerca da prática educativa aplicada ao Curso de Filosofia no ITEC. A consistência do Ensino da Filosofia materializado num currículo nos permitiu definir as estratégias do bispo diocesano Dom Costa na ação pedagógica desenvolvida, revelando um agir educacional libertador, testemunhado nas fontes orais, nos jornais e nos registros nas cadernetas dos professores. A construção de um currículo próprio ofereceu consistência à nossa convicção inicial de investigar o pioneirismo dessa instituição no Ensino da Filosofia no agreste pernambucano.

Nosso percurso nesse trabalho comprova a tese de que o ITEC foi uma instituição pioneira no Ensino da Filosofia no Agreste de Pernambuco, não somente pela sua vanguarda, mas principalmente pela aplicação de uma concepção educacional herdada da educação de base pertencente ao Movimento de Natal e transportada para o agreste pernambucano. Que aliada à prática socioeducativa e pastoral de Dom Costa, conferiu a esse ensino filosófico materializado no interior do ITEC, um aspecto libertador responsável por educar seus alunos para o comprometimento com o social.

Na contramão da história, o ITEC desafia as estruturas tecnicistas que dispõem o ensino filosófico a um plano secundário ou instrumentalizado. Nesse instituto, a prática pedagógica por intermédio da Filosofia foi motivadora em alicerçar as razões mais profundas do conhecimento na promoção de iniciativas em favor da formação da pessoa humana, o saber filosófico encontra aplicabilidade no cotidiano a partir das agendas sociais e lutas comuns.

O horizonte de formação dos alunos se encaminha para a participação efetiva nas lutas sociais. Parte considerando o saber filosófico como imprescindível para a formação de educadores populares, comprometidos com o mundo comum e com a transformação das estruturas da sociedade.

A investigação sobre a ação educativa desenvolvida pelo ITEC no Curso de Filosofia ampliou nossa percepção sobre seu poder influenciador na geração de uma

consciência crítica-reflexiva em seus alunos e agentes comunitários, que receberam essa formação através das dinâmicas curriculares, implicando numa interação comunitária. A Filosofia naquele momento exerceu influências nas concepções de mundo dos sujeitos ao redimensionar seus itinerários conceituais de mundo, participação e sociedade.

Consideramos compreender até que ponto o contexto curricular do ITEC ocupou uma função propedêutica à intervenção pastoral enquanto finalidade educativa, aliando esse projeto às questões comuns que envolvem a Filosofia: a formação de cidadãos para o mundo comum, o papel da filosofia no horizonte formativo da pessoa humana e a uma prática libertadora resultante do desenvolvimento de competências e estratégias concernentes a esse saber.

Os capítulos desenvolvidos na presente tese oferecem um percurso próprio de compreensão metodológica da ação desenvolvida no instituto pelo ensino filosófico no encontro com as experiências educativas comunitárias.

No primeiro capítulo, apresentamos as bases onde se assentaram a implantação de um Movimento objetivando transformar a realidade potiguar, com ênfase na conscientização e formação das pessoas, na organização das comunidades e na mudança das estruturas. Uma metodologia educacional construída na articulação entre os valores religiosos e a análise de situações sob a ótica técnica de variados campos do saber.

Desse cenário, originaram-se vários posicionamentos e ações estruturadas sob o prisma das técnicas do planejamento, com objetivos, metas, prazos, responsabilidades, datas de execução e de avaliação.

Reposicionamos a importância de Dom Eugênio Sales na conjuntura das iniciativas educacionais e defendemos que, depois dele, ninguém tão importante no Movimento de Natal quanto Dom Costa, sobretudo na fase de consolidação. A relevância de sua contribuição se expressa na longevidade das funções por ele desempenhadas. Esteve responsável pela Coordenação da Pastoral durante 31 anos, dos quais, por 21 anos, como Bispo Auxiliar. Com inteira pertinência, a comunidade potiguar o considerava indicado para ser o Arcebispo de Natal, nas substituições de Dom Nivaldo e Dom Alair. Assim não aconteceu. Sua transferência surpreendeu a todos. Ainda bem que a tristeza dos potiguares se tornou motivo de júbilo para a Igreja de Caruaru. Infelizmente, por pouco tempo, pois faleceu oito anos e meio depois, em 2002. Ao longo de sua vida episcopal, chegou a ser pensado para outras missões, como a de substituir Dom Hélder Câmara na Sé de Olinda e Recife. Infelizmente, não se concretizou e deu ensejo ao holocausto da Igreja pernambucana, perpetrado pelo seu sucessor.

Já no segundo capítulo, oferecemos através da reconstrução da história dessa instituição e aspectos de sua origem que materializaram condições propositivas a uma prática educativa, uma identificação com a educação popular e a ideias libertárias da eclesiologia latino-americana.

No terceiro e quarto capítulos, tratamos das práticas pertencentes ao Movimento de Natal, seu desenvolvimento e continuidade transportada para Caruaru – PE como um fazer educativo que aplicou a um currículo no Curso de Filosofia aspectos libertadores, aliando as experiências da educação de base popular com a finalidade de despertar os educandos para a responsabilidade social.

Os que pensam a educação e atuam no campo do Ensino da Filosofia, seja no Ensino Médio ou em nível superior, somos consórcios da difícil tarefa de defesa aos contributos à existência humana fornecidos pela prática do pensamento filosófico. Quanto mais um governo tenha o interesse de controle sobre as liberdades individuais, mais a Filosofia será segregada dos planos políticos educacionais. No Brasil, o Ensino da Filosofia sempre experimentou uma história de intermitências e descontinuidades originadas por interesses ideológicos de diversos governos. Como tratamos na nossa dissertação de mestrado, ao criticarmos a Lei nº 13.415/17, por comprometer a formação cidadã dos jovens escolarizados, quando retirou a obrigatoriedade da Filosofia como disciplina no Ensino Médio brasileiro, sustentamos a ideia de que, com a última reforma educacional, foi negada às futuras gerações a possibilidade de ter acesso aos conhecimentos filosóficos necessários à formação da consciência crítica.

Não é diferente nos quadros de instituições que têm objetivos formativos e educacionais como a Igreja Católica. Apesar do contributivo inegável à ciência por diversas formas, a Filosofia desenvolvida em ambientes eclesiais instrumentalizou o conhecimento filosófico ao atendimento de objetivos e controle particulares.

Ao percorrermos as páginas desse trabalho, encontramos a proximidade da ação educativa de Dom Costa com a pedagogia desenvolvida no Movimento de Natal, que estabelece nexos com sua ação eclesial progressista. Nos contextos educacionais que analisamos do Rio Grande do Norte a Caruaru – PE, ambos ambientes se desenvolveram numa perspectiva educacional voltada para a promoção social das camadas populares.

A metodologia utilizada considerou a formação intelectual dos seus agentes a partir da análise de conjuntura da realidade. A transformação das estruturas, a humanização dos processos sociais, o alargamento de compreensão de mundo, a

conscientização política e a vivência comunitária caracterizam a ação educativa naquele momento.

O agir educacional de Dom Costa pelo ITEC gerou um Ensino da Filosofia responsável pela produção de uma mentalidade que buscou assumir a defesa do bem comum nas comunidades e a formação permanente dos seus agentes, através do contínuo exercício crítico e da prática do diálogo entre iguais.

Os alunos do instituto foram motivados, por meio de uma reflexão filosófica a fundamentar sua atuação pela organização e participação social. As práticas educacionais herdadas em Natal – RN e transportadas para Caruaru – PE resultaram num arranjo que contribuiu na conceituação de uma grade curricular que priorizou o pensamento filosófico com a permanente reflexão a partir da prática.

O currículo do ITEC ofereceu a proximidade entre teoria e prática, um modo de agir educativo que fomentou o pensamento crítico-reflexivo nos educadores e educandos, tendo como horizonte a realização de uma ação libertadora e solidária.

Durante o percurso da presente pesquisa, alcançamos a compreensão do importante papel da Igreja Católica no Rio Grande do Norte para o campo educacional desenvolvido no Brasil. Esse trabalho oferece uma contribuição para o estudo da história da educação no Brasil, no período de renovação eclesial, patrocinado por ações educacionais de duas alas: progressista e libertadora.

Nesse contexto, situamos a educação popular derivada do Movimento de Natal no encontro com a criação do Curso de Filosofia no agreste pernambucano como protagonista de uma ação educativa libertadora, responsável em manter vivas as lutas sociais e experiências comunitárias de base como heranças transportadas das décadas de 1950 a 1980, com o olhar voltado aos pobres.

Os resultados obtidos nessa pesquisa situam a prática socioeducativa de Dom Costa como uma ação libertadora, responsável em aliar o pensamento filosófico como um norte de transformação do cenário sócio-político da região. O ITEC ocupou um papel estratégico para a alteração da realidade como protagonista de um comportamento político e institucional da Igreja na região.

A Teologia da Libertação, com o método ver-julgar-agir, interagiu dialogicamente no processo de concepção do instituto como na formação da consciência crítica dos alunos ligados às Comunidades Eclesiais de Base e em diversas iniciativas dentro e fora da vida eclesial. A ação educativa libertadora desenvolvida nesse instituto é fortemente ligada às práticas da educação popular e dos movimentos sociais.

Por fim, as ações socioeducativas da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, intimamente vinculada à educação das camadas populares, oferecem uma contribuição metodológica à história da educação brasileira. Como demonstramos ao longo dessa tese, tem em sua gênese o dado fundacional e inspirador à criação de um instituto educativo no agreste pernambucano, que se desenvolve a partir das ações educativas transportadas pelo Bispo Dom Costa e foram implantadas pedagogicamente na concepção de uma formação filosófica libertadora, que acabou sendo responsável por materializar um pioneirismo ao Ensino de Filosofia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Florenice Santos de. **Imaginação Criadora e Hermenêutica da Conversão**. In: Caderno de Filosofia, Teologia e Pastoral. Caruaru, 2003.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **A Igreja Católica e suas instituições de Ensino Superior**. Proposições. e.ISSN 1980-6248. V.28, N.3, p. 60-82.1 Set/Dez. 2017.

ARENDT, Hannah. **O que é Política?** [editoria, Ursula Ludz]; trad. Reinaldo Guarany - 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A vida do Espírito: o pensar, o querer e o julgar**. Tradução de Antônio Abranches, Cesar Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 1992.

_____. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1993.

_____. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A Dignidade da Política**. Org.: Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **Da Revolução**. São Paulo: Ed. Ática & Ed. Universidade de Brasília, 1998.

_____. **O sistema totalitário**. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

AMMANN, Safira Bezerra/ Marcos José de Castro Guerra. Otto Euphrásio de Santana. (Organizadores) **Dom Eugênio Sales em Natal: fé e política**. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

ALBERTI, Verena. **Fontes orais**. In: Fontes Históricas/Carla Bassenezi Pinsky, (Org.) 2º ed.; São Paulo: Contexto, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Rio de Janeiro, UFRJ/UNEB, 1996.

BENINCÁ, Ellí. **O diálogo como princípio pedagógico**. In: Fávero, Altair. A.; TROMBETTA, Gerson. L.; RAUBER, Jaime. J. (Org). **Filosofia e racionalidade: FestChript em homenagem aos 45 anos do Curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo**. Passo Fundo: UFP editora, 2002.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Abril, 1985.

BEZERRA, A. **As atividades em educação popular**; in. BRANDÃO, C.R., (org). A questão política da educação popular. São Paulo. Brasiliense, 1980.

BOFF, Clodovis. **Epistemologia y metodo de la teologia de la liberacion**. In: I. E. Jon sobrinho, *Mysterium Liberationis, Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación* (pp. 79-114). Madrid: Trotta, 1990.

BOFF, Leonardo., & BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP; Brasileira de Ciências, 1971.

CARVALHO, Maria Araújo Duarte de... [et al.]; PAIVA, Marlúcia Menezes de. (Org.). **Escolas Radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1956-1966)**. – Brasília: Líber Livro Editora, 2009.

CNBB, CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL. **Educação, Igreja e Sociedade**. São Paulo – SP, Paulinas – 1992.

CNBB, CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil**. 1995 – 1998. São Paulo – SP, Paulinas – 1995.

CABRAL, Newtom Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** História e memórias do Seminário Regional Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Memória. Recife: FASA, 2008.

CAVA, Ralph Della. **Igreja e Estado no Brasil do Século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64**. In.: Estudos CEBRAP 12 – ABRIL-JUNHO de 1975. Edições CEBRAP/Editora Brasileira de Ciência LTDA – Editora brasiliense – São Paulo – SP.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CORREIA, Cícero Gomes. PERNAMBUCO, Marta Maria castanho Almeida. **As ações político-pedagógicas do Serviço de Assistência Rural (SAR)**. Brasília: Liber livro, 2011.

COSTA, Antonio Soares. In: **Igreja Hoje**. Órgão informativo da Diocese de Caruaru – dezembro de 1994 – Ano 01 – Nº 05.

CHARLES, Hélio. **O Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru – ITEC.** Documentário -DVD- (Direção de Hélio Charles).01/02/2002.

DOMBROWSKI, Osmir. A opção pelo Estado: um estudo sobre o envolvimento da Igreja Católica com o problema agrário no Brasil. In.: Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. ISSN: 2447-861X. Salvador, 2006.

DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino-americana:** erótica e pedagógica. São Paulo, Edições Loyola. 1977.

ENRÍQUEZ, Tomás. **Promoção Humana:** O homem todo e todos os homens. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

FAVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de base 1961 – 1966. Campinas: Autores Associados, 1994.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento:** o movimento de Natal. Natal: fundação José Augusto, 1968.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e terra, 2009.

GADOTTÍ, Moacir. **Notas sobre a “Filosofia Social”:** In: Revista do Instituto de Filosofia e Teologia. Reflexão. Campinas. Ano – IV. nº 14. pág.,1-148 (Maio-Agosto/1979).

GARAY, Lucía. **A Questão Institucional da Educação e as Escolas:** Conceitos e Reflexões. In: Pensando as Instituições: teorias e práticas em educação. (Org.) Ida Butelman. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GILES, Thomas Ranson. **Filosofia da Educação.** São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica Universitária Ltda, 1983.

IGREJA HOJE, **Informativo da Diocese de Caruaru.** Dezembro – 1994 – Ano 01 – nº 05.

LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e Ideologia:** uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1016-1985).** Editora brasiliense, São Paulo – SP, 1989.

MEDEIROS, Cônego José Mário de. SANTANA, Otto Euphrásio de. **Dom Costa.** – Natal: 8 Editora, 2018.

MEZZANO, Alicia Corvalán de. **Lembranças pessoais-memórias institucionais**: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional. In.: Ida Butelman. Pensando as instituições: teorias e práticas em educação. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação Católica no Brasil**. Edições Loyola, São Paulo – SP, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação na primeira república**. São Paulo. Edusp, 1974.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. **Teologia da Libertação: Origem e Desenvolvimento**. Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: porque e como pesquisar. Campinas: Editora Alínea, 2013.

_____. **SCHOLA MATER**: A Antiga Escola Normal de São Carlos. 1911 – 1933 – São Carlos: EdUFSCar, 2002.

NOVALLI, Pedro Geraldo Aparecido. **América Latina: erupção da filosofia?** IN.: Controvérsia – v.2, n.1, p. 17-33 (jan-jun 2006) ISSN 1808-5253

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação**: Educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1965). Natal, RN: EDUFRN, 2014.

_____. (Org). **Escolas Radiofônicas de Natal**: Uma história construída por muitos (1958-1966). – Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PASSEGGI, Maria da Conceição; OLIVEIRA, Roberta Ceres Antunes Medeiros de; ROCHA, Simone Maria da. **Classes hospitalares**: aprendizagens biográficas e formação docente. In: XII Congresso Nacional de Educação. III Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). IX Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar – ENAEH. 2015.

PASSOS, Fábio A. **O conceito de mundo em Hannah Arendt**: para uma filosofia política. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

PUEBLA, Conclusões da Conferência de. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1979.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e Dominação de Classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: Filosofia Pagã Antiga**. Tradução Ivo Storniolo. 3. ed. São Paulo: Paulus, v. 1, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil:**(1930/1973). 40. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROMERIO, Marcio Anatole de Sousa. **Teologia da Libertação uma experiência marginal?** Disponível em : <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=852>. Pesquisa realizada em 16 de dezembro de 2020.

ROCHA, Ronai Pires da. **Ensino da Filosofia e Currículo**. R.S Santa Maria. Ed. da UFSM, 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Cadernos de História da Educação**. - nº 4 - Jan/dez. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

SEIDL, Ernesto. **Uma elite pouco (re)conhecida: o episcopado brasileiro**. In: Tempo Social. vol.29 no.3 São Paulo Set./Dez. 2017

SOUZA, Herbet. J. de. Depoimentos. In: Cavalcanti; Pedro C.; Ramos, Jovelino (orgs) Memórias do exílio: Brasil 1964 - 19???. São Paulo: Livramento, 1976.

SILVA, André Gustavo Ferreira da. **A dinâmica do significado de “Educação Popular” na América Latina**. In.: Educação Popular. Novas Abordagens Novos Combates Novas Perspectivas. Flávio Brayner (org.) Editora Universitária UFPE. Recife, 2015.

SILVA, Alexandre Magno Tavares da. **Apresentação**. In: Caderno de Filosofia, Teologia e Pastoral. A vida se Pergunta no Agreste. Caruaru, ITEC, Ano I, nº 0, agosto de 2003.

SILVA, José Mauricio Soares da. **Um Olhar Hermenêutico da Pastoral de Conjunto**. In: Caderno de Filosofia, Teologia e Pastoral. Caruaru, 2003.

_____. COSTA, Evandro da Fonseca. **Grupos de estudo: a ousadia da construção coletiva do conhecimento**. In: Interface de Saberes. Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. João Pessoa: Idéias, 2002. (v.1, n1, jul/dez.) – Recife: Líber,200 – v.3, n.1, jan./jun.2002. ISSN 1518-5893.

SILVA, Nair da. **Importância da hermenêutica na formação do ITEC**. In: Caderno de Filosofia, Teologia e Pastoral. A vida se Pergunta no Agreste. Caruaru, ITEC, Ano I, nº 0, agosto de 2003.

SILVA, Roberto Ribeiro da. **A filosofia negada no ensino médio brasileiro: as implicações da Lei nº 13.415/17 às futuras gerações / Roberto Ribeiro da Silva**. - Natal, 2019. 122 f.: il.

SOUZA, Josefa Eliana. JUNIOR, Hamilcar Silveira Dantas (Orgs). **Instituições e práticas educativas no Brasil: teoria e história.** – São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOUZA, R. de C. **História das punições e da disciplina escolar** – Grupos escolares de Belo Horizonte. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm/FAPEMIG, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia e Circunstâncias.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIDEIRA, Antonio Augusto P. Breves considerações sobre a natureza do método científico. In: *Estudos de História e Filosofia das Ciências.* SILVA, Cibele Celestino (Org.) São Paulo: Livraria da Física, 2006.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil (1928-2005).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base.** Petrópolis: Vozes, 1984.

ANEXOS



Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru
INSTITUTO DE TEOLOGIA DE CARUARU
Autorizada pelo Decreto Nº 01/95 em 06/02/1995 da Cúria Diocesana de Caruaru

REGIMENTO DO ITEC



Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru
INSTITUTO DE TEOLOGIA DE CARUARU
Autorizada pelo Decreto Nº 01 /95 em 06/02/1995 da Cúria Diocesana
de Caruaru

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I: DA IDENTIFICAÇÃO E DAS FINALIDADES

Art. 1 – O Instituto de Teologia de Caruaru (ITEC), criado em 06 de fevereiro de 1995, cuja mantenedora é a ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ENSINO E CULTURA DE CARUARU, com CGC 100.019.339/0001-93, é um órgão educacional da Diocese de Caruaru – Pernambuco.

Art. 2 – O ITEC tem por finalidade a formação global de futuros presbíteros, diáconos, religiosos(as) e leigos(as) engajados(as), capacitando-os(as) para a ação evangelizadora, mediante o estudo sistemático da Filosofia e da Teologia numa perspectiva pastoral. Considera, também, finalidade sua a promoção da formação continuada de seus egressos, da Comunidade Diocesana em geral e de outras Igrejas particulares, oferecendo para tal cursos de extensão e de atualização.

§ 1. Para isso, procura responder à necessidade de aprofundamento da fé diante das novas questões levantadas pela ciência e pela prática pastoral, através da reflexão crítica, profunda e incentivadora do espírito de pesquisa, numa ótica holística e ecumênica na perspectiva da Revelação Cristã.

§ 2. O conteúdo formativo e curricular dos Cursos ministrados no ITEC é regido:

- I. Pelas Orientações do Magistério da Igreja;
- II. Pelas determinações do Direito Canônico (c 253, § 1-2);
- III. Pelas normas presentes neste Regimento;
- IV. Pelos Atos Normativos expedidos pela organização e administração interna.

§ 3. Assumindo os princípios da Comunhão e Participação, o processo formativo manter-se-á em permanente avaliação de seus conteúdos e metodologias, para atingir os objetivos propostos.

CAPÍTULO II: DOS CURSOS

Art. 3 – De acordo com suas finalidades, o ITEC ministra os seguintes Cursos:

- I. Graduação de Filosofia e de Teologia;
- II. Extensão e Atualização, abertos a candidatos(as) que satisfaçam os requisitos exigidos;
- III. Cursos de pós-graduação *latu-sensu*.
 - § 1. O Curso de Teologia terá 2.895 horas/aula, desenvolvidas em quatro anos ou oito semestres letivos.
 - § 2. O Curso de Filosofia terá 2.190 horas/aula, desenvolvidas em três anos ou seis semestres letivos.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I: DAS ESTRUTURAS INTERNAS

Art. 4 – O ITEC goza de autonomia em sua administração interna, mas está sujeito às normas estatutárias e regimentais da Mantenedora e aquelas que lhe procedem por via de convenio(s) que vier a celebrar com entidades educacionais congêneres ou outras instituições, compatíveis com a condição de ensino e formação teológicas.

A estrutura interna de funcionamento do ITEC se organiza em três instâncias responsáveis pelo desenvolvimento das suas funções educativas:

- I. Assembléia Geral
- II. Conselho Diretor
- III. Coordenação Pedagógica Geral

Art. 5 – À Assembléia Geral, ao Conselho Diretor e à Coordenação Pedagógica Geral aplicam-se as seguintes normas:

- I. As reuniões devem acontecer com a presença de, pelo menos, dois terços de seus membros;
- II. Haverá decisão somente com a maioria de votos dos presentes;
- III. Não será admitido voto por representação;
- IV. Serão consideradas as seguintes formas de votação: contraste, nominal e secreta.

CAPÍTULO II: DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 6 – A assembléia Geral é o órgão máximo de participação e integração de todos os seguimentos presentes na Comunidade Acadêmica do ITEC. Trata-se de um órgão de caráter consultivo. Dele participam:

- I. a Direção;
- II. as Coordenações de Curso;
- III. o Corpo Docente;
- IV. a Secretaria do ITEC;
- V. três representantes discente de cada período dos Cursos de Graduação existentes, eleitos pelos seus pares, com mandato de 1(um) ano;
- VI. a equipe de formação do Seminário Interdiocesano de Caruaru.

§ único: A Assembléia reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, poderá ser convocada pela Direção do ITEC, por iniciativa própria ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 7 – À Assembléia Geral, que tem por finalidade garantir o processo participativo de planejamento e de avaliação periódica do ITEC, compete:

- I. Avaliar o funcionamento geral do ITEC, dos seus Cursos e eventos que promove;
- II. Apreciar as sugestões dos(as) professores(as), dos(as) estudantes e demais membros da Comunidade Acadêmica;
- III. Apresentar sugestões no que diz respeito às linhas de pesquisa assumidas pelo ITEC e às alterações do Regimento Interno de Funcionamento.

CAPÍTULO III: DO CONSELHO DIRETOR

Art. 8 – O Conselho Diretor do ITEC é o órgão deliberativo composto:

- I. Pelo(a) Diretor(a), seu presidente;
- II. Pelo representante da Mantenedora;
- III. Pelo Diretor da FAFICA;
- IV. Pelo Reitor do Seminário Interdiocesano de Caruaru;
- V. Pelas Coordenações de Curso;
- VI. Pelo Tesoureiro;
- VII. Pela Secretaria;
- VIII. Por um representante do Corpo Docente;
- IX. Por um representante do Corpo Discente.

§ único: O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente duas vezes a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Direção do ITEC, por iniciativa própria ou por não menos de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 9 – Compete ao Conselho Diretor do ITEC:

- I. Aprovar a proposta de orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos orçamentários apresentados pelo(a) Diretor(a) do ITEC;
- II. Homologar a indicação de professor(a) para contratação ou demissão pela Mantenedora;
- III. Indicar à Mantenedora nome(s) para as Coordenações de Curso;
- IV. Implementar as deliberações da Assembléia Geral do ITEC;
- V. Aprovar e reformular o Regimento Interno de Funcionamento do ITEC;
- VI. Aprovar a prestação de contas;
- VII. Aprovar e homologar decisões que visem o bom funcionamento do ITEC e de seus Cursos;
- VIII. Eleger as prioridades anuais da Instituição;
- IX. Apreciar o relatório semestral de avaliação do ITEC.

CAPÍTULO IV: DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA GERAL

Art. 10 – A Coordenação Pedagógica Geral do ITEC é composta:

- I. Pelo(a) Diretor(a) do ITEC;
- II. Pelas Coordenações dos Cursos de graduação do ITEC.

Art. 11 – A Coordenação Pedagógica Geral se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, convocada pelo Diretor quando o motivo relevante a justificar.

Art. 12 – Compete à Coordenação Pedagógica Geral:

- I. Organizar o calendário acadêmico anual;
- II. Indicar candidatos à docência;
- III. Coordenar e supervisionar os planos e atividades dos Cursos;
- IV. Definir as linhas de pesquisa assumidas por cada Curso, para efeito de acompanhamento e produção monográfica;
- V. Avaliar os Planos de Ensino de cada disciplina;
- VI. Executar e/ou supervisionar o encaminhamento das sugestões da Assembléia Geral e das deliberações do Conselho Diretor;
- VII. Garantir o funcionamento hodierno do ITEC;
- VIII. Planejar, executar e avaliar a realização do Processo Seletivo e/ou de admissão de estudantes;
- IX. Coordenar a elaboração ou revisão do currículo pleno dos Cursos que promove;
- X. Programar a realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização que venham a ser promovidos pelo ITEC;
- XI. Decidir sobre os recursos de estudantes, referentes a assuntos acadêmicos;
- XII. Indicar comissões responsáveis por eventos e promoções especiais que venham a ser promovidos pelo ITEC.
- XIII. Deliberar sobre os pedidos de transferência e aproveitamento de estudos, ouvindo a Coordenação do Curso em questão;

- XIV. Organizar as reuniões ordinárias e extraordinárias de professores(as) e a Assembléia Geral do ITEC.
- XV. Zelar pela manutenção e atualização do acervo da Biblioteca “Dom Antônio Soares Costa” do ITEC.

CAPÍTULO V: DA PRESIDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ENSINO E CULTURA DE CARUARU

Art. 13 – O ITEC com todos os seus órgãos colegiais ou pessoais dependem juridicamente da Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, cujo presidente é o Bispo Diocesano de Caruaru.

Art. 14 – Compete ao presidente, em relação ao ITEC:

- I. Representar o ITEC junto à Sé Apostólica e ao Ministério da Educação;
- II. Zelar pela ortodoxia da fé e observância deste Regimento;
- III. Nomear o diretor;
- IV. Homologar os contratos de trabalho dos corpos Docente e Técnico-administrativo do ITEC;

CAPÍTULO VI: DA DIREÇÃO

Art. 15 – O(a) Diretor(a) do ITEC será nomeado(a) pelo Presidente da Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, que o escolherá dentre os membros do corpo docente do Instituto, para mandato de quatro anos. Passado esse tempo, poderá ser reconduzido por outros quadriênios.

Art. 16 – Compete à Direção do ITEC:

- I. Convocar e presidir as Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho Diretor;
- II. Coordenar as reuniões da Coordenação Pedagógica Geral;
- III. Responder pelo ITEC diante dos órgãos competentes, nos âmbitos diocesano e educacional;
- IV. Apresentar ao Conselho Diretor a proposta de orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos orçamentários do ITEC;
- V. Apresentar ao Conselho Diretor a proposta de composição dos Corpos Docente e Discente de seus vários Cursos para cada semestre letivo;
- VI. Resguardar o espaço de acolhida e de escuta fraterna dos diversos membros que compõem a Comunidade Acadêmica do ITEC, em suas sugestões, anseios, críticas e reivindicações;
- VII. Representar o ITEC nos projetos de parceria com Instituições governamentais e não-governamentais.

CAPÍTULO VII: DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 17 – A Coordenação de Curso será nomeada pelo Presidente da Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho Diretor.

§ único: A coordenação de curso terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por outros iguais períodos.

Art. 18 – São atribuições da Coordenação de Curso:

- I. Planejar e acompanhar a execução das atividades acadêmicas que lhe competem;
- II. Convocar e presidir as reuniões do Corpo Docente do Curso;
- III. Acompanhar a assiduidade dos(as) professores(as) e estudantes aos empenhos acadêmicos cotidianos;
- IV. Apresentar, anualmente, ao Conselho Diretor relatório das atividades acadêmicas desenvolvidas;
- V. Sugerir a contratação ou dispensa de pessoal docente;
- VI. Acompanhar e avaliar a execução curricular;
- VII. Exercer a coordenação da matrícula no âmbito do Curso em articulação com a Secretaria;
- VIII. Encaminhar à Coordenação Pedagógica Geral proposta de alteração da estrutura curricular do Curso;
- IX. Propor à Coordenação Pedagógica Geral alterações nos programas das disciplinas do Curso e outras atividades coerentes com os objetivos do Curso, em sintonia com os da Instituição;
- X. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas neste Regimento.

CAPÍTULO VIII: DA SECRETARIA

Art. 19 – Compete à Secretaria do ITEC:

- I. o registro da documentação dos(as) estudantes;
- II. a organização dos arquivos da Instituição;
- III. a responsabilidade pela preservação dos documentos da Instituição;
- IV. a organização dos diários de classe e demais serviços necessários ao funcionamento do ITEC;
- V. a participação nas reuniões de Coordenação quando solicitada;
- VI. a elaboração e leitura das atas da Assembléia Geral e das reuniões do Conselho Diretor.

CAPÍTULO IX: DA TESOURARIA

Art. 20 – Compete à Tesouraria a responsabilidade pelas atividades contábeis e econômico-financeiras do ITEC, conforme orientações do Conselho Diretor.

TÍTULO III

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I: DO CORPO DOCENTE

Art. 21 – A admissão de professor(a) considerará os seguintes critérios:

- I. Idoneidade moral e bom relacionamento humano;
- II. Titulação mínima de especialista numa das áreas do Curso;
- III. Competência didático-pedagógica mínima necessária ao exercício da docência.

Art. 22 – São direitos do(a) professor(a):

- I. Participar das Assembléias Gerais, das reuniões pedagógicas gerais e das reuniões específicas do Curso em que atua, dos diversos eventos promovidos pela Instituição e dos fóruns e comissões para os quais seja indicado;
- II. Votar e ser votado para representante dos seus pares no Conselho Diretor.

Art. 23 – São atribuições dos(as) professores(as) do ITEC:

- I. Elaborar plano de ensino de cada disciplina que leciona, submetendo-o à aprovação da Coordenação Pedagógica no início de cada semestre letivo;
- II. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento dos estudos e julgar os resultados apresentados pelos(as) estudantes;
- III. Apresentar na Secretaria do ITEC os resultados da avaliação dos(as) estudantes, conforme as normas regimentais e nos prazos estabelecidos;
- IV. Observar o regime de aprovação e reprovação do ITEC;
- V. Acatar o regime escolar disciplinar do Instituto;
- VI. Orientar, coordenar e ministrar o ensino da disciplina que leciona criativa e participativamente, estimulando o comprometimento maduro e responsável dos(as) estudantes, especialmente o investimento na pesquisa;
- VII. Cumprir integralmente o programa e carga horária da disciplina que leciona, com frequência obrigatória;
- VIII. Empenhar-se no estudo e na atualização, para o bom desempenho das atividades docentes, conforme os objetivos do Instituto;
- IX. Exercer as demais atribuições que lhes forem previstas neste Regimento.

CAPÍTULO II: DO CORPO DISCENTE

Art. 24 – Constituem o Corpo Discente do ITEC os(as) estudantes regulares, especiais e ouvintes.

§ 1. Serão considerados regulares aqueles(as) estudantes matriculados em todas as disciplinas do Curso e cumpre todas as obrigações escolares.

§ 2. Estudantes especiais são aqueles(as) que se matriculam em uma ou mais disciplinas do seu interesse, cumpre todas as obrigações escolares, recebendo certificado das disciplinas em que for aprovado. O aluno especial só é admitido em caráter excepcional, se houver vaga e após análise do caso pela Coordenação Pedagógica Geral.

§ 3. Ouvintes são os(as) estudantes que se inscrevem em uma ou mais disciplinas de seu interesse, sem obrigação de controle de frequência, provas e exames, não tendo direito a certificado ou título acadêmico de qualquer ordem. Esses(as) estudantes só serão admitidos em caráter excepcional, se houver vaga e após o seu caso ser examinado pela Coordenação Pedagógica Geral.

Art. 25 – São direitos e deveres do Corpo Discente:

- I. Atender aos requisitos para a matrícula, conforme as Normas Regimentais do ITEC;
- II. Frequentar as aulas e demais atividades curriculares, empenhando a máxima diligência no seu aprofundamento;
- III. Votar e ser votado, na forma desse Regimento, para representação discente nas instâncias organizacionais do ITEC que prescrevem participação estudantil;
- IV. Articular-se politicamente no seu órgão de representação estudantil, que se estrutura sob a forma de Diretório Acadêmico, regido por Regimento próprio;
- V. Observar o regime escolar e disciplinar e comportar-se, dentro e fora do Instituto, de acordo com princípios éticos condizentes;
- VI. Zelar pelo patrimônio do Instituto de Teologia de Caruaru;
- VII. Utilizar-se dos serviços oferecidos pelo ITEC, acatando suas regras e orientações;
- VIII. Apresentar recursos referentes a assuntos acadêmicos nas instâncias competentes do ITEC;
- IX. Participar de comissões para as quais seja eleito(a) ou convidado(a).

CAPÍTULO III : DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 26 – O Corpo Técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento do ITEC.

§ único: O ITEC zelará pela manutenção de padrões objetivos de recrutamento e por condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional.

TÍTULO IV DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I : DO ANO LETIVO

Art. 27 – O Ano Letivo, independente do ano civil, subdivide-se em dois semestres letivos regulares, cada um com o mínimo de dias letivos necessários para o pleno cumprimento da carga horária das diversas disciplinas dos seus vários Cursos, bem como das várias atividades acadêmicas regulares da Instituição.

§ 1. O período letivo prolongar-se-á sempre que se fizer necessário para o pleno cumprimento das atividades escolares previstas em calendário.

§ 2. Entre os períodos letivos regulares poderão ser executados programas de ensino não curriculares e de pesquisa, especialmente no que diz respeito às exigências de orientação e elaboração de monografia de final de Curso.

Art. 28 – As atividades do Instituto de Teologia de Caruaru, a serem desenvolvidas ao longo do Ano Letivo, são planejadas anualmente e elencadas num calendário geral, publicado no início de cada ano.

CAPÍTULO II : DO PROCESSO SELETIVO

Art. 29 – O processo seletivo promovido pelo ITEC visa avaliar o nível de capacitação intelectual dos candidatos e os classifica dentro dos limites de vagas oferecidas.

§ 1. O ITEC oferece cinquenta vagas anuais para as suas graduações.

§ 2. O processo seletivo é confiado à Coordenação Pedagógica Geral que, por sua vez, convoca uma comissão responsável pela elaboração e correção das provas.

Art. 30 – Em relação à admissão de leigos(as) e/ou membros de outras Igrejas diretamente na Teologia, caberá à Coordenação Pedagógica Geral proceder à

seleção com critérios claros e públicos, entre os quais devem configurar as seguintes exigências:

- I. graduação concluída em Filosofia ou na área de Ciências Humanas;
- II. carta de recomendação da referida Igreja e/ou autoridade eclesiástica responsável pela área ou setor pastoral de atuação do candidato;
- III. carta pessoal com relato das intenções do(a) candidato(a) em relação ao estudo da Teologia no ITEC;
- IV. entrevista com o(a) coordenador(a) do Curso de Teologia.

CAPÍTULO III : DA MATRÍCULA

Art. 31 – A matrícula, ato formal de ingresso no Curso, realiza-se na Secretaria do ITEC, em prazos estabelecidos no calendário escolar. O(a) candidato(a), no ato da matrícula, deverá apresentar a seguinte documentação:

- I. Certificado ou diploma de curso do Ensino Médio ou equivalente;
- II. Comprovante de pagamento ou isenção da taxa de matrícula;
- III. Comprovante de Alistamento Militar, para candidatos do sexo masculino;
- IV. Cópias de Registro Geral (Identidade), CIC (Cadastro Geral de Contribuinte), Título de Eleitor e duas fotografias 3x4.

§ único: No caso de diplomado em Curso de graduação é exigido apresentação do diploma, devidamente registrado em substituição ao documento previsto no item I.

Art. 32 – A matrícula é feita por período letivo, admitindo-se a dependência em até três disciplinas, observada a compatibilidade de horários.

Art. 33 – A matrícula é renovada em cada período, em prazos estabelecidos no Calendário Escolar. A não renovação da mesma configura abandono de curso e a conseqüente desvinculação do(a) estudante.

§ único: É concedido ao(à) estudante trancar matrícula, mediante requerimento apresentado à Secretaria do ITEC, para efeito de permanecer vinculado ao Instituto e poder renovar a sua matrícula, considerado o período de no máximo dois anos.

CAPÍTULO IV : DA TRANSFERÊNCIA E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 34 – É concedida matrícula a estudante transferido(a) de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes e requerida nos prazos fixados.

§ único: O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação constante no Art. 31, além do histórico escolar do curso de

origem, programas e cargas horárias das disciplinas cursadas com aprovação.

Art. 35 – O(a) estudante transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem. Essas adaptações são determinadas e concedidas pela Coordenação Pedagógica Geral, ouvida a Coordenação de Curso.

§ 1. As disciplinas do currículo do Curso de origem poderão ser aproveitadas em substituição a outras congêneres do ITEC quando não inferior a 75% da carga horária correspondentes aos programas ou, a critério da Coordenação Pedagógica Geral, equivalentes aos conteúdos formativos.

§ 2. Para integralização do Curso, exige-se carga horária não inferior à prevista no ITEC.

CAPÍTULO V : DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 36 – A avaliação do desempenho escolar de cada aluno(a) será feita por disciplina, incidindo sobre a frequência obrigatória às aulas e pela eficiência avaliada pelo(a) professor(a).

§ único: Requer-se que o(a) aluno(a) tenha, no mínimo, 75% de frequência em cada disciplina. A verificação e registro é de responsabilidade do(a) professor(a).

Art. 37 – A verificação do processo ensino-aprendizagem constará de pelo menos duas avaliações em cada semestre letivo, sendo a segunda obrigatoriamente escrita, e a média para aprovação no período regular é 7,0 (sete).

§ 1. A primeira nota resultará de um processo de avaliação continuada a ser desenvolvido com atividades variadas ao longo da primeira metade de cada semestre letivo. Esta nota deverá ser comunicada à Secretaria do ITEC no prazo máximo previsto em Calendário.

§ 2. A segunda nota consistirá em avaliação a ser realizada em semana regular de provas, em data prevista em Calendário.

Art. 38 – É facultado ao(à) aluno(a) o direito a recuperação, que se dará mediante prova escrita que contemplará os principais conteúdos desenvolvidos ao longo do semestre letivo.

§ 1. Esta prova será facultada ao(à) estudante que, não obtendo a média prevista, tenha o mínimo de 75% de frequência e uma média semestral não inferior a 3,0 (três).

§ 2. A nota de recuperação resultará de um cálculo de média ponderada que considera a Média Semestral (MS) com peso três e a nota da prova de recuperação (PR) com peso dois ($MS \times 3 + PR \times 2$ dividido por 5), sendo esta não inferior a 5,0 (cinco) para efeito de aprovação.

Art. 39 – Ao(à) estudante que não se apresentar para as provas regulares no final do semestre (2ª nota) ou para as provas de recuperação, por motivo justo, será oportunizada uma segunda chamada.

Art. 40 – Será considerado(a) reprovado(a) o(a) estudante que não atender aos seguintes requisitos:

- I. a frequência de, no mínimo, 75% às aulas;
- II. a média semestral mínima de 3,0 (três);
- III. a média de recuperação mínima de 5,0 (cinco).

§ único: É direito do(a) estudante que não estiver satisfeito com a nota obtida em alguma disciplina, solicitar, junto à Coordenação Pedagógica, a revisão de sua prova escrita. Esse pedido deve ser feito em até cinco dias após a publicação da nota. A revisão da prova será feita pelo(a) professor(a) da disciplina e pelo Coordenador(a) do Curso ou alguém por ele delegado(a).

Art. 41 – Fica estabelecido também que o(a) estudante dos Cursos de Filosofia e de Teologia só receberão o certificado de conclusão de Curso mediante a entrega, nos prazos previamente publicados, de trabalho monográfico, dentro de uma das linhas de pesquisa do Curso em questão, devidamente aprovado.

CAPÍTULO VI: DO DESLIGAMENTO DO CURSO

Art. 42 – Será desligado(a) do ITEC o(a) estudante que tenha comprovada a impossibilidade de satisfazer os requisitos do Curso de Filosofia ou de Teologia. Os casos que podem levar o(a) estudante ao jubramento são:

- I. Consecutivas reprovações numa mesma disciplina;
- II. Abandono do Curso.

CAPÍTULO V : DO REGIME ESPECIAL

Art. 43 – O regime especial se configura como uma concessão que permite ao(à) estudante cursar uma disciplina visando resolver uma situação de pendência imediata que esteja dificultando a conclusão do Curso ou o prosseguimento regular do mesmo.

Art. 44 – O regime especial compreende as seguintes situações especiais:

- I. Cumprimento de 1/3 da carga horária da disciplina sob a forma de acompanhamento pessoal ao(à) estudante pelo(a) professor(a);
- II. Realização de trabalhos e de estudos indicados pelo(a) professor(a), planejados a partir do programa da disciplina;
- III. Realização de avaliação conclusiva que possa corresponder à avaliação semestral.

§ único: Ao se responsabilizar pelo regime especial de uma disciplina, o professor deverá apresentar à Secretaria um programa de acompanhamento ao(à) estudante, com calendário dos encontros e das avaliações.

Art. 45 – A concessão de regime especial se dará a partir das necessidades do(a) estudante, após análise feita pela Coordenação de Curso.

§ único: As despesas do regime especial deverão ser assumidas pelo(a) estudante ou responsável, de acordo com as normas da Direção Administrativa.

TÍTULO V DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I: DO REGIMENTO DISCIPLINAR EM GERAL

Art. 46 – Todos os que compõem a Comunidade Acadêmica do ITEC assumem compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem o Instituto de Teologia de Caruaru, às normas contidas neste Regimento e complementarmente baixadas pelas instâncias competentes e autoridades que dele emanam.

Art. 47 - Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desacatamento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§ 1. Na aplicação das sanções disciplinares será considerada a gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- I. primariedade do infrator;
- II. dolo ou culpa;
- III. valor do bem moral, cultural ou material atingido;
- IV. grau de autoridade ofendida.

§ 2. Ao acusado será sempre assegurado o direito de defesa.

§ 3. A aplicação a estudante ou a docente de penalidade que implique em afastamento, temporário ou definitivo das atividades acadêmicas será precedida de análise criteriosa comandada pelo(a) Diretor(a), compartilhada com os membros do Conselho Diretor.

§ 4. Em caso de dano material ao patrimônio do Instituto de Teologia de Caruaru, além da sanção disciplinar aplicável, o(a) infrator(a) estará obrigado(a) ao ressarcimento.

§ 5. Será considerada falta grave o desacato à fé e aos costumes católicos.

CAPÍTULO II: DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Art. 48 – Os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I. advertência, oral e sigilosa, por desobediência às normas regimentais e às determinações institucionais;
- II. repreensão, por escrito, por reincidência nas faltas previstas no item I;
- III. suspensão, com perda de vencimento, por:
 - a) reincidência nas faltas previstas no item II;
 - b) não cumprimento, sem motivo justo, do programa da carga horária de disciplina a seu cargo;
- IV. dispensa, por reincidência na falta prevista na alínea “b” do item III, configurando-se esta como abandono de emprego, na forma da lei.

§ 1º São competentes para aplicação das penalidades:

- a) de advertência, repreensão e suspensão, o(a) Diretor(a);
- b) de dispensa, a Mantenedora, por proposta do(a) Diretor(a), assegurado antes de seu encaminhamento, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Da aplicação das penas de repreensão e suspensão, bem como da proposta de dispensa, cabe recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Diretor.

CAPÍTULO III: DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Art. 49 – Os(as) estudantes estão sujeitos(as) às seguintes penalidades disciplinares:

- I. advertência verbal, por: comportamento inadequado nas salas de aula e dependências do Instituto de Teologia de Caruaru;
- II. repreensão por reincidência na falta prevista no item I e por falta grave de natureza moral;
- III. suspensão por reincidência nas faltas previstas no item II e por desrespeito a professores(as) e à Direção do Instituto de Teologia de Caruaru;
- IV. desligamento por desacato e desobediência às normas regimentais e disciplinares e por problemas graves de desajustamento social.

§ 1. São competentes para aplicação das penalidades:

- I. de advertência: o(a) Coordenador(a) de curso e o(a) Diretor(a);
- II. de repreensão, suspensão e desligamento: o(a) Diretor(a).

§ 2. Da aplicação das penalidades de advertência, repreensão e suspensão cabe recurso diretamente à Coordenação Pedagógica Geral.

Art. 50 – O registro da penalidade será feito em documento próprio, não constando do histórico escolar do(a) estudante.

§ único: Será cancelado o registro das penalidades de advertência e de repreensão, se no prazo de um ano de sua aplicação, o(a) estudante não incorrer na reincidência.

CAPÍTULO IV: DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 51 – Aos membros do corpo técnico-administrativo, aplicam-se as penalidades previstas pela Legislação Trabalhista.

§ único: A aplicação das penalidades é de competência do(a) Diretor(a), ressalvada a de dispensa ou rescisão de contrato, de competência da Mantenedora, por proposta do(a) Diretor(a).

TÍTULO VI DA MANUTENÇÃO

Art. 52 – O ITEC será mantido pela Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru; pelas dioceses que mantiverem seus alunos (seminaristas) neste Instituto; pelas anuidades dos leigos (as), religiosos (as) que nele estudem; pelos donativos da Associação da Obra das Vocações Sacerdotais da Diocese de Caruaru; pelas ajudas de instituições nacionais e internacionais. Cabe à Mantenedora a administração da condução do ITEC no que diz respeito ao seu funcionamento geral, aos bens patrimoniais, ao corpo docente e técnico-administrativo e aos demais cargos administrativos.

§ único: O ITEC poderá, quando autorizado pelo presidente da Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, encaminhar pedido de ajuda junto a instituições nacionais e internacionais.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 – Estas determinações, aprovadas no Conselho Diretor, poderão ser modificadas por sugestão da Assembléia Geral, resguardado o poder de veto da Mantenedora.

§ único: Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Diretor do ITEC.

Art. 54 – O presente Regimento entra em vigor a partir de sua publicação, após ser confirmado pelo Bispo Diocesano de Caruaru, presidente da Mantenedora.

Caruaru, junho de 2005.

➤ Ano 63 – 17 a 23 de Dezembro de 1994 – Nº 6.324.p.4.

4 **Vanguarda** CARUARU, 17 a 23 de dezembro de 1994

Um ano com Dom Costa na Diocese de Caruaru

O bispo diocesano, Dom Antonio Costa, comemora o primeiro ano na diocese de Caruaru na próxima segunda-feira, 19. Será um dia de muita festa para os religiosos, mas Dom Costa faz questão de ressaltar que a comemoração não é para homenagear o bispo e sim, para celebrar o fortalecimento da diocese como comunidade, onde religiosos e agentes pastorais leigos assumem com o bispo uma nova forma de encarar a atividade pastoral.

Dom Costa lembra que, há um ano atrás, chegava à nossa cidade cheio de esperanças na nova seara, mas carecendo ainda de uma maior identificação com os problemas da diocese. Uma diocese de importância fundamental para a região e que virava de 34 anos de pastoreio do bispo Dom Augusto de Carvalho. Sobre ele, Dom Costa afirma ser "impossível escrever a história de nossa diocese, sem destacar o nome deste bispo que a ela dedicou sua juventude episcopal".

ESTREITANDO LAÇOS

A preocupação deste primeiro ano, diz Dom Costa, foi conhecer a realidade e as condições da comunidade. Ainda que muitas semanas fossem de viagens pelo longo



Na festa de sua posse, Dom Costa é acolhido com alegria pelos caruaruenses

ção de um Instituto de Teologia, aberto aos leigos. Também a introdução de mais dois cursos na Fajica, e um curso propedéutico, para primeiros estudos religiosos.

CONHECENDO AS REAIS NECESSIDADES

A preocupação da Igreja com o social não se limita às causas mais amplas, mas está centrada na prática diária. Por isso, o bispo Dom Costa estará reunindo os deputados federais e estaduais, eleitos por Caruaru, além do vice-governador, para uma "conversa franca" no próximo dia 21.

O objetivo é promover um diálogo, abrir um canal entre a Igreja e os representantes políticos da região. Dom Costa pretende esclarecê-los sobre o interesse da diocese nas questões vitais que afligem a comunidade, como abastecimento d'água, saúde, educação e a dignidade humana.

Outro campo em que a diocese abriu espaço foi na área de comunicação. Não só um programa de rádio, mas agora, uma coluna semanal no Vanguarda, assinada por Dom Costa, além do Boletim periódico da diocese, mantêm o contato permanente do pastor com a comunidade.

Defesa dos Direitos Humanos

Para o próximo ano, Dom Costa vê com muita esperança a continuação e o crescimento dos trabalhos iniciados em 94. A construção de um Centro Diocesano, o fortalecimento dos Conselhos Pastorais e a intensificação do programa de Visitas Pastorais a toda a diocese, como forma de abrir novas comunidades religiosas. Como desafios, a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e uma Rádio Diocesana, que deverá se prestar a evangelização.

"O FUTURO É TAREFA COLETIVA"

Num balanço desse primeiro ano, Dom Costa está satisfeito: "Agradeço a Deus por ter-me enviado para servir aqui. Eu costumo dizer que fui premiado com essa nomeação". Seu agradecimento vai também para os religiosos que compreenderam a sua proposta e não mediram esforços para realizar um trabalho conjunto.

"Minha alegria maior pela acolhida que recebi na diocese. Um acolhimento gratificante, estimulante, que reforça em cada um a certeza de que somos todos instrumentos de Deus". projetos de Dom Costa arrojados, e todos voltados para aplicação dos limites da diocese. Ele afirma que os caminhos abertos agora são fecundos, mas exigem muito trabalho para crescerem plenamente. Por isso, o nosso bispo faz um apelo pela vida e pela paz: "O futuro é tarefa coletiva e necessita da co-responsabilidade de todos nessa caminhada".

Celebração

Para celebrar esse momento tão significativo para Caruaru, muitas atividades estão sendo preparadas. No dia 19, segunda-feira, a partir das 7h da manhã, o bispo estará se encontrando com representantes do clero na Academia Caruaruense de

Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

Vanguarda 19



Falando ao Povo de Deus

RELIGIOSIDADE POPULAR Dom Costa

Na medida em que vou caminhando com o povo de Deus deste agreste pernambucano, vou descobrindo valores e contravalores, grandezas e fraquezas de sua vida cultural, social, econômica, política e religiosa.

E peço sempre a Deus que abra o meu coração e a minha visão, para compreender, cada vez mais, e acompanhar com atitudes pastorais, as maneiras de sentir e de viver do povo que me foi confiado.

Quero enfatizar hoje um aspecto importante da vida do povo, que é a sua religiosidade.

Não se pode pensar pastoral ou fazer pastoral na Igreja de hoje, sem levar em conta a religiosidade popular ou piedade popular. E podemos dizer que ela não é só objeto de evangelização, mas também enquanto contém a Palavra de Deus encarnada, é uma forma ativa com que o povo se evangeliza a si próprio.

Talvez seja oportuno começar definindo o que seja religião do povo, religiosidade popular ou piedade popular. Na visão dos teólogos e pastoralistas, é o conjunto de crenças profundas, marcas por Deus, de atitudes básicas que brotam dessas convicções e as expressões que as manifestam.

É isto que tenho visto com os meus olhos ao participar das festas de padroeiros ou dos grandes eventos religiosos na área pastoral da Diocese de Caruaru: a festa de Nossa Senhora das Dores, de Santa Luzia, no Morro do Bom Jesus, as festas de Nossa Senhora, os festejos de São Sebastião em número muito significativo a festa de São Miguel, em Santa Cruz do Capibaribe e a grande festa de Santo Amaro, em Taquaritinga do Norte, no dia 15 de janeiro. Mas vale também salientar que a tradicional festa junina de Caruaru, com a sua forte dimensão folclórica, no fundo tem um cunho religioso em torno da figura de São João Batista.

Mas, vamos a raiz da religiosidade popular. Nos documentos da Igreja, encontramos a sua fundamentação e os meios pedagógicos para descobrirmos nela os seus valores pastorais.

Para Santo Domingo, a religiosidade popular é “uma expressão privilegiada da inculturação da fé. Não se trata só de expressões religiosas, mas de valores, critérios, condutas e atitudes que nascem do dogma católico e constituem a sabedoria do povo, formando-lhe a matriz cultural”.

Esta sabedoria do povo, diz o Papa, tem uma capacidade de síntese muito grande: engloba o divino e o humano, Cristo e Maria, espírito e corpo, comunhão e instituição, pessoas e comunidade, fé e pátria, inteligência e afeto. É um verdadeiro humanismo cristão que afirma a dignidade de toda pessoa humana como filho de Deus, estabelece uma fraternidade fundamental e cria um clima novo de vida.

Paulo VI, na sua famosa Exortação Apostólica (EN 48), nos falava de uma religião do povo vivida, de preferência, pelos “pobres e simples”, mas que abrangia todos os setores sociais e, às vezes, chega a ser um dos poucos vínculos que reúne os homens em nações politicamente divididas. É uma unidade na diversidade dos grupos sociais étnicos e, mesmo, de gerações.

Mas, como acontece com a Igreja, a religião do povo deve ser evangelizada, de novo. Celebramos, há pouco, os 500 anos de evangelização da América Latina e continuamos a nos perguntar: somos um povo evangelizado? Uma coisa é certa: o catolicismo popular precisa ser assumido, purificado, completado e dinamizado pelo Evangelho. O que está faltando é uma “pedagogia do Evangelho” a ser vivenciada pelos nossos agentes pastorais.

Vamos pedir a Deus a graça de uma verdadeira conversão ao Evangelho, para que possamos abrir o coração e a mente às grandes exigências de uma evangelização que respeite e valorize as “sementes do Verbo” na vida do nosso povo.

Dom Costa é Bispo Diocesano

Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

Vanguarda **21**

Falando ao povo de Deus

Quaresma e Campanha da Fraternidade

Com a quarta-feira de cinzas, abriu-se um tempo novo na Igreja. É a Quaresma que vai até a manhã da quinta-feira santa.

Sabemos que o mais importante da Quaresma é a Páscoa. O protagonista é o Cristo que sobe à Jerusalém, percorre o caminho da Cruz e passa através da morte, à nova vida que o pai lhe dá por seu Espírito. É essa a experiência pascal que, cada ano, a comunidade cristã revive.

Esta é a verdadeira espiritualidade do tempo quaresmal: que é assumir a penitência como caminho pessoal e comunitário de libertação pascal.

No Brasil, há mais de 30 anos, se realiza durante a Quaresma, a Campanha da Fraternidade, que, este ano, vai abordar o grave problema da exclusão social. Fraternidade e os excluídos.

Este tema é focalizado também pelo Papa na sua mensagem da Quaresma deste ano, quando aborda a questão do analfabetismo: "Tremendo mal que priva um grande número de pobres de muitas possibilidades de progresso, de vitória sobre a marginalização e de verdadeira libertação". E acrescenta: "Esta terrível praga contribui para manter imensas multidões na condição de subdesenvolvimento, com tudo o que leva consigo de miséria escandalosa".

Esta palavra corajosa de João Paulo II nos chama a atenção para o problema da exclusão social e, ao mesmo tempo, lança uma luz sobre esta realidade, que é um desafio a ação pastoral da Igreja.

E agora, nos perguntamos: de que modo, o apelo da CF-95 vai estar presente nas preocupações de cada pessoa e na vida da comunidade? Como vai influir na vida profissional e no trabalho que cada um desempenha na área econômica, social, política, educacional e religiosa?

E ainda: como fazer da Quaresma uma experiência profunda de vivência cristã a partir do excluído, sendo uma presença junto a ele e com ele caminhar na busca de sua verdadeira libertação?

Como promover a participação efetiva dos próprios excluídos nas celebrações, nas orações, na liturgia, nas vias sacras e nos grandes momentos de reconciliação e de penitência?

Somos chamados, como tarefa quaresmal, a descobrir o rosto transfigurado de Cristo (Eras Tu, Senhor?!), nos rostos desfigurados dos irmãos e irmãs excluídos.

Ele se transfigura em múltiplos rostos e se identifica com as feições sofridas de todos quantos padecem na terra, como os idosos, encarcerados, meninos de rua, prostituídos, doentes, portadores do vírus HIV, deficientes, alcoolizados, drogados, desempregados etc.

A Campanha da Fraternidade nos pede um gesto concreto junto a esses irmãos, que são tão numerosos. E a Diocese de Caruaru vai olhar, nesta campanha, com muito amor, os rostos dos meninos de rua, para ajudá-los a passar de rostos desfigurados a rostos transfigurados pela força da Páscoa de Cristo, que começa na Quaresma.

E agora, é a nossa convocação. A Campanha da Fraternidade tem a sua abertura, nesta tarde, em nossa Diocese. Vamos somar forças e nos debruçar, com coragem, sobre os excluídos. Não tenhamos medo deles. Vamos ser irmãos antes que eles nos considerem seus juizes. É como gesto concreto da nossa campanha, vamos olhar os rostos dos meninos de rua. A casa OÁSIS, inaugurada na tarde do dia 21 de fevereiro, abriu um caminho novo de libertação para as crianças de rua.

Este é um programa de Quaresma para a nossa Diocese. Estender a mão aos excluídos e neles fazer um ato de fé: "ERAS TÚ, SENHOR?!".



Dom Costa

Dom Costa é bispo diocesano

Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

Vanguarda **21**

Falando ao povo de Deus

PRESENÇA DA IGREJA NA CIDADE

A Diocese de Caruaru participou, na semana passada, no Recife, da XXIX Assembléia Pastoral do Regional Nordeste II, que teve como tema: "Presença da Igreja na Cidade – Sujeitos Emergentes e Inculcatura da Fé". Sobre o mesmo assunto, participamos, em janeiro deste ano, na cidade de Campina Grande, de um seminário, que teve como assessor o teólogo jesuíta, Padre João Batista Libânio.

A Pastoral da Cidade, ou melhor dizendo, a Pastoral Urbana, é um desafio para a Igreja de hoje. Para nós é uma prioridade. E são muitas as razões.

O Brasil está marcado também por uma rápida transição da cultura rural para a cultura urbana. A população urbana, que não atingia 35% do total, em 1950, está hoje com mais de 70%. Além desse fenômeno global de migração do campo para a cidade, envolvendo boa parte da população brasileira, há um fluxo migratório constante.

A grande cidade continua sendo um sonho para muitos. Pensam que lá encontrarão tudo: trabalho, moradia, educação para os filhos, etc. E a decepção é total. A cidade dos sonhos passa a ser a cidade das decepções. E o mais grave é que não há lugar para eles na cidade. E ficam aí ao léu, sem chão, sem teto, desempregados, na mais triste promiscuidade. São os chamados "moradores de rua" que como migrantes, se perderam na grande cidade. E um dos rostos apontados pela CF-1995.

Mas, o problema não é somente este. O desafio maior é enfrentar a cidade, mergulhada na modernidade ou pós-modernidade, com seus valores e contra valores. Uma cidade moderna dominada pela razão instrumental, que lhe impõe seus grandes projetos, tornando-a desumana, com uma organização centralizadora, autoritária e burocratizada. Uma cidade que destrói o comunitário e modifica as relações das pessoas.

Neste contexto, a Igreja se sente também desafiada pelo gigantismo das obras, dos grandes projetos políticos, econômicos, sociais. Mas, tem consciência de que tem uma missão na construção pastoral da cidade.

Como tornar pública a presença da Igreja na cidade – esta é a questão fundamental, que se coloca aos seus pastores e agentes pastorais. Este é o grande desafio que é posto à consciência pastoral da Igreja de Caruaru.

Mas, quando a Igreja da América Latina, em Santo Domingo, assume o protagonismo dos leigos, como sua prioridade, um caminho novo se abre com grandes possibilidades e esperanças, desde que os leigos assumam o seu papel e a Igreja respeite a sua autonomia.

Para a Igreja de Caruaru, uma porta se abriu na assembléia pastoral do ano passado, quando se começou a esboçar uma pastoral urbana a partir do diálogo com o diferente, respeitando a identidade de cada um e acreditando nos pequenos grupos, como passo importante para a criação das pequenas comunidades.

Não temos dúvidas de que a Igreja já é uma presença na cidade. E há sinais disto. Mas, o que nós queremos é tornar esta presença pública e visível. A tarefa não é somente dos pastores. É também dos cristãos, dos cidadãos. Vamos aceitar o desafio de uma presença da Igreja que marque a vida e construa um porto novo de cidade.



Dom Costa

Dom Costa é bispo diocesano

Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

Vanguarda **21**

Falando ao povo de Deus

ANALFABETISMO: UMA DÍVIDA QUE É DE TODOS NÓS

A mensagem quaresmal do Papa João Paulo II para este ano de 1995, aborda, com muita coragem, o grave problema do analfabetismo, que segundo ele é "a terrível praga que contribui para manter imensas multidões na condição de subdesenvolvimento, com tudo o que leva consigo de miséria escandalosa".

No Brasil, o índice de analfabetismo é elevado, chegando a 20 milhões de brasileiros acima de 14 anos de idade. Os estudos feitos revelam que se considerarmos como pessoa alfabetizada somente aquela que concluiu as quatro primeiras séries do 1º grau, então, esse número alcançaria a casa dos 40 milhões.

E esses alarmantes números não serão superados ou mesmo reduzidos, enquanto o país não conseguir colocar todas as crianças na escola e oferecer-lhes uma educação de boa qualidade. O MEB e todas as organizações, religiosas ou não, que fazem alfabetização no Brasil, sabem muito bem disto. Todos estão empenhados na luta pela universalização da escola pública.

Entre os governantes brasileiros, crescem, cada vez mais, a preocupação e o discurso em favor da universalização da educação básica, sobretudo, de crianças e adolescentes, excluindo, desta forma, os jovens e adultos não alfabetizados. Tal preocupação fundamenta-se no entendimento de que, uma vez fechadas as "torneiras do analfabetismo", os jovens e adultos não alfabetizados são apenas um lado estatístico que desaparecerá à medida que forem morrendo.

Dados da ação do MEB apontam que 65% dos jovens e adultos que foram alfabetizados em 1993 e 1994, estão entre 15 e 40 anos de idade. Portanto, estão plenamente inclusos na faixa etária que constitui

a população economicamente ativa. Se para o país o problema hoje é apenas livrar-se das incômodas estatísticas, então é bom lembrar que os números do analfabetismo ainda vão persistir por algum tempo. Basta verificar que as taxas referentes à faixa etária entre 15 e 30 anos de idade, ainda permaneceriam, pelo menos, por trinta anos.

Para o MEB e para as outras organizações que fazem alfabetização, com toda certeza, o analfabetismo não é um simples dado estatístico, que precisa ser eliminado. Para nós, o analfabetismo é uma dívida social que dura séculos. É uma dívida que é de todos nós. Os não alfabetizados foram lesados por um modelo econômico perverso que os privou de ir à escola quando crianças, pelo descompromisso dos governantes para com os direitos do cidadão e pelo silêncio culposo da sociedade, que não se comove diante da exclusão de milhões de brasileiros do mundo da leitura e da escrita.

Diante de tudo isto, a palavra do Papa na sua Mensagem quaresmal é um grito, uma denúncia, uma convocação a levarmos adiante esta obra que para o Papa e para todos nós é "UM GRANDE SERVIÇO À HUMANIDADE".



Dom Costa

Dom Costa é bispo diocesano

Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

Vanguarda **25**

Falando ao Povo de Deus **Um Jovem de 65 Anos** **Dom Costa**

Em 1981, a família franciscana celebrou, no mundo inteiro, os 800 anos de Francisco de Assis. E eu me lembro que li na fachada de um velho convento franciscano, na Alemanha, a frase: "Francisco de Assis, jovem de 800 anos".

E hoje, ao completar 65 anos, com mais razão, posso dizer que sou jovem. A juventude sempre me falou muito forte. Entrei no seminário, adolescente, fui padre com menos de 25 anos, fui bispo aos 40 anos e comecei o meu pastoreio em Caruaru, com menos de 64 anos.

A juventude sempre me encantou e logo que me ordenei padre, fui trabalhar com os jovens da Ação Católica e foi a experiência mais rica da minha vida. Os jovens me ensinaram a viver, a ser padre e a acreditar sempre na juventude. Nos meus 10 anos de padre, fiz com eles uma avaliação da minha vida. E eu sempre dizia a eles: só trabalharei com jovens até o dia em que eu souber falar a linguagem deles e entender o seu mundo e respeitar as suas grandezas e as suas fraquezas.

Gosto da vida, sou um homem feliz, gosto de celebrar o aniversário, que é para mim muito mais uma tomada de consciência de que a vida é dom de Deus e dom para os meus irmãos e irmãs.

Há uma experiência, que espero fazê-la até morrer. É a experiência da partilha. Doar-me, consagrar a vida, partilhar com o irmão não tanto o que tenho (tenho tão pouco), mas, partilhar o que sou: minha grandeza e minha fraqueza, minhas virtudes e meus defeitos, a vida de Deus no provisório, na finitude, no frágil de minha vida.

Deus me deu a graça de fazer, aos 63 anos, uma nova e desafiadora experiência de vida: arrancar-me do meu chão, das minhas origens, das minhas raízes humanas, familiares, afetivas, eclesiais e pastorais e partir para uma nova terra que a mão de Deus me apontou. Esta nova terra é Caruaru. Vim porque acreditava que a vida não era minha, mas de Deus e do povo a quem me consagrei. Vida que podia habitar outras tendas e fecundar outro chão.

Hoje celebro os meus 65 anos, tendo ao meu lado os irmãos, gerados pelo mesmo sangue da mãe Lula e do pai Chiquinho, carregados que fomos, no seio da mãe Lula, de saudosa e eterna memória.

Mas, celebro os meus 65 anos, no meio e cercado do carinho da minha nova família, que assumi na fé e na graça da missão, no dia 19 de dezembro de 1993. Para esta família sou pastor, mas, com ela quero caminhar como irmão mais velho, que carrega, na vida e no coração, a eterna juventude de Deus. Hoje, quero cantar com o salmista o louvor do Deus que alegra a minha juventude de 65 anos.

Venha celebrar comigo a vida, esta vida que não é minha, é de Deus, é dos irmãos.

Dom Antônio Costa é Bispo Diocesano

VERSO & PROSA

Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

Vanguarda **25**

Falando ao Povo de Deus **VISITA AD LIMINA**

Dom Costa

Os Bispos da Comissão Episcopal do Ne. II, que abrange os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, estarão viajando, nesta semana, para a Visita Ad Limina, que se realizará em Roma, de quatro a 12 de julho.

Esta visita ao Santo Padre recebe, comumente, o nome de Visita Ad Limina (sobreentende-se Apostolorum). Durante a sua realização, os Bispos mantêm contato pessoal com os dicastérios da Cúria Romana e são recebidos, em grupo ou em audiência privada, pelo Papa.

Mais do que uma exigência jurídica (Cânones 399 a 400), a Visita Ad Limina constitui um momento significativo da unidade e catolicidade da Igreja. É o encontro dos Bispos, sucessores dos Apóstolos, com o sucessor de Pedro, cabeça visível de toda a Igreja e nela "princípio e fundamento perpétuo de unidade de fé e de comunhão" (cf. LG 18).

O Papa, na qualidade de Pastor supremo do "Rebanho do Senhor", por ocasião da visita, tem oportunidade de inteirar-se da situação concreta das Igrejas particulares e comungar com os seus Pastores, não são as preocupações, como também as alegrias do serviço ao povo de Deus.

Referindo-se à visita, o Papa declarou, mais de uma vez, ser ela "uma forte e incisiva experiência eclesial" E dá as razões:

1. Primeiro porque cada Bispo aqui vem não em nome próprio, portador de inquietações ou aspirações individuais, mas, carregando no coração e sobre os ombros, a Igreja que lhe foi confiada;

2. Segundo porque a Visita é um tempo favorável no qual cada Bispo leva a sua Igreja particular com sua fisionomia própria e sua riqueza espiritual a encontrar-se e a dialogar com outras Igrejas particulares, suas irmãs, em dimensão de Igreja universal.

Este é o espírito que me anima e as disposições que me motivam a realizar a primeira visita Ad Limina, como Bispo Diocesano.

No decorrer da visita e, especialmente, no encontro com o Santo Padre, terei muito presentes as intenções, os anseios, as esperanças da proção do povo de Deus que constitui a Igreja de Caruaru.

Por outro lado, quero recomendar orações especiais de toda família diocesana para a nossa Visita e para todos os passos que daremos a serviço da Diocese. Que Nossa Senhora das Dóres acompanhe nossos passos e ilumine o caminho dos Pastores da Igreja do Nordeste até os Sepulcros dos Apóstolos (Ad Limina Apostolorum).



Pesquisa realizada: 5 de Julho de 2018.

ATA DE INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DO INSTITUTO DE TEOLOGIA DE CARUARU – ITEC

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano dois mil e oito, na cidade de Caruaru-Pernambuco, às onze horas, foi realizada a cerimônia oficial de inauguração do atual prédio do Instituto de Teologia de Caruaru-ITEC, situado à Rua Garanhuns, nº 179, no bairro Petrópolis neste Município. Esta obra foi sonhada pelo saudoso pastor Dom Antônio Soares Costa, realizada com o ardoroso empenho de Dom Bernardino Marchió, atual Bispo desta Diocese, e inaugurada pelo Exmo. Núncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, representante do Papa Bento XVI, no Brasil. O Instituto de Teologia de Caruaru, enfrentando às exigências da sociedade contemporânea, tem como missão, escutar e aprofundar a Palavra de Deus, formando sacerdotes, religiosas e religiosas, leigas e leigas para o anúncio do Evangelho. Mas, a realização desta obra, hoje inaugurada, não teria sido realizada sem a contribuição generosa de benfeitores e amigos de nossa Diocese, bem como da preciosa colaboração de outras instituições eclesiais como: Adveniat, Kirche in Not (Alemanha), Conferência Episcopal Italiana (CEI) e Diocese de Saluzzo (Itália). Após as palavras de abertura do Bispo Diocesano Dom Bernardino Marchió, demonstrando sua profunda gratidão a Deus e a presença de todos por este significativo acontecimento, um marco histórico neste ano de celebração em que a Diocese completa os seus sessenta anos de caminhada eclesial, o Sr. Diretor do ITEC, Pe. Luís Carlos do Nascimento Silva, proferiu um breve discurso ressaltando a importância do ITEC e etapas de sua vida, ao longo desses treze anos de

fundação, em seis de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, convidando, em seguida, o Exmo. Sr. Núncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, para presidir oficialmente a inauguração. Este, expressando sua satisfação e louvor a Deus por este significativo evento, fez o descerramento da placa e corte simbólico da faixa, na porta principal do prédio, dando em seguida a benção, gesto acompanhado dos Srs. Bispos presentes, a este recinto que se propõe a ser e viver a realidade de “Casa e Escola de Comunhão”. Em seguida, todos os presentes foram convidados para conhecerem as dependências do novo prédio do Instituto de Teologia de Caruaru.

Caruaru, 24 de junho de 2008.

Dom Lorenzo Baldisseri

Núncio Apostólico-Representante do Papa Bento XVI no Brasil

Dom Bernardino Marchiό

Bispo Diocesano de Caruaru

Pe. Luίs Carlos do Nascimento Silva

Diretor do Instituto de Teologia de Caruaru-ITEC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Roteiro para as entrevistas:

- **Dados de identificação:**

Discente: Roberto Ribeiro da Silva

Orientador: Dr. Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes

Linha de Pesquisa: Educação, Estudos Sociohistóricos e Filosóficos.

Apresentação

Quando em nosso processo de formação adentramos o espaço do Instituto de Filosofia e Teologia de Caruaru - ITEC, criado em 1995 pelo Bispo Diocesano Dom Antônio Soares Costa, que fora transferido da Arquidiocese Natal-RN para a Diocese de Caruaru-PE em 19 de dezembro de 1993, encontramos como uma característica marcante nesse instituto um caráter progressista na forma do Ensino da Filosofia. Tal aspecto acabou conferindo à Filosofia de modo geral uma abordagem hermêutica a partir dos principais pensadores latino-americanos, marcadamente influenciados pelo encontro com a teologia da libertação, o que possibilitava uma análise de conjuntura da realidade a partir de um livre encontro com os conteúdos filosóficos, sem o acento doutrinal católico.

Identificação do entrevistado:

Nome:

Formação:

Tempo de serviço (ou estudo) no ITEC e atuação:

Questões:

1- Qual a sua percepção sobre o ITEC e o pioneirismo do ensino da Filosofia no agreste pernambucano?

2 – Na sua opinião Dom Antônio Soares Costa deixou transparecer como elemento definidor para imprimir na origem do denominado ITEC, uma metodologia sócio-educativa, como um aspecto formativo marcadamente voltado à educação popular como objetivo e finalidade?

3- Em nossas pesquisas encontramos a expressão: “compromisso social” como resultado da formação filosófica do ITEC, como se desenvolveu esse objetivo?

4 – Outros relatos relevantes de sua participação no ITEC?

IV Circular dos Bispos do Rio Grande do Norte Orientando os Fieis para as Eleições

Neste período que precede as eleições, a Igreja do Rio Grande do Norte, sob nossos cuidados pastorais, sente-se na obrigação de lembrar aos católicos e a todos os homens de boa vontade as suas graves responsabilidades na escolha de dirigentes dignos e capazes de procurar solução para os problemas do povo e de trabalhar pelo desenvolvimento de sua terra.

Verificamos, com alegria, o crescente desejo que anima a muitas, de profundas mudanças das estruturas sociais, inspirados na Doutrina Social da Igreja. Por outro lado, causa-nos preocupação constatar que o sistema de escolha dos candidatos e da procura de votos, ainda esteja viciado por atitudes que são verdadeiros atentados à dignidade da pessoa humana. Abusa-se da ignorância, da boa fé, da passividade dos eleitores para conseguir a sua preferência. Infelizmente, são comuns ainda, no período das eleições, as explorações (por meios desonestos) como a compra de votos, a troca de votos por empregos e benefícios ou ameaças de expulsão do trabalho, etc.

Apelamos para os dirigentes de partidos, no sentido de auscultarem a consciência popular antes de apresentar os candidatos que devem corresponder às aspirações legítimas do povo. Lembramos que a política deve estar a serviço do bem comum e nunca de interesses particulares de grupos econômicos ou familiares.

Reprovamos veementemente a influência de grupos econômicos e do próprio dinheiro na escolha dos candidatos e na aquisição de votos. Os que assim fazem são responsáveis diante de Deus pelas consequências nefastas que isto acarreta.

Deploramos os espetáculos deprimentes de ataques pessoais por ocasião de comícios, desvirtuando o caráter cívico destas reuniões populares, transformando-as em demonstrações anti-democráticas, em desrespeito à pessoa humana e em falta de amor ao próximo. O comício é ocasião em que se deve falar ao povo sobre o plano de trabalho que o candidato pretende realizar e de prestar contas do que já foi feito pelo bem comum.

Desejando que os eleitores cumpram da melhor maneira possível seu dever nas urnas e no intuito tão somente de ajudá-los, damos a seguinte orientação:

a) O voto é a arma do povo, para ser usada com seriedade e consciência na luta pelo bem comum. Lembramos que não se pode comprar, nem vender voto. Amizade se paga com amizade. Dinheiro com dinheiro. Favor com favor. Nada disso se retribui com o voto.

b) Todos os eleitores devem votar. Abster-se de votar é negar a sua contribuição para o sério problema da seleção daqueles que devem conduzir os destinos de nossa terra. Entre os bons candidatos, deve-se escolher o melhor. Entre os maus candidatos, escolhe-se o menos mau.

c) O valor de um candidato se mede pela preparação política, visão da problemática social, competência profissional, honestidade, eficiência e capacidade de realizar um trabalho programado visando a promoção do homem e o desenvolvimento integral de sua comunidade e região.

Confiamos na graça de Deus e esperamos que o Rio Grande do Norte possa viver em paz os dias de pleito e que esta manifestação do estado democrático seja um passo decisivo na conscientização popular, como meio de evitar a massificação e de se trabalhar pelo bem comum, com vistas ao desenvolvimento solidário e personalista de nossa sociedade.

Esta é a nossa palavra de Pastores e a nossa orientação imprescindível no momento histórico que vivemos. Pedimos aos nossos sacerdotes, religiosos e leigos que se empenhem para que estas normas cheguem ao conhecimento de todos e produzam frutos de justiça e paz na comunidade Norte-Rio-grandense.

Natal, 3 de maio de 1968

(ass.) Dom Nivaldo Monte
Arcebispo Metropolitano de Natal

Dom Gentil Diniz Barreto
Bispo de Mossoró

Dom Manoel Tavares de Araújo
Bispo de Caicó



ARQUIDIOCESE DE NATAL
GABINETE DO ARCEBISPO METROPOLITANO
Praça Pio X, 335 - Telefone 1.000
Natal - Rn - Brasil

CIRCULAR DOS BISPOS DO RIO GRANDE DO NORTE
SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

II - CONSTATIÇÃO DA REALIDADE

I - INTRODUÇÃO

Proclama a Igreja, todos os dias, que sua missão consiste, essencialmente, em servir. Com isso repete as palavras do próprio Jesus Cristo, quando afirmou: "o Filho do homem veio, não para ser servido, mas para servir" (Mat. 20,28). E cada cristão, pessoalmente, deve caracterizar-se pelo mesmo espírito de serviço.

Forma valiosa de serviço, em nossos dias, é a participação de cada um na vida pública, concorrendo, na medida de suas forças, para a realização do bem comum.

Dai porque o conhecido Documento de Medellin, fruto da II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, que traçou normas comuns de ação para a Igreja da América Latina, considera "a participação na vida política da nação como dever de consciência e como o exercício da caridade, em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade". Por isso mesmo, recomenda o Documento que "as autoridades públicas proporcionem meios e fortaleçam a criação de mecanismos adequados à participação e à legítima representatividade do povo" (I,16).

Ademais, essa representatividade popular está inscrita no artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, como uma das características essenciais do nosso regime político.

Naturalmente, a responsabilidade e a participação na vida pública devem começar pela área menor, pela comunidade municipal. Ela é a mais próxima e também a mais evidente para quantos ainda não têm uma consciência política suficientemente desperta e educada. Ne-la se encontra, pois, o melhor campo de aprendizagem, na tarefa de conscientização e de educação política e social, que o Documento de Medellin considera tão necessário, ao ponto de dever integrar-se nos planos de Pastoral de Conjunto, nacionais ou regionais.

Outra não é a recomendação do documento "A Justiça no Mundo", votado pela Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos, em 1971: "Os cristãos devem desempenhar as suas tarefas temporais com fidelidade e competência; devem operar como fermento, na vida familiar, profissional, social, cultural e política. Incumbe-lhes assumirem a própria responsabilidade em todos estes campos, sob a dire



ARQUIDIOCESE DE NATAL

GABINETE DO ARCEBISPO METROPOLITANO

Praça Pio X, 335 - Telefone 1.000

Natal - Rn - Brasil

- 2 -

ção do espírito evangélico e da doutrina da "Igreja" (n.38).

II - CONSTATAÇÕES DA REALIDADE

1. É para nós constringedor constatar que o nosso sistema eleitoral ainda guarda características de uma sociedade não amadurecida para o exercício de seus direitos e deveres políticos.
2. A indicação do candidato, nas convenções, atende mais a interesses de grupos e pessoas, em vez de estar a serviço do Bem Comum.
3. A maneira de obtenção de votos apresenta igualmente graves vícios, que chegam por vezes, a ser um atentado à dignidade da pessoa humana, inclusive a negociação do voto em troca de dinheiro, roupa, assistência médica e dentária, alimentos, transportes e até mesmo através de promoções em cargos públicos.
4. Ocorrem ainda lamentáveis casos de proprietários de terra e chefes da administração pública que, considerando-se donos dos votos dos seus subordinados, os pressionam até com ameaças, se não votarem nos candidatos por eles indicados.
5. Por fim, há ainda os que abusam da ingenuidade do povo simples, dando-lhe orientações fraudulentas sobre o modo de votar, de acordo com os seus próprios interesses.

III - PONTOS BÁSICOS

No fim deste ano, haverá no Rio Grande do Norte eleições para a escolha de Prefeitos e Vereadores. É uma ocasião muito oportuna para que a Igreja em nossa Província, procurando cooperar para a educação política do nosso povo e na realização de sua missão profética, venha relembrar a todos, indistintamente, os pontos básicos para um trabalho de purificação do processo eleitoral:

1. O exercício do voto, que é também uma obrigação legal, é dever de consciência para todo cidadão. Abster-se de votar é negar a sua contribuição para que os melhores sejam eleitos;
2. O voto é a arma do povo para ser usada com seriedade. Lembremos que voto não se vende; amizade se paga com amizade; dinheiro com dinheiro; favor com favor. Nada disso se retribue com o voto;
3. Compete aos responsáveis pelas convenções partidárias o dever



de escolher candidatos capazes, sobretudo, numa época em que cresce a consciência do "direito ao desenvolvimento". Para isso, é preciso que antes da escolha, se ausculte a opinião popular a fim de que os candidatos possam corresponder com mais segurança às aspirações e necessidades do povo;

4. O valor de um candidato se mede pela preparação política, visão da problemática social, competência profissional, honestidade, eficiência e capacidade de realizar um trabalho planejado, visando o desenvolvimento integral da comunidade e da região.
5. Reprovamos com toda firmeza os métodos massificantes e as formas de exploração e de desrespeito à pessoa humana, na hora em que cada cidadão é chamado a dar seu voto, que é um ato verdadeiramente livre e consciente. Aplaudimos, o esforço que se faça para que o povo tenha voz e vez no momento de escolher os seus representantes em função do Bem Comum;

IV - CONVOCAÇÃO E APELO

Ao concluirmos esta Circular, nós os Bispos da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, queremos dirigir aos diocesanos e a todos os homens de boa vontade, a nossa palavra, que é ao mesmo tempo uma convocação e um apelo:

1. Convocamos todos os agentes pastorais - Clero, religiosos e leigos, a se empenharem vivamente no trabalho de educação política do povo, mantendo-se todos neste serviço à comunidade, livres e descomprometidos com pessoas, e grupos políticos ou econômicos, movidos pelo desejo de ver crescer a consciência política do povo;
2. Este trabalho deve ser considerado prioritário nos planos de promoção humana a serem executados em nossa Província, no corrente ano. Para isto solicitamos às paróquias, comunidades de base, colégios, e serviço de promoção humana (SAR, SAUR, DDAS, MEB, CARITAS e EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL), que se empenhem neste trabalho junto às pessoas e grupos atingidos em sua área de ação. Para tanto sejam preparados textos de simples e direta comunicação com o povo dentro das normas que acabamos de traçar para nossa província.
3. Fazemos por fim um forte apelo a todos os candidatos ao próximo



ARQUIDIOCESE DE NATAL

GABINETE DO ARCEBISPO METROPOLITANO
Praça Pio X, 335 - Telefone 1.000
Natal - Rn - Brasil

- 4 -

pleito, para que durante a campanha, evitem os espetáculos deprimentes de ataques pessoais e clima emocional, que somente geram discórdias e divisões entre pessoas, famílias e grupos políticos. Ao contrário, aproveitem o comício para uma apresentação dos seus planos futuros de trabalho a serviço do Bem Comum;

Esta é a nossa palavra de Pastores, a nossa orientação e posição face a um problema que é fundamental ao desenvolvimento de nossas comunidades. Renovar o sistema eleitoral é também uma forma de comemorar o Sesquicentenário da Independência do Brasil, acontecimento que deve levar o povo brasileiro a compreender que a independência é, sobretudo, um processo de crescimento global de nossa Pátria.

Natal, 12 de maio de 1972.

(ass) Dom Nivaldo Monte
Arcebispo Metropolitano

(ass) Dom Manoel Tavares de Araújo
Bispo de Caicó

(ass) Dom Gentil Diniz Barreto
Bispo de Mossoró

(ass) Dom Antonio Soares Costa
Bispo Auxiliar de Natal

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Estado do Rio Grande do Norte
1º. Distrito e Comarca da Capital



Alínio Cunha de Azevedo
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que do livro nº 71 dos assentos de nascimentos deste distrito, á fl. 26 v.º, sob o nº 13331 consta o registro de Antonio Soares Costa, do sexo masculino de cor branca nascido aos 18 de Junho de 1930 ás 20 horas, em Nova Cruz, município deste Estado e sendo filho legítimo de Francisco Soares Costa e de a. Luiza Soares da Costa São seus avós paternos Manuel Soares Costa e dona Maria Bernardina da Conceição e maternos Francisco Monteiro da Costa e dona Ana Francisca de Jesus

OBSERVAÇÕES O registro foi feito em data de 24-7-943, nos termos do Dec. Fed. nº 4.857 de 9-11-939.

CONFERIDO referido é verdade e dou fé.



Natal, 16 de Julho de 1951.

Alínio Cunha de Azevedo
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



**SEMINÁRIO PROVINCIAL
DE FORTALEZA**

1864 — 1964
Av. Monsenhor Tabosa, 60
Caixa Postal, n. 28 - Fones: 1-1300, 1-8987
FORTALEZA — CEARÁ

N.º _____ / _____

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO(S) CURSO(S) de FILOSOFIA

DO SR: ANTONIO SORRES COSTA

O abaixo assinado, na qualidade de Reitor do Seminário Provincial de Fortaleza, Estado do Ceará, certifica, para os devidos fins, de acordo com o Dec. n.º 34.330 de outubro de 1953, que regulamenta a lei n.º 1.821 de 12 de março de 1953, sobre a equivalência dos Cursos de grau médio, que ANTONIO SOARES

COSTA, filho de _____

_____ e _____

nascido aos _____ de _____ de _____, em _____

Estado de _____ concluiu, neste Estabelecimento,

em 1951, o(s) CURSO(S) de FILOSOFIA

Fortaleza, 13 de janeiro de 1970



Dr. Paulo Eduardo Andrade Pontes
REITOR DO SEMINÁRIO

Secretaria de Educação,
Ciência e Tecnologia



Ano IV - Número 33 - Junho 2003

ESCOLA DOM ANTÔNIO SOARES COSTA

A inauguração da Escola Dom Antônio Soares Costa representou, para a comunidade do Morro Bom Jesus, a conquista de um novo espaço de ensino-aprendizagem.

Com capacidade para atender a 300 alunos, distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos EJA, a Escola Municipal Dom Antônio Soares Costa foi inaugurada no dia 21 de março de 2003, pelo Prefeito Tony Gel, Secretária de Educação, Profa. Jeane de Oliveira Camargo Rodrigues e Secretário de Obras, Antônio Liberato, na presença de diversas autoridades, gestores, professores, alunos e comunidade.

O prédio da escola foi cedido pela TV Asa Branca à Prefeitura

Municipal de Caruaru, que o reformou e o adaptou para atender às necessidades de bom funcionamento de um estabelecimento de ensino.

Aproximando soluções de problemas como a escassez de vagas e dificuldade de acesso da comunidade à escola, o Prefeito Tony Gel investe na Educação, ampliando, assim, as oportunidades dos moradores melhorarem a sua qualidade de vida.

Dessa forma, a Escola Dom Antônio Soares Costa, cuja proposta pedagógica contempla a valorização da cultura do Morro Bom Jesus voltada para a arte em grafite e hip hop, apresenta-se como um espaço onde os jovens podem ampliar seus conhecimentos e, também, expressar sua arte e criatividade.



Inauguração da Escola Municipal Dom Antônio Soares Costa no Morro Bom Jesus



O Prefeito Tony Gel entrega as chaves da nova escola



Fotos: Roberto Silva P/AC